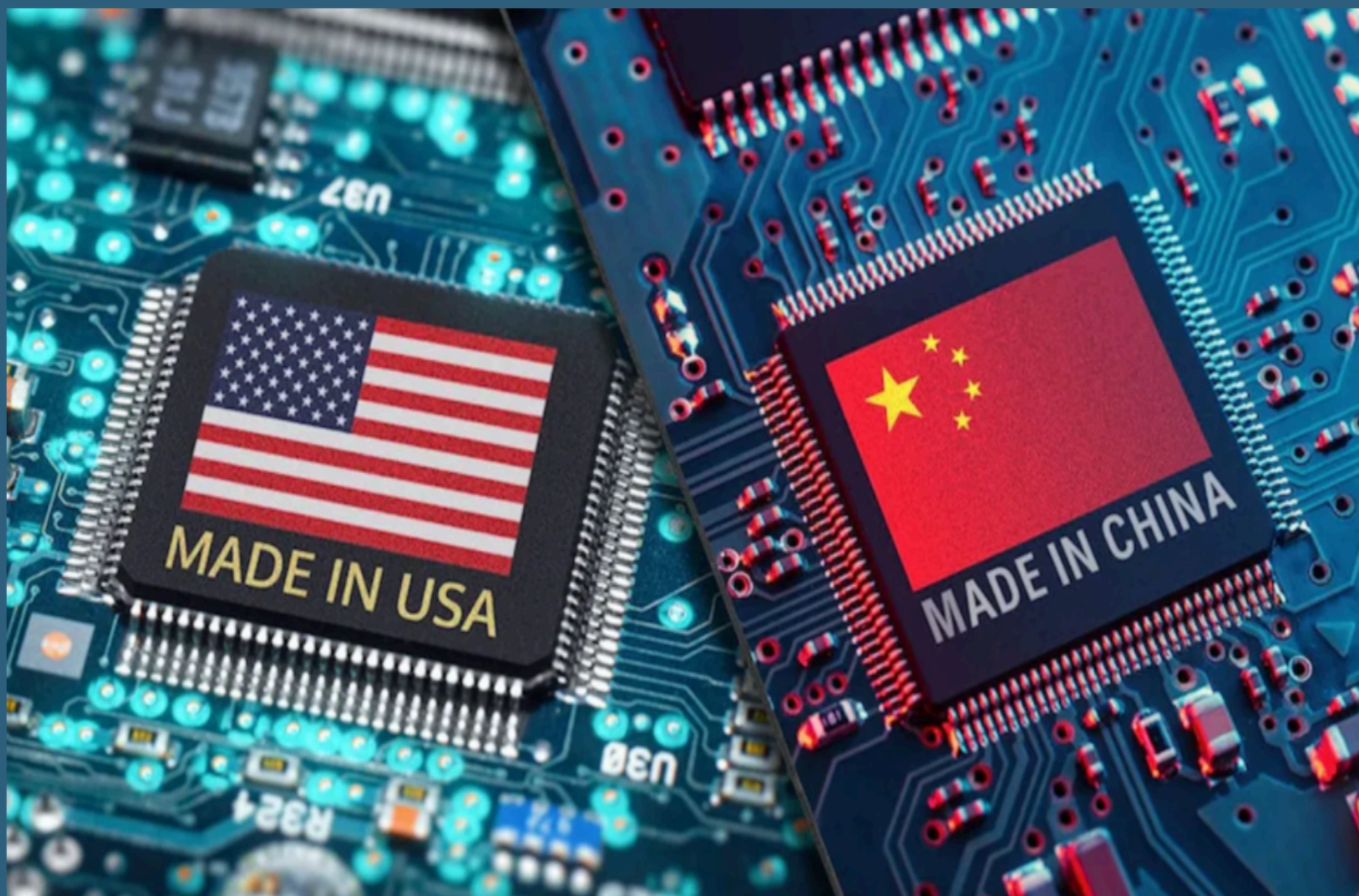


MONÇÕES

Revista do Curso de História da UFMS-FACH



**História: economia e desenvolvimento na geopolítica do
Sul Global**

Vol. 11. n.13 (2024)

ISSN: 2358-6524

SUMÁRIO

1. **O Brasil no terceiro governo Lula frente à quarta revolução Industrial 03**
 - *Gabriel Luiz Campos Dalpiaz, Isabela Barbosa Rodrigues, Vinicius de Matos Meneguzzi*
2. **Relação Brasil e o Norte Global no governo Lula III19**
 - *Rafael Borges dos Santos, Henrique Hideyuki B. Tokikawa*
3. **Brasil e Israel no Terceiro Governo Lula49**
 - *Mateus Queiroz Freire*
4. **Alinhamento e submissão na relação entre Brasil e Estados Unidos no primeiro governo Trump (2017-2021)59**
 - *Gabriel Luiz Campos Dalpiaz*
5. **Dependência Econômica, financeira e política, o drama do desenvolvimento dos países em desenvolvimento: o caso de Moçambique78**
 - *Leví Salomão Matsinhe*

O Brasil no terceiro governo Lula frente à quarta revolução Industrial

Gabriel Luiz Campos Dalpiaz

Isabela Barbosa Rodrigues

Vinicius de Matos Meneguzzi

1. Introdução

A preocupação do presente capítulo é oferecer uma visão crítica – no sentido de conhecer os fundamentos mais gerais acerca do objeto apresentado – sobre aquilo que é de mais importante para o desenvolvimento de uma nação em pleno século XXI. A corrida pela fronteira do conhecimento, chamada como a quarta revolução industrial.

Porém, a base de uma revolução industrial é o domínio tecnológico, pois este artifício é o meio em que o ser humano desenvolve e modifica a natureza e também se modifica por ela. A tecnologia é todo o conhecimento adquirido, um leque abrangente que pode ser chamado de *episteme* da técnica. Logo, aquele que possui o domínio e controle da tecnologia, possui o controle da técnica^[4].

Países como China e Estados Unidos (EUA) lideram a corrida tecnológica, acompanhados por Japão, Taiwan, Coreia do Sul e Índia como emergente. O Brasil está atrás, porém possui recursos para que modifique a sua realidade e, talvez, a médio a longo prazo seja um dos percursores. Contudo, o caminho é extenso e os desafios externos e internos se apresentam como grandes contradições.

Para isto, o trabalho foi dividido em três partes, como: I) apresentar os desafios e oportunidades para o Brasil na quarta revolução industrial; II) expor as políticas governamentais e estratégias de inserção tecnológica; e III) identificar os possíveis impactos socioeconômicos da transformação tecnológica.

2. Desafios e Oportunidades para o Brasil na Quarta Revolução Industrial

A Quarta Revolução Industrial, ou Indústria 4.0, caracteriza-se pela integração de tecnologias digitais avançadas nos processos produtivos, promovendo uma transformação profunda na maneira como as indústrias operam globalmente (Furtado, 2017). Para o Brasil, essa revolução apresenta tanto desafios significativos quanto oportunidades promissoras, especialmente nas áreas de infraestrutura digital, inovação tecnológica, defasagem tecnológica, dependência de insumos estratégicos e o papel do Estado na indução do desenvolvimento industrial e tecnológico.

A infraestrutura digital é fundamental para a implementação da Indústria 4.0, englobando elementos como conectividade de alta velocidade, centros de dados robustos e sistemas de comunicação eficientes. No Brasil, embora tenham ocorrido avanços notáveis, persistem desafios significativos, especialmente em regiões remotas, onde a conectividade é limitada (Oliveira, 2016). Essa disparidade impede a plena adoção de tecnologias emergentes, como a Internet das Coisas (IoT)^[5] e a inteligência artificial (IA)^[6], essenciais para a competitividade industrial (Souza, 2021).

A inovação tecnológica depende de investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento (P&D)^[7]. O Brasil possui potencial para se destacar em setores como agricultura de precisão, energia renovável e biotecnologia. No entanto, para capitalizar essas oportunidades, é crucial fortalecer parcerias entre universidades, centros de pesquisa e a iniciativa privada, além de fomentar um ambiente que incentive startups e empresas de base tecnológica (De Negri; Squeff, 2016).

A defasagem tecnológica é um desafio premente. Muitas indústrias brasileiras ainda operam com tecnologias obsoletas, resultando em baixa produtividade e competitividade reduzida no mercado internacional (Furtado, 2017). A modernização do parque industrial requer investimentos substanciais em máquinas e equipamentos de última geração, além da capacitação da força de trabalho para operar essas novas tecnologias (Miyasaka; Fabricio; Paoletti, 2017).

A dependência de insumos estratégicos, como semicondutores e componentes eletrônicos, é outro ponto crítico. A escassez global desses materiais, exacerbada por crises internacionais, afeta diretamente a produção nacional. Para mitigar essa vulnerabilidade, o Brasil deve considerar políticas que incentivem a produção local desses insumos ou diversifiquem suas fontes de importação, reduzindo a dependência de mercados específicos (Souza, 2021).

O Estado desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento industrial e tecnológico. Políticas públicas eficazes podem criar um ambiente propício para a inovação, oferecendo incentivos fiscais, financiamentos subsidiados e suporte à pesquisa. A Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) é um exemplo de iniciativa governamental que busca coordenar diversas políticas públicas para que a apropriação das tecnologias digitais ocorra de maneira ampla, sem graves prejuízos sociais ou a setores inteiros da economia, em favor da construção de uma sociedade mais livre, justa, solidária e próspera economicamente (Brasil, 2018).

O Estado pode atuar como facilitador na formação de parcerias internacionais para transferência de tecnologia, bem como na criação de marcos regulatórios que incentivem a adoção de novas tecnologias, garantindo ao mesmo tempo a proteção de dados e a segurança cibernética (De Negri; Squeff, 2016).

A Quarta Revolução Industrial oferece ao Brasil uma oportunidade única de reposicionar-se no cenário global, aumentando sua competitividade e promovendo o desenvolvimento sustentável. Para isso, é imperativo investir em infraestrutura digital, promover a inovação tecnológica, superar a defasagem tecnológica, reduzir a dependência de insumos estratégicos e fortalecer o papel do Estado como indutor do desenvolvimento industrial e tecnológico. Com uma abordagem estratégica e colaborativa, o Brasil pode transformar os desafios atuais em alavancas para um futuro próspero na era digital.

3. Políticas Governamentais e Estratégias de Inserção Tecnológica

No século XXI, mais especificamente a partir de 2010, o debate sobre políticas industriais enquanto estratégias de desenvolvimento tem estado em voga. Como demonstra Chang (2004), todos os principais países altamente desenvolvidos utilizaram e estão

utilizando novamente a estratégia de desenvolvimento via industrialização. Entre 2010 e 2022, o número de políticas industriais foi multiplicado por 46, sendo que a grande maioria delas (quase 80%) concentrou-se nos países de alta renda (IEDI, 2024). Com isso, uma nova política de industrialização surgiu no Brasil como forma de fortalecer o setor secundário para que ocorra um desenvolvimento sustentável em âmbito social, econômico e ambiental.

Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), chefiado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, propôs uma nova política de neoindustrialização – a Nova Indústria Brasil (NIB) – a ser implementada pelo governo federal nos próximos dez anos por meio da resolução CNDI/MDIC nº 1/2023. O intuito da nova política industrial é fortalecer a indústria brasileira para que ocorra a construção de uma estrutura produtiva ambientalmente sustentável, com cadeias de suprimentos resilientes, geração de empregos de qualidade e provisão de serviços públicos. Em geral, a NIB pretende criar políticas norteadas por missões que objetivam

propiciar soluções para melhorar diretamente o cotidiano das pessoas; estimular o desenvolvimento produtivo e tecnológico e a inovação entre múltiplos setores e agentes; nortear o investimento, engajando, liderando e criando confiança nos agentes públicos, privados e do terceiro setor; e favorecer a realização de transformações econômicas e sociais, com vistas à superação dos entraves ao desenvolvimento brasileiro. (MDIC, 2024, p.6)

As missões da neoindustrialização são divididas em seis eixos: 1) Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética; 2) Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde; 3) Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades; 4) Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade; 5) Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras; e 6) Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais. Juntas, as missões constituem-se como instrumento para a superação dos gargalos da indústria brasileira com ações e políticas de desenvolvimento industrial.

Ou seja, o desafio imposto para a neoindustrialização não é tão somente reindustrializar o Brasil no sentido de reativar capacidades produtivas domésticas já

existentes, mas também proliferar novos setores produtivos e tecnológicos pautados, como por exemplo na bioeconomia (verde, digital e descarbonizada) e as tecnologias habilitadoras da indústria 4.0. No bojo desses acontecimentos, a política industrial ativa de neoindustrialização ganha destaque no Brasil. O prefixo *neo* alude a novas políticas industriais que atendam às demandas contemporâneas. Isto é, novas engenharias institucionais e políticas devem emergir frente à nova interface mundial de globalização financeira, cadeias produtivas e interfaces de política industrial (Moura e Guedes, 2023).

Dessa forma, existem várias estratégias utilizadas pelas novas políticas governamentais para incentivar a reindustrialização e neoindustrialização no Brasil. Uma delas é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS). Apesar da iniciativa ter sido iniciada em 2007 e investir maciçamente em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) nos setores de semicondutores, o programa havia sofrido um sucateamento durante os últimos anos. Com a NIB, busca-se ampliar a efetividade do programa promovendo isenções e créditos financeiros para componentes, dispositivos, insumos, painéis fotovoltaicos e outros produtos relacionados ao mercado de semicondutores (BRASIL, 2007). Vale ressaltar que junto ao PADIS, também foi implementado o Brasil Semicon com o intuito de aprimorar o PADIS com novas linhas de financiamento para o setor (Agência Gov, 2024).

O plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024-2028 também foi um marco histórico para as políticas governamentais no ano de 2024, pois tenta transformar o Brasil em uma referência mundial no setor de inteligência artificial. Com um orçamento de R\$ 23 bilhões de reais para quatro anos, o plano defende alavancar o desenvolvimento social e econômico do Brasil através do uso estratégico da ferramenta. No documento oficial de lançamento do PBIA chamado de “IA para o Bem de Todos” (2024), existe uma defesa da pertinência do investimento em inteligência artificial para a transformação tecnológica e social. Considerando que os Estados Unidos investem R\$ 63 bilhões e a China investe R\$ 306 bilhões em IA, o Brasil precisa se mobilizar para não ficar para trás nessa disputa tecnológica.

Outra iniciativa, para além do financiamento para Pesquisa e Inovação de forma geral, foi a continuidade do Programa Rota 2030, um programa voltado para desenvolvimento do setor automotivo no Brasil. Complementarmente, o programa nacional de Mobilidade Verde e Inovação (Mover) foi lançado para ampliar e expandir investimentos em eficiência energética

e elevar as exigências de sustentabilidade automotiva. Ou seja, diante das novas tendências de carros elétricos e frotas mais sustentáveis, pretende-se aumentar a inserção da indústria automotiva brasileira em um cenário global. Obviamente, deve ser levado em consideração a imensa defasagem e estagnação do setor durante décadas. No entanto, Nassif (2023) aponta que

a indústria de transformação continuará jogando um papel fundamental na dura travessia dos países de renda baixa e média para padrões de países desenvolvidos é que os primeiros não podem simplesmente saltar para segmentos high tech da economia digital sem conta com um setor manufatureiro relativamente diversificado e pujante (Nassif, 2023, p.29).

Isto é, mesmo países em que ocorreram processos intensos de regressão econômica e industrial, como o Brasil, terão que reciclar suas indústrias tidas como “velhas” para somente então avançar tecnologicamente. A fronteira tecnológica só pode ser alcançada se o alicerce da reindustrialização for bem fundamentado, pautando-se na indústria de transformação. Assim, é impossível debater sobre as indústrias sofisticadas como a inteligência artificial e a petroquímica refinada sem antes consolidar setores base para o aprimoramento da produção em escalas mais inovadoras.

Além disso, o terceiro governo Lula III também tem buscado parcerias mais efetivas com o Sul Global visando o intercâmbio de conhecimento técnico e investimentos diretos em pesquisa e desenvolvimento. Dando sequência as parcerias internacionais iniciadas no início do governo, o Brasil ampliou sua cooperação com a China assinando 37 memorandos de entendimento mútuo (Uol Notícias, 2024). Outra parceria relevante para a indústria – em especial para áreas estratégicas como energia limpa, tecnologia e biodiversidade – foi o acordo de colaboração com os Países Baixos. Tal programa de cooperação prevê uma parceria de 2024-2028 para facilitar o intercâmbio de conhecimento entre os países (MCTI, 2024).

Apesar disso, ainda existem lacunas nas colaborações bilaterais e multilaterais, uma vez que o Brasil ainda encontra resistências em aderir formalmente a acordos que poderiam beneficiar a indústria brasileira. Por exemplo, a China poderia se consolidar como um polo de transferência de tecnologia e inovação para o Brasil. Mesmo assim, o terceiro governo Lula se mostra reticente em fazer parte da Nova Rota da Seda. Ressalta-se que esse mecanismo de

transferência tecnológica foi crucial para o desenvolvimento econômico da China. Em consonância com Minnich (2023), as *tech extractors* foram poderosas políticas de ascensão tecnológica e econômica chinesa, uma vez que a extração de tecnologia em setores estratégicos (automóveis, fabricação de aeronaves e outros) resultou em maior competitividade para as empresas nacionais chinesas. De 2002 para 2006 o número de políticas de transferência tecnológica aumentou de 53 para 339. Dessa forma, é inegável que o posicionamento da China no comércio internacional contemporâneo dependeu da sua capacidade de impor políticas de extração de tecnologia para as multinacionais estrangeiras.

Em um balanço geral, o Brasil enfrenta um momento decisivo para sua política industrial, exigindo uma retomada assertiva e consistente para garantir seu desenvolvimento econômico e tecnológico. A Nova Indústria Brasil (NIB) representa um esforço relevante para fortalecer o setor industrial, promovendo sustentabilidade, inovação e competitividade global. No entanto, para que essas estratégias tenham sucesso, é essencial que sejam implementadas de forma sistemática e duradoura, evitando retrocessos e discontinuidades. Diante do cenário internacional, onde países desenvolvidos ampliam significativamente suas políticas industriais, o Brasil não pode se precisar retomar suas iniciativas e políticas de industrialização.

No bojo desses acontecimentos, um dos principais desafios históricos da política industrial brasileira é a discontinuidade em políticas estratégicas. Projetos na área tecnológica e industrial demandam tempo para gerar resultados concretos. Exemplos como o PADIS e o Rota 2030 evidenciam a vulnerabilidade de programas que, apesar de essenciais, sofreram discontinuidade ou redução de investimentos em determinados períodos. Além disso, a hesitação em consolidar parcerias internacionais estratégicas, como a adesão à Nova Rota da Seda, demonstra a falta de coerência em decisões que poderiam impulsionar a transferência tecnológica e o fortalecimento da indústria nacional. Para que o Brasil possa efetivamente avançar, é imprescindível a construção de uma política de Estado para a industrialização, que transcenda governos.

4. Impactos Socioeconômicos da Transformação Tecnológica

A transformação digital passa por um processo de intensa investigação científica no campo industrial-tecnológico. Os impactos socioeconômicos são inúmeros, com um maior

investimento na cadeia produtiva; a produtividade nacional aumenta, logo a sua renda também.

Surge a exigência de formação técnico-profissional, criação de institutos, escolas e universidades tornam uma necessidade diante da projeção da demanda futura. O Brasil nas condições atuais, está assentada na matéria-prima, porém depende do capital humano para ir mais além do subdesenvolvimento, o tal corpo técnico. Para isso, o Governo Lula 3 propôs e realizou o *Concurso Público Nacional Unificado*^[8] (CPNU) em 2024 – e está planejando fazer em 2025 –, procurando designar pessoas capacitadas de acordo com as exigências para preencher as lacunas ociosas, promovendo um Estado atuante no desenvolvimento-econômico.

Além da demanda por mão de obra qualificada nos CPNU, há outras áreas que o Governo propõe trazer desenvolvimentos, como o de altas tecnologias. Sabe-se que a corrida da fronteira do conhecimento, em sua base do desenvolvimento está o estudo de tecnologias como o 5G e os microchips. O corpo técnico voltado para esse campo no mundo é mais recorrente nos EUA, China, Taiwan, Coreia do Sul e com ascensão a Índia. O Brasil corre por fora, nesta empreitada, o país de Lula retoma investimentos e procura unir forças para haver a inclusão digital desafiando as desigualdades presentes.

As desigualdades presente são: I) *tecnológica*, para o preenchimento do corpo técnico é necessário a preparação e a retomada nos investimentos educacionais; II) *técnica*, visto que as forças produtivas das indústrias high-tech do Brasil estão abaixo no campo quantitativo e também qualitativo dos países líderes do desenvolvimento econômico; e III) *social*, o Brasil por ser um país desigual socioeconomicamente, deve pensar o planejamento nacional viabilizando o desenvolvimento em sua totalidade enquanto nação. Pois, mesmo quando há surtos de desenvolvimentos, há regiões que são privilegiadas como o sul-sudeste, enquanto o interior do Brasil é esquecido e geralmente voltado a tal *vocação agrícola*^[9], como o centro-oeste.

Sobre o primeiro ponto, a questão tecnológica, é essencial reconhecer a precariedade e a ociosidade em que o governo Lula encontrou as empresas brasileiras. Após a operação Lava Jato, o complexo industrial que estava em ascensão, com a Petrobras investindo e atuando em diversas áreas do campo científico para diversificar sua produção e melhorar a qualidade, foi

interrompido. Além disso, empresas que lideravam no setor de exportação de serviços, agregando valor ao utilizar capital nacional, foram profundamente impactadas, afetando a capacidade do país de avançar tecnologicamente e competitivamente.

O problema disso se revela no impacto socioeconômico: milhares de trabalhadores perderam o emprego, e PhDs que antes eram pesquisadores, contribuindo para o fortalecimento de uma Petrobras pujante, tornaram-se desempregados. O choque no campo socioeconômico permitiu que o neoliberalismo avançasse com força, evidenciando sua verdadeira natureza. Empregos informais e de baixa qualificação tornaram-se a “solução” em um país cujo desenvolvimento tecnológico foi interrompido em prol dos interesses do imperialismo.

Conforme Máximo (2024), “A Lava Jato resultou na destruição de 4,44 milhões de empregos entre 2014 e 2017 e reduziu o Produto Interno Bruto (PIB) em 3,6% no mesmo período. De 2015 a 2018, as maiores construtoras brasileiras perderam 85% da receita”.

Com o investimento em ciência ter brecado, Lula em seu terceiro Governo propôs incentivos de aumento na bolsa de mestrado e doutorado, além de procurar repatriar capital humano brasileiro que trabalha no exterior. A exigência de uma nação soberana, passa pelo seu corpo técnico ser altamente capacitado nas diversas exigências (Silva, 2024).

O segundo ponto, sobre a técnica, o Brasil possui indústrias de manufatura com menos complexidade, em que acaba prevalecendo alguns setores que trazem ao país baixo valor agregado, como a produção e exportação de soja pelo agronegócio. O próprio bem de capital que abastece o campo, não é produzido por uma empresa nacional. Tornando e deixando o país na sua característica de país subdesenvolvido.

Isto passa pelo tal bloco histórico do poder político dominante no Brasil, que é o capital financeiro e o capital do agronegócio. Reconhece a capacidade desses dois blocos em ditarem as políticas monetárias e fiscais ao seu proveito. Além de serem representados na própria bancada de deputados e senadores^[10]. O próprio bloco do capital (privado) industrial brasileiro não possui força em propor políticas que promovam o seu desenvolvimento e, quando ocorre, geralmente é em prol do setor de extração de minério de baixa técnica envolvida.

O terceiro aspecto, de caráter social, remete à história do Brasil, marcada pela escravização de uma grande parcela da população. O processo de abolição ocorreu sem a implementação de políticas públicas capazes de indenizar e integrar efetivamente essa população à sociedade. Em vez disso, os ex-escravizados foram marginalizados e empurrados para empregos de baixa qualificação, consequência direta da falta de investimento histórico na educação brasileira, que nunca foi tratada como uma prioridade para o desenvolvimento nacional. Portanto, no presente, a herança do Brasil Colônia e do Brasil Império ainda se faz sentir, manifestando-se em uma desigualdade social profunda e persistente.

A desigualdade socioeconômica atual é resultado de uma trajetória histórica. Para enfrentá-la, o Governo Lula deve reconhecer e aproveitar as janelas de oportunidade, tanto internas quanto externas. Um exemplo estratégico é o desenvolvimento industrial como meio de romper com essa realidade. Especificamente, um esforço para fortalecer a indústria aeroespacial brasileira – a Alada, estatal voltada para projetos aeroespaciais – traria benefícios significativos ao país. As tecnologias desse setor possuem aplicações em diversas áreas da economia, além de que a posse de satélites próprios é essencial para o monitoramento territorial, a proteção da soberania nacional e a previsão mais precisa de secas e enchentes, contribuindo para uma gestão agrícola mais eficiente e sustentável.

Conforme a Agência Senado (2025), a Alada desenvolverá diversas funções, como

- Desenvolvimento e comercialização de tecnologias para navegação aérea e espacial;
- Pesquisa e certificação de equipamentos aeroespaciais;
- Proteção e gestão da propriedade intelectual de inovações na área;
- Apoio ao Comando da Aeronáutica em projetos para melhorar o controle do espaço aéreo;
- Gestão e operação de redes de satélites.

A maior produtividade em indústrias de alta complexidade eleva a demanda por um corpo técnico mais capacitado, o que, por sua vez, aumenta a renda de uma nação. As janelas de oportunidades internas, como a nacionalização da produção manufatureira de minérios — em vez da exportação *in natura*, como ocorre atualmente —, representam uma estratégia de médio e longo prazo para suprir as necessidades tecnológicas do país. Isso se torna ainda

mais relevante considerando que as nações desenvolvidas possuem capital humano altamente qualificado, mas não dispõem da abundância de matérias-primas que o Brasil tem em seu território.

No entanto, a estratégia industrial não deve se restringir a esse setor. Outros horizontes, como a indústria de energia renovável, além de gerar benefícios amplos para a sociedade, pode consolidar o papel do Brasil como líder em segmentos ainda embrionários, fortalecendo sua posição no cenário global.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (2024),

Os dados consolidam o País como um dos destaques da transição energética no cenário internacional, não apenas por seu ambiente favorável ao investimento, mas também por políticas inovadoras que impulsionam o crescimento das fontes de energia limpa e sustentável.

No contexto da indústria digital e high-tech, o Brasil, ao reconhecer as demandas globais por 5G e microchips — atualmente um dos principais pontos de tensão no comércio entre EUA e China —, pode se posicionar, a médio e longo prazo, como uma alternativa nesse cenário. Para isso, é essencial a formação de técnicos e profissionais qualificados em tecnologia de ponta, enquanto outros setores também são desenvolvidos, pois a estratégia não deve se restringir a um único setor, mas sim à diversificação industrial, criando um ecossistema produtivo interconectado e autossustentável. No entanto, a indústria de 5G e microchips representa uma janela de oportunidade particularmente relevante em um mundo multipolar emergente, no qual países fora do centro do capitalismo têm a chance de desempenhar um papel estratégico. Trata-se de uma oportunidade concreta para elevar as condições socioeconômicas da nação.

Para que ocorra um processo transformador por meio de um pensamento nacional, o filósofo Vieira Pinto é cirúrgico, quando aponta para uma cosmovisão ineficiente já existente nos anos de 1950 e, de uma certa forma, ainda atualmente.

Faltou, porém, ao Brasil, para entender-se a si mesmo, aquilo que Leibniz chamava o ponto de vista do infinito. Nosso ponto de vista sempre foi o finito, ou porque o observador esgotava a capacidade de análise e compreensão, ou porque — e isto é mais grave — mesmo quando tentava abranger o conjunto da realidade brasileira no espaço mundial e no tempo

histórico, o fazia segundo a simples e elementar perspectiva das correlações geográficas e da história meramente descritiva. Faltou-lhe o instrumento conceitual indispensável, que só a compreensão filosófica poderia ter proporcionado, permitindo transcender o plano em que se situava e ultrapassar o finitismo da sua visão (Pinto, 1960, p. 13).

Esta visão além do finitismo é importante aos dias atuais para, enquanto nação, compreendermos que as tais vocações, como a agrícola, não são *ad eternum*, mas que existem porque são a base de uma visão sustentada por um bloco histórico que freia qualquer mudança real de transformação.

Portanto, o processo brasileiro deve, ao menos de imediato, reconhecer três aspectos fundamentais: tecnológico, técnico e social. No entanto, é crucial compreender as contradições existentes e a ameaça dos blocos históricos que constantemente tentam manter o Brasil preso ao século XIX, limitando-o à exportação de soja *in natura* e matéria-prima bruta, por meio de frear os investimentos com o teto de gasto implantado e constitucionalizado. Diante disso, a importância daqueles que refletem sobre o país — independentemente de apoiarem ou discordarem do governo Lula — está em pensar o Brasil como uma *Unidade*, onde um projeto de nação deve ser formulado. Assim como ocorreu nos EUA no século XVIII, na Alemanha e no Japão no século XIX, e na China no século XX, esse processo deve agora se concretizar no Brasil contemporâneo.

5. Considerações finais

A quarta revolução industrial está em constante movimento, como um grande jogo de xadrez, em que peças movimentadas de formas equivocadas podem decretar a derrota precoce de um jogador. Os países que encabeçam este jogo, ou melhor, esta corrida, estão dispostos a travar guerras comerciais, por meio de sanções econômicas e busca de alianças globais, como é o caso de os EUA não quererem perder a sua hegemonia para a China.

O Brasil aparece como alguém de enorme potencial, com riquezas de matérias-primas, porém ingênuo perante a política global. Discussões sobre o desenvolvimento industrial nos países do capitalismo central são amadurecidas pelo longo prazo em que estão no domínio.

Enquanto no Brasil, a tal vocação agrícola aparece apoiada pelo finitismo sobre a realidade econômica.

A China aparece como uma necessidade de mudar o eixo gravitacional global, tirando-o dos EUA e se voltando para o país asiático, em conjunto com o seu parceiro do BRICS, a Rússia. Neste movimento pensado e estratégico, o Brasil pode aproveitar as janelas de oportunidades que surgem tanto internamente quanto externamente e se aproveitar dos recursos primários para potencializar os demais setores, além de promover políticas voltadas ao desenvolvimento.

Portanto, o *Lula 3* surge em um cenário global em que os EUA estão perdendo suas forças e se mostram mais instáveis comercialmente. O Brasil pode ser um incômodo para eles, por pertencer ao mesmo continente americano, mas por participar do BRICS, um mundo multipolar se revela aos poucos.

As janelas de oportunidades podem ser mais amplas no futuro, porém o Governo Lula deve conhecer e utilizar os resquícios analíticos para prever e errar menos. Mas, para isso, o corpo intelectual que compõe e pensa em um Brasil industrial e desenvolvido deve estar alinhado em um pensamento de nação. Projetos e políticas devem ser pensados para conseguir superar as contradições existentes, como os blocos históricos do agronegócio e do capital financeiro. Não sendo uma tarefa fácil, mas necessária para o Brasil.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA GOV. Câmara renova programa do Governo que alavanca investimentos em semicondutores. **MDIC**, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/camara-aprova-programa-para-alavancar-investimentos-em-semicondutores>. Acesso em: 14 mar. 2025.

AGÊNCIA SENADO. Sancionada a criação da Alada, para desenvolvimento de projetos espaciais. **Senado Federal**, 03 jan. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/01/03/sancionada-a-criacao-da-alada-para-desenvolvimento-de-projetos-espaciais#:~:text=O%20presidente%20da%20Rep%C3%BAblica%2C%20Luiz,explora%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica%20da%20infraestrutura%20aeroespacial.>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Brasília: **MCTIC**, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/centrais-de-conteudo/comunicados-mcti/estrategia-digitalbrasil-eira/estrategiadigital.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Nova indústria Brasil: Plano de Ação para a neointustrialização 2024-2026. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)**. Brasília: CNDI, MDIC, 2024.

BRASIL, Lei Nº 11.484, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2007.

Brasil e China assinam 37 acordos, sem adesão brasileira à Rota da Seda. UOL Notícias, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2024/11/20/brasil-e-china-assinam-37-acordos-sem-adesao-brasileira-a-rota-da-seda.htm>. Acesso em: 16 mar. 2025.

Brasil e Países Baixos fecham acordo de colaboração em CT&I. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/05/brasil-e-paises-baixos-fecham-acordo-de-colaboracao-em-ct-i?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 mar. 2025.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada** – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004.

DE NEGRI, Fernanda; Squeff, Flávia de Holanda Schmidt (Org.). **Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil**. Brasília: Ipea; Finep; CNPq, 2016. Disponível em: <https://repositorio.mcti.gov.br/handle/mctic/5147>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FATTORELLI, Maria Lucia. Brasil: novo arcabouço fiscal mantém teto de gastos sociais para privilegiar gastos com o sistema da dívida. **CADTM**, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cadtm.org/spip.php?page=imprimer&id_article=21541>. Acesso em: 22 fev. 2025.

FURTADO, João. **Indústria 4.0**: a quarta revolução industrial e os desafios para a indústria e para o desenvolvimento brasileiro. [S.l.]: IEDI, 2017. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17621>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

IEDI. As novas políticas industriais no mundo. **Carta IEDI No. 1230**. São Paulo: IEDI, 2023.

MARINGONI, Gilberto. Simonsen versus Gudín, a controvérsia pioneira do desenvolvimento. IPEA. Ano 9. Edição 73 – 28 ago. 2012. Disponível em: <>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MARINGONI, Gilberto. **Simonsen versus Gudin, a controvérsia pioneira do desenvolvimento**. Desafios do Desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ano 9. Edição 73 – 28 ago. 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?Itemid=23&id=2801%3Acatid%3D28&option=com_content&view=article&utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MÁXIMO, Wellton. Lava Jato destruiu 4,44 milhões de empregos, aponta estudo. **Agência Brasil**, Brasília, 17 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/lava-jato-destruiu-444-milhoes-de-empregos-aponta-estudo?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Apresentação Concurso Público Nacional Unificado – CNU**. 12 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/apresentacao/apresentacao>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Relatório da AIE reforça o protagonismo do Brasil no cenário internacional. **Governo Federal**, 12 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/relatorio-da-aie-reforca-o-protagonismo-do-brasil-no-cenario-internacional>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MINNICH, John, Scaling the Commanding Heights: The Logic of Technology Transfer Policy in Rising China (June 29, 2023). **MIT Political Science Department Research Paper** No. 2023-2, Available at SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=4496386>>.

MOURA, R.; GUEDES, I. Desindustrialização, Reindustrialização e Neointustrialização: O Governo Lula III e Um Debate Imperativo Ao País. **Boletim do Grupo de Estudos de Economia e Política (GEEP-IESP)**, v. 4, n. 1, Jan-Abr, 2023, p.20-33.

MIYASAKA, Elza Luli; Fabricio, Márcio Minto; Paoletti, Ingrid. A Quarta Revolução Industrial no Brasil: Arquitetura, Engenharia e a Construção Civil. **Arquitextos**, São Paulo, ano 18, n. 211.05, Vitruvius, out. 2017. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/11>. Acesso em: 12 fev. 2025

NASSIF, André. Industrialização e desindustrialização: o que a literatura tem a dizer?. In: **Industrialização e Desindustrialização no Brasil**: teorias, evidências e implicações de política. Curitiba: Appris, 2023.

OLIVEIRA, João Maria de. A infraestrutura tecnológica do setor de tecnologias da informação e comunicação no Brasil. In: De Negri, Fernanda; Squeff, Flávia de Holanda Schmidt (Org.). **Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil**. Brasília: Ipea; Finep; CNPq, 2016. p. 273-304. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_sistema_setor_i_ais_miolo_cap6.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

OLIVEIRA, Thaís; GABRIEL, João. Bancada ruralista cresce no Senado e tenta aprovar PL dos agrotóxicos e marco temporal. **Folha de São Paulo**, 07 jun. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/06/bancada-ruralista-cresce-no-senado-e-tenta-aprovar-pl-dos-agrotoxicos-e-marco-temporal.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. Ministério da Educação e Cultura: Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1960.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1.

SILVA, Camila da. Governo Lula deve investir R\$ 1 bilhão para repatriar cientistas e combater ‘fuga de cérebros’. **Carta Capital**, 15 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-lula-deve-investir-r-1-bilhao-para-repatriar-cientistas-e-combater-fuga-de-cerebros/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SOUZA, Elaine Maria de Moura. Desafios da Indústria 4.0 no contexto brasileiro: uma revisão da literatura. **Íandé: Ciências e Humanidades**, v. 5, n. 1, p. 44-57, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/128/278>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

RELAÇÃO BRASIL E O NORTE GLOBAL NO GOVERNO LULA III

Rafael Borges dos Santos

Henrique Hideyuki B. Tokikawa

Considerações iniciais

A relação do Brasil com os países que compõem hoje o chamando “centro”, em contraposição ao que é conhecido como “periferia”, expõe duas faces que exemplificam bem a divisão da política midiática para a política verdadeira: a primeira é aquela qual o Brasil supostamente se assenta na mesa com o “centro” de igual para igual, e a segunda é a do Brasil que busca diálogo com o “centro” enfrentando dificuldades, principalmente por parte da França e dos Estados Unidos. A primeira visão citada é a qual o governo se conforta em expressar, pois passa aos cidadãos a confiança internacional cedida ao atual governo brasileiro mediante respeito, a segunda pode ser considerada perigosa, pois dela parte visões de riscos que favorecem ninguém, especificamente questionamentos sobre posturas, acordos e imposições de agendas.

Nesse contexto, a classificação de países como "Norte Global", representativos dos desenvolvidos e centralizados em órgãos multilaterais, contrasta com os considerados "Sul Global", entre os quais o Brasil se insere. A utilização desses termos, no entanto, é apontada como problemática, uma vez que propicia uma dicotomização simplista das relações internacionais, induzindo a uma visão erroneamente uniforme de blocos que agem para impor (Norte Global) ou se libertar de um imperativo (Sul Global). Até porque essa posição maniqueísta também exclui países que possuem construções geopolíticas totalmente diferentes do que estamos acostumados, como Cuba, Coreia Popular, Vietnã, China e etc. tais países poderiam ser considerados subdesenvolvidos ou emergentes, mas não podem ter suas relações diplomáticas reduzidas numa submissão a um polo econômico dominante.

Diante da intrincada complexidade que permeia as dinâmicas geopolíticas globais, é imperativo empreender uma análise aprofundada das relações de poder e dominação que moldam o cenário internacional, especialmente no século XXI. Este artigo busca investigar de que maneira o denominado "Norte Global" exerce sua influência e conduz suas relações diplomáticas, enquanto examina o posicionamento do Brasil nesse contexto e as estratégias adotadas pelo atual governo para conduzir suas relações bilaterais. Ademais, serão destacadas as problemáticas inerentes a tais relações, visando fornecer uma compreensão abrangente das complexidades geopolíticas contemporâneas.

Em primeira análise é necessário apresentar de maneira mais elaborada os conceitos que levam a essa dicotomia de "Norte Global" e "Sul Global", nisso o professor de Relações Internacionais da UFRGS, Visentini (2015)[11], apresenta uma importante reflexão dos termos, ele sustenta que grande parte da comunidade acadêmica avaliou o conceito de "Terceiro Mundo" como teoricamente inconsistente e operacionalmente obsoleto, especialmente à medida que os países do "Segundo Mundo" transitavam para economias de mercado. Visentini (2015) contextualiza o termo "Terceiro Mundo", introduzido por Alfred Sauvy em 1952, como englobando nações caracterizadas pela periferia colonial ou semicolonial, população jovem, abundância de recursos naturais e limitado desenvolvimento. Essas nações almejavam o progresso, adotavam ideologias anticoloniais e neutralistas, e rejeitavam alianças militares e políticas com grandes potências.

O professor propõe que a introdução do conceito de Sul Global teve a intenção de despolitizar o terceiro-mundismo, levantando questionamentos sobre a globalidade do Norte. Ele argumenta que o Sul Global não se identifica por uma agenda afirmativa, mas sim negativa, sugerindo a redundância de grupos como o Grupo dos 77 ou o Movimento dos Não Alinhados sob essa nova perspectiva. Contudo, Visentini (2015) ressalta a persistência do processo de desenvolvimento desigual e combinado dentro do sistema capitalista mundial. Ele observa a emergência de iniciativas como o Fórum de Diálogo IBAS e a diplomacia autonomista e desenvolvimentista dos BRICS, além de outras coalizões de natureza flexível.

Após a reeleição para o terceiro mandato como presidente da república em 2022, Luís Inácio Lula apresenta uma narrativa de renovação na diplomacia brasileira, destacando a necessidade de superação do legado deixado pelo governo anterior de Jair Messias Bolsonaro. Este último foi marcado por políticas inadequadas em relação à preservação ambiental, notadamente ao disponibilizar vastas áreas a garimpeiros e latifundiários. Além disso, foram criticadas as políticas genocidas adotadas no combate à pandemia e as declarações provocativas no âmbito diplomático, especialmente em relação ao denominado

"Norte global", tendo seu governo caracterizado por acadêmicos como um pária internacional.[12]

O Governo Lula III emerge no cenário geopolítico com a finalidade de reparar as lacunas deixadas pelo projeto de Bolsonaro, adotando uma postura conciliadora e buscando afirmar a soberania do bloco "emergente" global. Essa retomada brasileira reflete a abordagem diplomática semelhante aos dois primeiros mandatos de Lula (2003-2010), amplamente considerados por muitos especialistas como um paradigma de diplomacia no contexto global capitalista. Milani (2011)[13], especialista em diplomacia brasileira, destaca que o presidente, em seus dois primeiros mandatos, elevou o país ao status de "Diplomacia Global".

Nos anos 2003-2010, a diplomacia do Brasil se tornou verdadeiramente mundial, contando não apenas com as capacidades materiais que o distinguem de outros países em desenvolvimento, mas também com a personagem carismática do presidente Lula, a qualidade do corpo diplomático e as orientações estratégicas de natureza mais autonomista com base na defesa da soberania e na retórica do humanismo e da solidariedade. (MILANI, 2011, p.82)

Então para analisarmos o desenvolvimento das relações diplomáticas que o atual governo estabelece com o polo “desenvolvido” do globo, é importante reconhecer seus principais agentes atuais, sendo eles os EUA e a União Europeia, e os fatores sócio históricos que elencam eles enquanto “centro” do capitalismo global, assim como evidenciar as contradições que categorizam outras nações como o Brasil numa posição de submissão as políticas imperialistas exercidas por esse centro econômico.

1. BRASIL-EUA – por Henrique Hideyuki

1.1. Administração Biden e relações de poder com Lula

Joe Biden foi eleito presidente dos Estados Unidos nas eleições realizadas em 2020 no país, na qual ocorreram em 3 de novembro de 2020 com Joe Biden, representando o Partido Democrata, que enfrentou o então presidente Donald Trump, do Partido Republicano. Biden e sua companheira de chapa, Kamala Harris, venceram, conquistando 306 votos no Colégio Eleitoral, enquanto Trump obteve 232. Joe Biden também ganhou a maioria dos votos populares, recebendo mais de 81 milhões de votos, tornando-se o candidato presidencial mais

votado na história dos Estados Unidos. A vitória de Biden foi confirmada e certificada, e ele foi empossado como o 46º presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 2021. Kamala Harris fez história ao se tornar a primeira mulher vice-presidente e a primeira pessoa de ascendência afro-americana e asiática a ocupar o cargo.[14]

Vale ressaltar que esses momentos das eleições norte-americanas foram extremamente conflituosos e com diversas acusações de fraude pela extrema direita estadunidense e apoiadora de Trump. “Com a confirmação da vitória do democrata Joe Biden na eleição de 3 de novembro, Donald Trump entrou para o seleto grupo de presidentes americanos que concorreram a um segundo mandato, mas foram rejeitados nas urnas” (CORRÊA, 2020)[15], sendo a primeira vez em 28 anos, desde George H. W. Bush em 1992, que um presidente não consegue ser reeleito nos EUA. Fator esse que abalou tanto a extrema direita do país que, em ato desesperado, invade o prédio do Capitólio no dia 6 de janeiro de 2021[16] numa tentativa de impedir a posse de Biden. É impossível não relacionar esse cenário de instabilidade política com o Brasil, principalmente após a derrota de Bolsonaro nas urnas em 2022 e a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023 com a invasão da extrema direita brasileira aos prédios dos Três Poderes em Brasília, de acordo com o jornalista Sant’Anna (2023) a forma que os ataques (Washington e Brasília) foram organizados, planejados, suas reivindicações e atos de terrorismo, possuem muita semelhança entre si.[17]

Durante o período de Bolsonaro suas relações com o presidente Biden foram um tanto quanto frias, visto que o ex-presidente do Brasil apoiou Donald Trump durante o processo eleitoral estadunidense, e foi um dos últimos líderes de estado a reconhecer a vitória de Biden assim como deu a entender para a mídia internacional que acreditava sim que a eleição estadunidense foi fraudada.[18]

O jornal norte-americano People’s World (2024)[19] fez um retrospecto da gestão Biden (2020-2024), destacando que o início do governo foi marcado por uma abordagem populista, caracterizada pela ênfase em políticas econômicas supostamente voltadas para o interesse da classe trabalhadora e medidas progressistas em questões sociais. Essa estratégia incluiu a promessa de aumentar os impostos sobre bilionários e corporações, tornar medicamentos mais acessíveis para os americanos no “Medicare” e defender a democracia e os direitos ao aborto. Além disso, o presidente propôs elevar o salário mínimo federal, implementar o “PRO Act” para facilitar a sindicalização e estender a cobertura do Medicare para negociar preços de medicamentos. Em resumo, o governo Biden adotou uma postura

populista bem comum de seu partido, buscando atender às demandas da classe trabalhadora e se pautando enquanto progressista. O que se assemelha muito com a postura de Lula e do Partido dos Trabalhadores durante a eleição de 2022, de conciliação dos interesses de classes e pautas mais progressistas de luta conjunto a minorias sociais, como a população negra, indígena e LGBTQIA +.

Aparentemente as contradições das disputas políticas internas por ambos os países de início parecem parecidas. Mas não é honesto fazer essa analogia pois deixa de lado todos os fatores sócio-históricos que diferem as 2 nações e a sua maneira de tocar suas políticas diplomáticas. Como dito anteriormente o atual governo de Luiz Inácio Lula promete dar um respiro nas relações diplomáticas brasileiras que foram tão caóticas, perdidas e instáveis durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, e projetar um novo futuro para o Brasil em relação ao mundo, novas disputas, novas mediações e luta pelos interesses brasileiros em busca de sua hegemonia global. A relação histórica entre o Brasil e os Estados Unidos, marcada por uma parceria econômica robusta, deve ser submetida a uma análise crítica principalmente tendo em vista a maneira que os EUA tocam sua política externa, à luz das ponderações feitas por Noam Chomsky no texto “O Dilema da Dominação” (2004)[20] o proeminente intelectual e linguista, oferece uma perspectiva relevante de como os EUA após a queda da URSS começaram a estabelecer e formar outras formas de dominação para manter sua posição hegemônica no Ocidente e no mundo, logo sua obra se torna importante para compreender as relações internacionais e as dinâmicas de poder subjacentes. Em suas análises, Chomsky frequentemente destaca a influência dos Estados Unidos como uma potência global e examina as maneiras pelas quais outras nações, incluindo o Brasil, podem ser afetadas por essa hegemonia inclusive destacando a influência e interesse estadunidense no golpe de 1964 que instaurou uma ditadura no país, como mais um exemplo da estratégia de dominação norte-americana.[21]

Uma boa ilustração disso foi discutida ontem à noite e todos vocês sabem sobre isso; é o Brasil. Quarenta anos atrás, o Brasil tinha um presidente ligeiramente populista com algum grau de apoio popular, e isso foi o suficiente para que a administração Kennedy instigasse um golpe militar que estabeleceu o primeiro dos "estados de segurança nacional", os estados neo-nazistas que então varreram o hemisfério. Bem, hoje o Brasil tem um presidente muito mais impressionante e radical, que foi eleito com enorme apoio de organizações de massa que se desenvolveram nos últimos 20 anos, mas não se fala em golpe militar. As razões

podem ser várias, mas uma delas é que simplesmente não é necessário.
(CHOMSKY, 2004, p. 22, tradução própria)

O presidente Lula inclusive é citado como “impressionante” e “radical” por Chomsky (2004) durante seu primeiro mandato enquanto presidente da república. No contexto econômico, a parceria entre Brasil e Estados Unidos é historicamente significativa, com vínculos que abrangem setores como comércio, investimentos e cooperação em diversas áreas. Contudo, uma análise crítica implica reconhecer a assimetria inerente a essa relação, onde a capacidade de influência dos Estados Unidos muitas vezes supera a autonomia do Brasil. O país sul-americano, embora possua uma economia robusta e diversificada, muitas vezes se encontra em uma posição de subordinação, sujeito às dinâmicas e interesses norte-americanos.

Chomsky (2004)[22] aborda o conceito de hegemonia e dominação assim como destaca a maneira que as nações mais poderosas[23] frequentemente exercem uma influência desproporcional sobre aquelas consideradas menos poderosas para manter sua hegemonia, extração de recursos e mão de obra, assim como defender seus demais interesses em determinada região.

[...] estudos muito importantes, cujo tema básico foi anunciado em 1941, concluindo que o objetivo de longo prazo, estou citando agora, era que os Estados Unidos mantivessem poder inquestionável no mundo pós-guerra e agissem para garantir a limitação da soberania por qualquer estado que pudesse interferir na política de alcançar a supremacia militar e econômica para os Estados Unidos, e então seguiram planos elaborados para implementar essas ideias. (CHOMSKY, 2004, p. 16, tradução própria)

Ao adotar essa perspectiva crítica, os formuladores de políticas e acadêmicos brasileiros podem examinar de maneira mais aprofundada as implicações das relações bilaterais, considerando não apenas os benefícios econômicos, mas também os custos potenciais associados à subordinação e à perda de autonomia. Essa análise crítica contribui para um entendimento mais holístico das dinâmicas complexas que moldam as relações internacionais e fornece um ponto de partida para a busca de uma parceria mais equitativa e justa entre o Brasil e os Estados Unidos.

Na presente análise, observamos uma postura assertiva adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua nova gestão, caracterizada por um distanciamento deliberado da

dependência econômica tradicional em relação aos Estados Unidos, favorecendo um realinhamento estratégico em direção à República Popular da China, consolidando paralelamente o fortalecimento do agrupamento dos BRICS. Este reposicionamento estratégico ficou notavelmente evidente durante a visita do presidente brasileiro à China em abril de 2023, conforme análise de Chivvis e Breiner (2023)[24], destaca-se a relevância desse encontro como um símbolo do retorno do Brasil ao cenário global, marcando uma transição substantiva em relação à política externa anterior sob a gestão de Jair Bolsonaro.

A estratégia delineada por Lula, caracterizada como "não alinhamento ativo," é interpretada pelos analistas norte-americanos como uma abordagem que se adapta ao cenário multipolar contemporâneo, priorizando os interesses nacionais brasileiros sem adotar uma postura partidária nas grandes contendidas geopolíticas, notadamente na competição estratégica entre os Estados Unidos e a China conforme artigo de Chivvis e Breiner (2023). No mesmo texto destaca a problemática com os EUA referente ao posicionamento do Brasil em relação ao conflito Russo-Ucraniano e como ele reflete essa abordagem, com uma condenação à invasão, mas uma postura neutra na venda de munições aos ucranianos.

O Brasil tem uma tradição de independência na política externa e de não alinhamento que remonta a muitos anos, mas seu desejo por autonomia tem se cristalizado em meio ao impasse mais amplo entre Estados Unidos e China e à medida que o peso político e econômico do Brasil tem crescido. O Brasil quer evitar uma ordem mundial estruturada apenas pela competição entre grandes potências e, em vez disso, espera por uma ordem multipolar onde estados de seu tamanho tenham mais voz em instituições internacionais e maior influência em geral. Na visão do Brasil, o surgimento de novos poderes, especialmente a China, promete uma era de "multipolaridade benigna" na qual o poder do Ocidente é reduzido e a influência das nações em ascensão é ampliada. (CHIVVIS; BREINER, 2023, tradução própria)[25]

A relevância da relação Brasil-China para compreender as relações entre Brasil-EUA é salientada, com a China desempenhando um papel de destaque como principal parceiro comercial do Brasil desde 2009[26], e “em 2022, Brasil exportou US\$ 89,4 bilhões para a China importações somaram US\$ 60,7 bilhões” (SAID, 2023). Lula busca intensificar os investimentos chineses em setores estratégicos da economia brasileira, abrangendo agricultura, combate à fome e pobreza, inovação industrial e tecnológica, energia e colaboração espacial, como destaca em artigo publicado por Berg e Baena (2023)[27]. A celebração de acordos substanciais, incluindo um swap de moedas real-yuan, reflete a

intenção de contornar a dependência do dólar norte-americano nas transações bilaterais conforme apontado no mesmo artigo.

Apesar do aprofundamento da cooperação, identificamos tensionamentos, notadamente relacionados à natureza desigual do comércio bilateral. O Brasil, primariamente exportador de commodities minerais e agrícolas, importa predominantemente produtos manufaturados de alto valor agregado da China. Questões diplomáticas, como o apoio chinês às aspirações do Brasil para um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e a relutância brasileira em aderir à Iniciativa do Cinturão e Rota[28], também geram complexidades nas relações bilaterais em que o Brasil novamente tem que pisar em ovos em relação a seus principais parceiros econômicos e visando conciliar seus interesses ao mesmo tempo que não impõe os interesses de desenvolvimento nacional brasileiro, realizando uma espécie de transição entre a dependência de uma moeda para outra, e da influência de um país para o outro, apenas para a exportação de commodities, ao invés de trocas comerciais que visam a construção e elaboração de infraestrutura em no país.

Sobretudo o governo brasileiro também não se afasta totalmente dos Estados Unidos enquanto parceiro comercial e diplomático, principalmente devido a nossa relação histórica que data de quase 2 séculos, após o país reconhecer nossa independência em maio de 1824[29]. E até hoje é possível ver a importância das relações entre os 2 países, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços[30] as exportações brasileiras para os EUA aumentaram em 2022, chegando a US\$ 37,4 bilhões, enquanto as importações do Brasil dos EUA cresceram para US\$ 51,30 bilhões no mesmo ano, mesmo com os tensionamentos entre Bolsonaro e Biden. A Câmara de Comércio dos EUA, presente há 45 anos no Brasil, desempenha um papel importante na promoção do fortalecimento das relações comerciais bilaterais e no aprimoramento do ambiente de negócios entre os dois países, mas o interesse dos EUA fica evidente, “Cerca de 3,5 mil produtos originários de países em desenvolvimento podem se beneficiar do SGP norte-americano. ” (BRASIL, 2023) demonstrando o foco da administração Biden em continuar a dependência dos países “em desenvolvimento” (ou “sul global”) para com a balança comercial estadunidense e sua moeda.

É imperativo que o atual governo brasileiro adote uma postura de maior consciência em relação às suas interações com outros países, especialmente aqueles do "norte-global", reconhecendo que essas interações frequentemente resultam em uma forma de subjugação,

caracterizada pela exploração de commodities, produtos primários e mão de obra barata da população brasileira, em prol dos interesses dessas nações em consolidar seu capital e hegemonia no território brasileiro. A aproximação crescente entre Brasil e China, e as mudanças de perspectivas inauguradas pelo governo Lula em relação a essa parceria estratégica, têm sido percebidas como uma ameaça à hegemonia e controle exercidos pelos Estados Unidos em nosso país. Esses eventos destacam a capacidade do governo brasileiro de se posicionar de forma mais assertiva em relação aos seus interesses e de se unir em prol do fortalecimento de um novo polo econômico global, como os BRICS[31]. Ademais, ressaltam a importância de direcionar as relações exteriores brasileiras para o desenvolvimento da infraestrutura e dos setores básicos da economia nacional, visando fortalecer a economia doméstica e promover o crescimento sustentável.

1.2. Políticas exteriores de Biden e perspectiva de mudança

É imprescindível realizar uma análise crítica da influência exercida e das abordagens adotadas pelo Presidente Biden em suas políticas externas, a fim de compreender as estratégias que o governo liderado por Lula, eleito em 2022, adotará para lidar com os Estados Unidos, a principal potência do Ocidente. Para tanto, é necessário examinar minuciosamente a condução da agenda diplomática pelos Estados Unidos, e Noam Chomsky pode novamente nos auxiliar a entendê-la, em seu texto “Os Dilemas da Dominação” (2004)[32] é evidente que ele sustenta uma visão de que os Estados Unidos operam com um caráter imperialista e dominador em suas relações internacionais. Essa perspectiva se baseia em uma série de fatores, incluindo a busca pela dominação global, a exploração de recursos estratégicos e a imposição de políticas econômicas e militares que servem aos interesses das elites poderosas e privilegiadas.[33]

[...] vários eventos de significado considerável ocorreram, lançando uma longa sombra sobre os assuntos mundiais. O primeiro foi a declaração da estratégia de segurança nacional da administração Bush. Isso anunciou, na verdade, que os Estados Unidos pretendem dominar o mundo permanentemente, pela força se necessário - a força é a única dimensão na qual os Estados Unidos reinam completamente supremos - e também anunciou a pretensão de eliminar qualquer desafio potencial ao seu domínio. (CHOMSKY, 2004, p.15, tradução própria)

A administração Biden apenas prossegue com a cartilha de intervencionismo norte-americano em outros países que data desde a Doutrina Monroe do séc. XX. Os EUA mantêm sua

política imperial através de estratégias como a "guerra preventiva", onde justificam ações militares para preservar sua supremacia. Isso envolve flexibilidade na interpretação de normas internacionais, como "crimes de guerra". A busca pelo controle econômico global, especialmente por meio de corporações multinacionais, está alinhada com a manutenção do poder político. A participação em intervenções humanitárias, muitas vezes questionáveis, serve aos interesses políticos e econômicos. Chomsky (2004) inclusive critica a duplicidade na definição de terrorismo, destacando que Estados, incluindo os EUA, podem praticá-lo sob rótulos como "antiterrorismo" ou "guerra justa".

É necessária essa compreensão pois uma das primeiras medidas internacionais que Biden toma é a retirada das tropas norte americanas do Afeganistão em 2021[34], uma guerra que os EUA participam desde 2001, ou seja, após 20 anos de ocupação norte-americana no país, sustentada pela justificativa de “guerra ao terror” o então presidente toma a iniciativa de evacuar as tropas de lá, abandonando o governo afegão fantoche que os EUA implantaram e que rapidamente cai para as forças do Talibã.

Segundo o jornal Al Jazeera (2023)[35] a retirada caótica incluiu um atentado de um homem bomba do Estado Islâmico que causou a morte de 175 pessoas, incluindo 13 militares dos EUA, "Eu não ia prolongar esta guerra interminável." É a declaração de Biden após a retirada das tropas, frase um tanto quanto curiosa visto que nos anos seguintes de seu governo, ele não só faz questão de prolongar a guerra entre Rússia e Ucrânia, como também inicia novos conflitos no oriente médio e em outros lugares do mundo.

Na guerra entre a Ucrânia e Rússia o presidente norte-americano fez questão de continuar a postura de incentivar a guerra e a aliança da Ucrânia com a OTAN (Organização do Tratado Norte) e manter os interesses americanos na região. O repórter da CNN, Liptak (2023)[36] analisa a visita surpresa em fevereiro de 2023, de Biden a Zelensky como uma demonstração dramática de apoio dos Estados Unidos à Ucrânia em seu conflito com a Rússia. A visita, realizada em segredo, ocorre em um momento crítico do conflito, com a Ucrânia buscando retomar territórios e a Rússia preparando uma ofensiva na primavera. Biden anunciou um pacote de assistência de meio bilhão de dólares, incluindo equipamentos militares adicionais e novas sanções contra Moscou. Sua presença pessoal em Kyiv visou reforçar o apoio dos Estados Unidos a Zelensky e sua luta, enquanto o presidente ucraniano tenta mobilizar o apoio internacional. A visita é vista como um momento simbólico, ocorrendo um dia antes de um discurso planejado pelo presidente russo Vladimir Putin para marcar o aniversário da

guerra. A mensagem que Biden tenta deixar é clara: a Rússia está falhando em sua guerra de conquista, e os Estados Unidos estão firmemente ao lado da Ucrânia.

Mas a realidade do conflito é outra, em matéria na revista norte-americana TIME, 1 ano após a visita de Biden, o jornalista Lieven (2024)[37] argumenta que a Ucrânia enfrenta dificuldades significativas para vencer a guerra contra a Rússia devido à superioridade militar russa e à estratégia de desgaste adotada estar sendo falha, além da crítica a estratégia dos EUA de sustentar a resistência ucraniana indefinidamente, sem oferecer uma solução realista para o conflito.

Mais um exemplo da continuidade da postura norte-americana de intervencionismo, “conflitos preventivos” e busca pela hegemonia de seus interesses é o recente apoio irrestrito norte americano no acirramento do genocídio e colonização do estado de Israel contra o povo palestino em Gaza e Cisjordânia a partir de outubro de 2023[38]. Nisso o Jornal Al Jazeera (2024)[39] realizou uma análise da postura e das declarações da administração Biden em relação ao conflito entre Israel e Gaza ao longo do tempo desde o 7 de outubro de 2023 até março de 2024. Aonde destaca uma mudança gradual na retórica dos Estados Unidos, começando com uma forte declaração de apoio a Israel, e conforme os meses foram passando, e as denúncias de crimes de guerra e genocídio que os EUA financiava foram aparecendo e ficando indefensáveis, Biden se sentiu pressionado pela comunidade internacional a expressar preocupações com o sofrimento em Gaza e pressionar por pausas humanitárias. No entanto, mesmo com críticas à resposta israelense, a postura dos Estados Unidos continua a ser de auxiliar a apoiar Israel e a buscar acordos que garantam a segurança do país, além de terem vetado três vezes, no Conselho de Segurança da ONU, o cessar fogo imediato em Gaza.

No contexto geopolítico, o Brasil emergiu como um ator diplomático influente, destacando-se por sua posição pública de condenação do genocídio em Gaza e pela crítica à postura do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden em relação ao conflito[40]. Além disso, o Brasil manifestou apoio à denúncia apresentada pela África do Sul na Corte Internacional de Justiça contra Israel.[41] Essas ações do governo brasileiro contribuíram para intensificar a pressão internacional sobre Biden, levando-o a reconsiderar suas declarações anteriores e adotar uma postura mais cautelosa em relação ao apoio anteriormente concedido de forma incondicional ao genocídio praticado por Israel e ao primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu. Apesar da resistência por parte dos Estados Unidos em relação às declarações do presidente

brasileiro, a repercussão internacional das críticas proferidas por Lula resultou em uma mudança de postura por parte dos Estados Unidos em relação ao genocídio em Gaza. Tal mudança foi evidenciada pela abstenção dos Estados Unidos na votação do cessar-fogo no Conselho de Segurança da ONU em 25 de março de 2024, após cinco meses de obstrução das tentativas de alcançar um cessar-fogo e na defesa dos interesses de Israel.[42]

A atitude adotada pelo Brasil representa uma mudança de paradigma em relação à política externa do governo anterior de Bolsonaro, que se caracterizava por uma forte apoio e idealização os Estados Unidos e pouca contestação aos interesses norte-americanos. Essa mudança é evidenciada pelo fato de que, conforme mencionado anteriormente, o presidente Lula, em seu novo mandato, está buscando uma maior proximidade com a China, o que desagradou a Biden, especialmente considerando as tensões entre os Estados Unidos e a China desde o início de seu mandato. Logo após assumir o cargo, Biden realizou uma ligação telefônica com o presidente chinês Xi Jinping, estabelecendo uma postura para uma relação contenciosa com Pequim. Durante essa ligação, Biden abordou várias questões que se tornariam pontos de tensão entre os dois países, incluindo preocupações sobre práticas econômicas coercitivas e injustas, a repressão em Hong Kong, abusos de direitos humanos em Xinjiang e a postura cada vez mais assertiva da China na região, especialmente em relação a Taiwan. Além disso, segundo o jornal Al Jazeera (2023)[43], Biden desagradou a China ao anunciar o acordo AUKUS para fornecer submarinos nucleares à Austrália e ao sediar o primeiro encontro presencial com os líderes da aliança Quad, que é vista como uma contraposição à China na região Ásia-Pacífico. Apesar das crescentes tensões, Biden afirmou repetidamente que não busca uma guerra fria com a China, embora sua abordagem de tratar Pequim como o principal desafio geopolítico dos EUA ecoe a postura de Trump, que iniciou uma guerra comercial com a China.

A postura adotada por Lula no atual governo em relação aos Estados Unidos e à gestão de Biden deve ser fundamentada em uma busca pela defesa de uma hegemonia própria e dos interesses nacionais, levando em consideração a complexidade das relações internacionais e a necessidade de autonomia na condução de políticas externas. Ao analisar a relação entre Brasil e Estados Unidos, é essencial considerar a história de dependência econômica e política do Brasil em relação a maior potência do Ocidente, como relembra o especialista nas relações diplomáticas brasileiras, Milani (2011)[44] sobre o intervencionismo norte americano no Brasil e na América Latina durante a segunda metade do século XXI marcada

por uma assimetria nas relações bilaterais, golpes de estado, e governos autoritários na qual os interesses norte-americanos muitas vezes prevaleceram sobre os interesses brasileiros.

Aspecto implícito nos acordos, a América Latina permaneceu sob o controle majoritário dos Estados Unidos, sem liberdade de ação no cenário internacional. O governo norte-americano não só abandonou completamente sua postura isolacionista, mas também negligenciou as promessas feitas a seus pares na América Latina, considerada secundária em termos geopolíticos e econômicos. (MILANI, 2011, p.71)

Milani (2011) nesse mesmo artigo, recorda que o Lula durante seus dois primeiros mandatos enquanto presidente da república (2002-2010) realizou uma mudança significativa na abordagem das relações com os Estados Unidos. Lula procurou restaurar a credibilidade da ideia de autonomia política e inserção soberana do Brasil no cenário internacional. Sua política externa foi marcada pelo multilateralismo e pela defesa dos interesses do Brasil de maneira mais assertiva. Sob a liderança do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o Brasil defendeu o bilateralismo com base na reciprocidade, priorizando negociações que atendessem às necessidades e interesses do país. Essa mudança na política externa brasileira sob Lula foi impulsionada pela independência econômica conquistada pelo Brasil, bem como pelo fortalecimento do regionalismo sul-americano e de alianças estratégicas com outros países considerados “emergentes”. O Brasil não mais considerou as relações com os Estados Unidos como um fator central em sua diplomacia, optando por buscar uma maior autonomia e diversificação de suas parcerias internacionais, além de ter começado a assumir uma postura crítica às ações imperialistas do presidente Obama (Democrata) na época.

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos continuaram a mudar de rumo, não só em relação às negociações comerciais hemisféricas, mas também em função da posição crítica do governo Lula quanto à guerra no Iraque e à estratégia norte-americana nos conflitos entre a Venezuela e a Colômbia. (MILANI, 2011, p. 80)

Considerando os elementos abordados, é observável que o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva já adotou práticas e tomou decisões que visam enfraquecer a soberania dos Estados Unidos em relação ao Brasil. As análises e fatos anteriormente apresentados indicam que sua postura atual segue uma trajetória semelhante, distanciando o país da dependência econômica em relação ao dólar norte-americano. Além disso, o Brasil tem se aproximado de blocos emergentes no cenário geopolítico global, como a China, adotado uma postura neutra em conflitos alheios aos interesses diretos do país, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, e

denunciado atos de imperialismo e violações dos direitos humanos, como os ocorridos em Gaza.

Nesse contexto, esta análise crítica visa examinar e apontar as dinâmicas de poder subjacentes às relações bilaterais, reconhecendo a importância de equilibrar os benefícios econômicos com os potenciais custos associados à subordinação e à perda de autonomia. Uma abordagem crítica também requer compreender as estratégias e políticas adotadas pela administração de Joe Biden, especialmente em relação a outros países e regiões do mundo. Isso envolve uma análise das políticas de intervenção militar, busca por hegemonia econômica e diplomática, e defesa de interesses geopolíticos, muitas vezes refletindo uma lógica imperialista e de dominação por parte dos EUA.

2. BRASIL-UE – por Rafael Borges dos Santos

2.1. Brasil e UE entrepostos, França e demais atores

Apesar do entendimento do Brasil como uma nação recém resgatada da condição de “pária internacional”, ideia expressa pelo próprio governo, a realidade se opõe à impressão, pois na prática foram alterados o uso do *soft power* sobre o Brasil, que antes poderiam ser direcionados à natureza ideológica controversa do ex-mandatário e de seu governo, já é direcionada sobre a condição geopolítica da nação brasileira desde seu surgimento como “colônia”, com posturas extremamente colonialistas por parte dos “colonizadores”, a exemplo de quando Rei Carlos III (ou Charles III) solicitou à Lula que cuidasse da Amazônia^[45], e Lula, como compreende a necessidade de se usar da agenda verde em fim de atrair recursos para o Brasil, replicou a frase do monarca britânico ressignificada como forma de colocar o país sobre a confiança internacional, uma vez que o atual governo é creditado de esperanças por parte dos países do Atlântico Norte, esses que monopolizam a agenda verde e a usam de forma imperativa violentamente.

Um embate que marca o começo do governo Lula III e seu dever quanto com o Mercosul como com o agronegócio brasileiro é o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, e sobre este é observado o seguinte: por mais que seja expresso o interesse do presente governo a frente desta negociação envolvendo o acordo, há de ser colocada em vista a distinção entre a política “provável” e a aquela das “aparências”, isso é, há de se trazer a possibilidade de o governo brasileiro ter tido interesse, de fato, no acordo, ou a possibilidade

do aparente interesse sobre o acordo ter sido uma ferramenta diplomática para mostrar que o Brasil pode ser um *jogador* global mesmo sem a consolidação de um acordo que traria perdas em proporcional aos ganhos vindouros, assim em demonstração de avanço mediante sacrifício, essa óptica anda na contramão da ideia de que o Brasil estaria disposto a sangrar para a ver o acordo ser firmado, ressalta o pragmatismo do Brasil em entender o tempo certo para conseguir alterar os termos e assinar o acordo de forma que a posição da França não prepondere.

Se pode ser levantada dúvida sobre a real posição do Brasil perante o acordo em atual momento, o mesmo não pode ser feito a respeito da posição do grande antagonista ao acordo, no caso a França, conforme explicitado por Emmanuel Macron durante a COP28 quando afirmou ser contra o acordo com a justificativa de que este “não é bom para nenhuma das partes” (Macron, 2023)^[46]. Há de ser analisada essa posição antagônica, essa não parte unicamente do agente da ação, mas que este representa interesses maiores de determinadas classes além dos interesses nacionais presentes nas motivações, pois sabe-se que Macron atende aos interesses de uma elite financista ligada aos bancos europeus, uma vez que pode ser traçado sua ascensão após a origem como parte do *Inspection des finances* e a serviço do Rothschild & Cie antes de entrar na vida política, ou atua para representar os interesses — ou usar dos interesses — da elite agrária francesa para não ter de enfrentar dois novos concorrentes: Brasil e Argentina. Se trata de uma prática política bastante comum, assim é notória e exposta a natureza originária da figura de Macron por veículos de mídia, como exemplo o artigo “*Les années Rothschild d’Emmanuel Macron*”, do jornal *Le Monde*: “*Durant la campagne, le candidat d’En Marche! n’a cessé d’être attaqué sur son passage chez Rothschild, où il a travaillé de septembre 2008 à mai 2012*”^[47] (2017), e “*Rothschild keeps banking dynasty intact as heir takes reins*”, da agência *Reuters*, “*And investment bankers expect the French M&A sector to remain resilient, helped by last year's election of President Emmanuel Macron, himself a former Rothschild banker, who has vowed to strengthen the economy*”^[48].

Apesar das possibilidades apontadas anteriormente e das posições dos atores a frente do acordo, o resultado político obtido não foi dos melhores para o Brasil pelos seguintes motivos: 1 - Deu a impressão da negociação ter o destino selado pelos interesses franceses,

adicionando peso na relevância do país europeu para a negociação. 2- Deu impressão de ganho político para uma força emergente na América do Sul que se mostra contrária às políticas de integração econômica e social na região, e que trabalham para a perda de importância do Mercosul para que no fim haja sua dissolução, portanto se mostram contrários ao multilateralismo como importante ferramenta para o desenvolvimento regional, o que reduz o papel de liderança do Brasil.

Se em um enredo o Brasil fosse o protagonista dentro de um ciclo de jornada por busca de seu desenvolvimento, em tese, sobre o mesmo enredo a França seria um antagonista que esporadicamente se coloca no meio dos planos do protagonista, de forma prática, conforme nos é visível pela historicidade das relações Brasil-França, é portanto lógico que o mandatário do *le hexagon* tenha posturas firmes sobre o Brasil e busque sair por cima, nesse caso há um conflito omitido pela postura conciliadora do Brasil para com essa parte do globo (Europa), no qual se constrói dialeticamente uma relação de “conflito silencioso” na qual resta para uma das partes esperar o momento certo para pressionar, e para a outra mostrar ter capacidade de contornar essas dificuldades vindouras. Mesmo com essa atenção atribuída à essa relação, no dia 27 de março de 2024 a floresta amazônica de Belém, no Pará, foi marcada pelo encontro do mandatário brasileiro com o referido mandatário da França em busca de firmar um diálogo de interesse mútuo pela Amazônia^[49] — em jogo um investimento de £1 bilhão para a proteção da Amazônia brasileira e franco-guianesa^[50] —, e de acordo com o que foi publicado pelo Ministério das Relações Exteriores o encontro tratou sobre compromissos como o Pacto de Paris Para os Povos do Planeta, Consenso dos Emirados Árabes Unidos e demais deveres quais foram honrados e discutidos, reforma da arquitetura do sistema financeiro multilateral e internacional e a necessidade de combater-se o desmatamento.

A doxa residual sobre essa visita está vinculada à natureza da expressão publicitária da política nos tempos presentes, qual carrega consigo uma fixação pelos detalhes, e dessa vez sintetizada na grande recepção de Lula ao mandatário francês, no dia 26 de março de 2024, este assim referido por Lula como “*amigo*”^[51] (Lula, 2024), e por fotos classificadas como artigos de vergonha para ambos os mandatários, o jornal *Estadão* chamou de “gafe”^[52], a *Folha de São Paulo* correlacionou às fotos de pré-casamento^[53] — algo depois

reafirmado em ressignificação pela equipe de ambos os mandatários pelas redes sociais, “O Brasil ama a França e a França ama o Brasil”^[54] (Lula, Macron, 2024) — e considerou um “deslize”. Sejam os coerentes ao analisar esses detalhes e os percebamos não como fotos inseridas numa lógica de propaganda, percebamos como elementos simbólicos que expressam a óptica das frentes que comandam a política de ambos os países, é portanto necessário dar significado à floresta como a “reunião dos símbolos maternos” (Jung, p. 295), e à água qual Lula e Macron se apresentam sobre, acima de um barco em uma das fotos publicadas, como “o espírito que se tornou inconsciente” (Jung, p. 29), e que a “projeção da imago materna sobre a água confere a esta uma série de qualidades numinosas, respectivamente mágicas como são próprias à mãe” (Jung, p. 260), simbolizando na esfera política uma intersecção do imanente com o transcendente quanto aos destinos dos povos, estes da floresta (povos originários, representados na foto) como da classe burocrática (também representada na foto), nesse último citado deduz-se que de ambas as nações (Brasil e França), resta-nos saber se esse destino será benéfico ou maléfico para uma das partes, pois o histórico de uma dessas partes não é favorável para a formação de um laço que cumule confiabilidade.

Fonte: Instagram

Fonte: Instagram

É necessária a justiça frente a análise do encontro por além da construção imaginativa por via das fotos e da propaganda política, pois é nítido que os críticos contumazes do mandatário brasileiro usaram desse ocorrido como uma forma de reduzir os olhares para questões desinteressantes para as massas devido menor impacto direto ao *quotidiano* do povo — portanto, também desinteressantes para fins de ataques ou defesas ao governo, o que também desimporta para a análise sobre a relação bilateral, apenas interessa a fins de elucidar a relação de forma a minimizar as impressões — , como àquelas referentes ao que foi discutido no espectro de manter as boas relações bilaterais, isso pois dentre os temas em pauta àquele mais exposto por parte da imprensa e de ambos os mandatários foi referente às políticas verdes de biodesenvolvimento, pouco foi-se apontado sobre o uso de tecnologia

francesa para o funcionamento de submarinos ligados ao programa PROSUB (Programa de Desenvolvimento de Submarinos)^[55], presente no submarino Tonelero (comemorado por ambos os Estados e lançado ao mar no dia 27 de março) e dentro de um projeto mútuo muito importante para que o Brasil possa garantir sua soberania, e no caso em específico, o Tonelero foi assim feito para atuar na proteção do pré-sal, e é mais um dos esforços que o Brasil vem exercendo em sua política de Estado, a questão que pesa contra é ligada aos interesses franceses, muito explicitados na fala de Macron, ainda em sua visita à Brasília, sobre a necessidade de, com o Brasil, atuar no mercado africano^[56], quiçá possa ser ou uma ação nobre de interesse genuíno por parte do presidente francês, ou talvez o movimento dos países africanos em se desvincular das amarras coloniais ainda pertinentes violentamente por parte da presença francesa tenha forçado o Estado francês a usar de um parceiro, muito bem visto pela comunidade de nações africanas, para manter-se ainda presente no continente.

2.2. Políticas verdes conduzindo laços

O Brasil não esteve isento desses colaterais de acordo mediante imposições vindas do norte e o Brasil do governo Lula III enfrentou o desafio de conciliar laços entre países defensores da agenda verde internacional e países antagônicos à essa agenda verde na práxis.

Das animosidades primordiais tivemos sobre o primeiro sinal, este referente ao retorno do Fundo Amazônia, Alemanha e Noruega juntas moveram valores de R\$ 3,3 bilhões^[57] para o fundo e sinalizaram as preocupações globais → o dinheiro desses investimentos são revertidos em obras estratégicas cruciais para a proteção do meio ambiente por via de pesquisas e monitoramento, porém questiona-se os reais interesses destes na proteção da Amazônia por pairar sobre o tema dúvidas e controversas a despeito desses países com as práticas exploratórias de devastação sobre o território, porém não expostas pela imprensa internacional, que servem para o lucro de seus acionistas. Havendo ou não nebulosidades a despeito desses investimentos, é certo que há a conversão de interesse em dinheiro, qual é por vez convertido em desenvolvimento para a bioeconomia nacional, visão já não comum ao governo anterior, que acreditava em outro perfil de investimento: aquele direto da iniciativa privada para fins exclusivamente exploratórios em que há a suposição de que o dinheiro investido será retornado sobre forma de políticas de desenvolvimento ambiental, uma incoerência.

Houveram outros determinados acordos que ainda mesclam dúvidas, a começar: o chanceler Mauro Vieira assinou o Novo Marco de Cooperação Brasil-ONU 2023-2027, que concatena desenvolvimento ambiental, social, econômico e de governabilidade, sobre cinco temas impostos em específico, estes são: “Transformação Econômica”; “Inclusão Social”; “Meio Ambiente e Mudança do Clima”; “Governança e Capacidade Institucional”; e “Prevenção de Conflitos e a relação entre Ações Humanitárias, Ações de Desenvolvimento e Esforços de Consolidação da Paz” (Brasil, 2023)^[58], todos discutidos e firmados em finalidade de tornar o Brasil uma nação com melhores índices sociais e econômicos até o ano de 2027, porém há a linha da “agenda ESG” transparecendo a possibilidade do acordo alinhar o Brasil conforme os anseios a ONU, ou mesmo as forças políticas e financeiras que alimentam determinada agenda e usam dos poderes supranacionais, e financeiros, para uniformizar políticas nacionais conforme interesses externos à dessas nações. O ministro da fazenda, Fernando Haddad assinou com a Alemanha, atendendo o Acordo de Paris, um acordo bilateral também relacionado às questões bioeconômicas^[59], assim econômicas e relacionadas à vida e meio ambiente, com um adendo sobre a troca de informações a despeito de setores tecnológicos, portanto não se trata de uma negociação restrita ao dinheiro, mas também ao valor atrelado à informação, qual é crucial para o desenvolvimento do país no que tange a estratégia de muitos setores, acordo que pode ser entendido como algo benéfico, mas que carrega seus riscos por decorrência da natureza da agenda verde, isso pois possui consigo diversos colaterais que travam o desenvolvimento do país e mantém uma certa submissão ao “centro”/atlântico norte.

A relação entre Brasil-Atlântico Norte nessa agenda ambiental começa não nos acordos firmados, ou nas viagens e nos detalhes quanto falas e discursos, mas na distribuição de cargos ministeriais, a exemplo da presença de Marina Silva sobre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, considerada então pelo governo como uma carta na manga nas relações perante a comunidade internacional e seu respeito sobre a ministra — controvérsias existem, a princípio partes do próprio governo não se confortam com a presença da ministra no governo, pois acreditam que esta representa alguns interesses que não dialogam com algumas necessidades do Brasil quanto ao desenvolvimento, essa divisão de opiniões internas no governo ficou explícita na questão da exploração de petróleo no litoral norte do Brasil próximo à foz do rio Amazonas^[60].

No geral, observa-se que o atual governo consegue ser menos atacado internacionalmente do que o seu antecessor, as ferramentas quanto ao *soft power* do Brasil direcionado ao mundo vem dando resultado, apesar de posturas colonialistas do Atlântico Norte, é visto que muitos ataques não são feitos ao mandatário ou mesmo ao conjunto que compõe o governo, são direcionados ao Brasil — como resultado da história sobre forma de nação — e aos demais países observados como “colônias” aos olhares de nações “do Norte”, por questões que já conhecemos, estas que se revestem de propagandas e que colocam a Europa e Estados Unidos como forças salvadoras do mundo “protagonizando” uma guerra contra as mudanças climáticas vindouras, vindo de interesses destes sobre a possibilidade de explorar na surdina os países “colonizados”.

Claro, a dificuldade de tratar essa seara permanece no esclarecimento sobre a linha tênue a despeito da teoria e da prática, desde as teorias conspiratórias sobre as mudanças climáticas e práticas conspiratórias sobre as mesmas, até as artimanhas retóricas, no entanto observa-se que o mundo retoma uma nova dicotomia, que se esconde por detrás de questões culturais, como exemplo “Oriente” e “Ocidente”, quando na prática está aos poucos sendo vinculada à produção energética, conforme é apontado por Michael Klare em seu artigo “*The New Geopolitics of Energy*”:

“Just as the rise of the petroleum industry in the final decades of the nineteenth century ignited a global race to discover and control new sources of crude, the current surge in demand for alternative sources of energy is spurring a drive to master the production and distribution of renewable technologies. While still in its early stages, this competition has the potential to alter the geopolitical map. We are glimpsing some beguiling hints of what the new world might look like.”^[61] (p. 8)

É portanto inevitável a correlação futura entre posicionamento e produção energética tendo em vista a dualidade de corridas por partes da comunidade global de nações, presume-se então que para o Brasil, que se situa entre dois mundos, mesmo na margem de ambos, concilie o desenvolvimento com a sustentabilidade, assim, tentando romper com um dilema que principiará as decisões políticas e econômicas em tempos próximos.

Um dos feitos significativos do presente governo foi da adesão brasileira à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que apesar de positiva, levou dúvidas para a comunidade internacional de países que antagonizam com estes, assim por

“dúvida” não busco traçar uma ideia errônea sobre essas nações supostamente sentirem “ciúmes”, pois a essência real é racionalizada sem requintes de sentimentos passionais de apego e desejo dentro da política internacional, o olhar foi de desconfiança sobre os movimentos do referido peão do tabuleiro (Brasil), que, por via de seu chefe de Estado, justificou-se para a outra parte do mundo sobre sua entrada na OPEP dizendo estar ter consigo a finalidade de “convencer os países que produzem petróleo [de] que eles precisam se preparar para o fim dos combustíveis fósseis”^[62] (Lula, 2023), colocação essa que não convenceu, mas que também nem mesmo seria necessário haver tal convencimento, porém é controverso: ora, se os combustíveis fósseis acabarem, por qual motivo faz-se necessário a entrada do Brasil na OPEP? Aparentemente existiam respostas melhores. Fora a resposta, acumulam os otimismo referentes à esse avanço, uma vez que este proporciona a possibilidade do Brasil participar, diretamente ou indiretamente, do controle internacional de preços sobre os barris de petróleo, fortalecer sua indústria petrolífera nacional e, como apontado anteriormente, adianta o Brasil sobre o processo de posicionamento global com base na capacidade de produção energética, trazendo para o Brasil novos olhares, novos investimentos e possibilidades de acordos com outros países produtores e exportadores de petróleo.

Apesar da boca contrariar os olhos, o Brasil se compromete como uma nação de mãos dadas com as palavras firmadas no passado frente aos acordos internacionais de cooperação para preservações ambientais e combate às mudanças climáticas, havendo controvérsias ou não, a honra prepondera frente a esses planos, o que até o momento leva pontos negativos não é o conteúdo firmado e tratado nesses acordos, uma vez que é compreensível a situação global do Brasil, mas a postura vem sendo um elemento ainda muito decepcionante, pois essa [a postura] torna dogma os pactos multilaterais regidos por órgãos supranacionais quais não possuem o Brasil frente às mesas de negociação como um dos protagonistas ativos, considerando o Brasil menor mediante um poder já bastante irrisório, não que a insubordinação e ignorância fossem caminhos a serem trilhados, pelo contrário, porém a postura tomada frente à multilateralidade somada à falas dúbias traz controvérsias bastante pertinentes às partes que regem o governo e que guiam o Brasil dado o momento.

REFERÊNCIAS

VISENTINI, Paulo Fagundes. EDITORIAL: TERCEIRO MUNDO OU SUL GLOBAL?. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.4, n.8, p.7-8. Jul./Dez. 2015.

JESUS, Samuel de. Apresentação. A (anti) política externa do Governo Bolsonaro: O Brasil como pária internacional (2019-2022). 1ª Edição. Campo Grande: Editora Oeste, p. 11-12, set. de 2023.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. A Importância das relações Brasil-Estados Unidos na política externa brasileira. Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI), Brasília, n. 6, 93 p. 69-85, abr./jun. 2011.

CHOMSKY, Noam. The dilemmas of dominance. In: BORON, Atílio. New worldwide hegemony: Alternatives for change and social movements. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 15-34, 2004.

Joe Biden é eleito presidente dos EUA após vitória na Pensilvânia. G1, 07 de nov. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/11/07/joe-biden-vence-na-pensilvania-e-garante-votos-para-ser-eleito-presidente-dos-eua-aponta-projecao-da-ap.ghml>.

Invasão do Capitólio dos EUA completa três anos neste sábado (6); relembre. CNN Brasil, 06 de jan. de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/invasao-do-capitolio-dos-eua-completa-tres-anos-neste-sabado-6-relembre/>

SANT'ANNA, Lourival. Saiba as semelhanças das invasões ao Capitólio e às sedes dos Três Poderes no Brasil. CNN Brasil, 08 de jan. de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/saiba-as-semelhancas-das-invasoes-ao-capitolio-e-as-sedes-dos-tres-poderes-no-brasil/>

CORREIA, Alessandra. Eleições nos EUA: Trump é derrotado por Joe Biden. BBC News, 07 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/extra/17IAgr2oZv/eua-eleicao-trump-derrota>.

Bolsonaro apoia Trump e diz que houve fraude nos EUA enquanto mundo critica assalto ao Capitólio. El País, Brasil, 06 de jan. de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-07/bolsonaro-apoia-trump-e-diz-que-houve-fraude-nos-eua-enquanto-mundo-critica-assalto-ao-capitolio.html>

GRUENBERG, Mark; WOJCIK, John; Atkins, C.J. Biden's program: Economic populism at home, imperialism abroad. People's World, 8 de mar. de 2024. Disponível em: <https://www.peoplesworld.org/article/bidens-program-economic-populism-at-home-imperialism-abroad/>

CHIVVIS, Christopher; BREINER, Beatrix. Brazil in the Emerging World Order. Carnegie endowment for international peace, 18 de dez. de 2023. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2023/12/18/brazil-in-emerging-world-order-pub-91285>

SAID, Flávia. China virou maior parceira comercial do Brasil ainda no governo Lula II; veja números. Jornal Metrôpoles, Economia, 14 de abr. de 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/china-virou-maior-parceira-comercial-do-brasil-ainda-no-governo-lula-ii-veja-numeros>

BERG, Ryan C.; BAENA, Carlos. The Great Balancing Act: Lula in China and the Future of U.S.-Brazil Relations. Center for Strategic and International Studies, 19 de abr. de 2023.

Disponível em:

<https://www.csis.org/analysis/great-balancing-act-lula-china-and-future-us-brazil-relations>

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Bicentenário de relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos.[Brasília]: Ministério das Relações Exteriores, 31 de jan. de 2024.

Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/bicentenario-de-relacoes-diplomaticas-entre-o-brasil-e-os-estados-unidos

Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Brasil e EUA estreitam relações bilaterais em comércio e investimentos. [Brasília]: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 11 de mai. de 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/brasil-e-eua-estreitam-relacoes-bilaterais-em-comercio-e-investimentos#:~:text=Interc%C3%A2mbio%20comercial,nossas%20vendas%20externas%2C%20no%20per%C3%ADodo.>

PRAZERES, Leandro. Brics: como Lula tenta ampliar influência do Brasil no mundo. BBC News Brasil, 18 de ago. de 2023. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw9gjy219p2o>

VALLEJO, Maria Antonia. Retirada de tropas do Afeganistão encerra a guerra mais longa dos Estados Unidos. El País, Internacional, 30 de ago. de 2021. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-08-30/retirada-de-tropas-do-afeganistao-encerra-a-guerra-mais-longa-dos-estados-unidos.html>

Five key moments that shaped Biden's presidency so far. Al Jazeera, 25 de abr. de 2023. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2023/4/25/five-key-moments-that-shaped-biden-presidency>

LIPTAK, Kevin. Biden makes surprise visit to Ukraine for first time since full-scale war began. CNN Politics, 20 de fev. de 2023. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/02/20/politics/biden-ukraine-zelensky-visit-one-year-war-anniversary-intl-hnk/index.html>

LIEVEN, Anatol. Ukraine Can't Win the War. TIME, 24 de fev. de 2024. Disponível em: <https://time.com/6695261/ukraine-forever-war-danger/>

ADAMOR, Junior. Massacre de Israel contra palestinos completa um mês com 10 mil mortos; situação tende a piorar, segundo analistas. Brasil de Fato, Internacional, Botucatu, 7 de nov. de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/07/massacre-de-israel-contra-palestinos-completa-um-mes-com-10-mil-mortos-situacao-tende-a-piorar-segundo-analistas>

PAIK, Rocio. Lula critica Biden e diz não ter o que falar com Netanyahu: 'é um extremista de direita'. Operamundi, São Paulo, 1 de dez. de 2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/lula-critica-biden-e-diz-nao-ter-o-que-falar-com-netanyahu-e-um-extremista-de-direita/>

Lula apoia ação da África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça, diz Itamaraty. G1, Brasília, 10 de jan. de 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/10/lula-apoia-acao-da-africa-do-sul-contra-israel-na-corte-internacional-de-justica-diz-itamaraty.ghml>

HARB, Ali. Timeline: The Biden administration on Gaza, in its own words. Al Jazeera, 7 de mar. de 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/3/7/timeline-the-biden-administration-on-gaza-in-its-own-words>

COHEN, Sandra. Abstenção dos EUA em resolução da ONU sobre cessar-fogo em Gaza revela o desgaste profundo entre Biden e Netanyahu. G1, Mundo, 26 de mar. de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2024/03/26/abstencao-dos-eua-em-resolucao-da-onu-sobre-cessar-fogo-em-gaza-revela-o-desgaste-profundo-entre-biden-e-netanyahu.ghml>

BRASIL. Brasil e ONU assinam novo Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2023-2027. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília: ago. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/brasil-e-onu-assinam-novo-marco-de-cooperacao-das-nacoes-unidas-para-o-desenvolvimento-sustentavel-2023-2027

BRASIL. Visita ao Brasil do Presidente da França – Declarações na área ambiental. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília: 26 de mar. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-presidente-da-franca-2013-declaracoes-na-area-ambiental

BROTERO, Mathias; MARTINS, Américo. Macron diz que é contra o acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul. **CNN Brasil**: 02 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/macron-diz-que-e-contra-o-acordo-de-livre-comercio-entre-uniao-europeia-e-mercosul/>

BROTERO, Mathias. Na COP28, Lula diz que Brasil participará da Opep+ para convencer produtores que combustíveis fósseis chegarão ao fim. **CNN Brasil**, São Paulo: 02 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/na-cop28-lula-diz-que-brasil-participara-da-opep-para-convencer-produtores-que-combustiveis-fosseis-chegarao-ao-fim/>

CHAPERON, Isabelle. Les années Rothschild d'Emmanuel Macron. **Le Monde**, 10 de mai. 2017. Disponível em: https://www.lemonde.fr/election-presidentielle-2017/article/2017/05/10/les-annees-rothschild-d-emmanuel-macron_5125204_4854003.html

CI DISCUTE com Marina Silva na terça licenciamento para petróleo no Amapá. **Agência Senado**, set. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/06/ci-discute-licenciamento-para-exploracao-de-petroleo-na-costa-do-amapa-na-terca>

DA SILVA, Luís Inácio Lula. **Ontem tive uma boa conversa com o amigo @EmmanuelMacron no Rio Guamá, a caminho da Ilha do Combu, Pará. Hoje, a agenda continua no lançamento ao mar do submarino Tonelero, em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Bom dia a todos.** 27 mar. 2024. X: @LulaOficial. Disponível em: <https://twitter.com/LulaOficial/status/1772952385360445611?t=PL0aFZtSZdnDmtauqVrPLA&s=19>. Acesso em: 28 mar.

DA SILVA, Luís Inácio Lula. [Sem título]. 30 mar. 2024. Instagram: @lulaoficial.

Disponível em:

https://www.instagram.com/p/C4_dxN4PHcv/?igsh=MWdzaWMzcyjUlaW0xbw==. Acesso em: 30 mar. 2024.

DA SILVA, Luís Inácio Lula. [Sem título]. 26 mar. 2024. Instagram: @lulaoficial.

Disponível em:

https://www.instagram.com/p/C4_rp3CMER/?igsh=MWt3OWN1eWdqb282NA==. Acesso em: 28 mar. 2024.

FERREIRA, Karina. Gafe de Lula com Macron se soma a outros 'deslizes' do presidente; relembre 10 casos. **Estadão**: 27 mar. 2024. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/politica/lula-gafes-presidente-franca-emmanuel-macron-nicolas-sarkozy-deslizes-presidente-governo-nprp/>

GAIER, Rodrigo Viga. Macron ad Lula launch submarine built in Brazil with French tech.

Reuters, 27 de mar. 2024. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/americas/macron-lula-launch-submarine-built-brazil-with-french-tech-2024-03-27/>

JUNG, Carl Gustav. **Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo**. Tradução de Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JUNG, Carl Gustav. **Símbolos da Transformação**: análise dos prelúdios de uma esquizofrenia. Tradução de Eva Stern; Petrópolis: Vozes, 2011.

KAR-GUPTA, Sudip. Rothschild keeps banking dynasty intact as heir takes reins. **Reuters**. 17 de abr. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKBN1HO13S/>

KLARE, Michael T. **From Scarcity to Abundance: The New Geopolitics of Energy**. Current History, vol. 116, no. 786, 2017, pp. 3–9.

LULA: Rei Charles III me pediu para cuidar da Amazônia. **CNN Brasil**: 6 mai. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-rei-charles-iii-me-pediu-para-cuidar-da-amazonia/>

MACRON, Emmanuel. [Sem título]. 28 mar. 2024. Instagram: @emmanuelmacron. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C5E1W_XpiHi/?igsh=b3djCW41dDNwczVx. Acesso em: 28 mar. 2024.

MARCELINO, Ueslei. Brazil, France launch \$1.1 bln program to protect Amazon rainforest. **Reuters**: 27 de mar. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/sustainability/sustainable-finance-reporting/brazil-france-launch-11-bln-investment-program-focused-amazon-rainforest-2024-03-26/>

MORLAND, Sarah. France's Macron says EU-Mercosur proposal is 'very bad deal' on visit to Brazil. **Reuters**: 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/frances-macron-says-proposed-eu-mercotur-agreement-is-very-bad-deal-2024-03-27/>

OLIVEIRA. Rebeca. Fotos de Lula e Macron em Belém (PA) viralizam nas redes como "ensaio pré-wedding". **Folha de São Paulo**, 27 mar. 2024. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2024/03/fotos-de-lula-e-macron-em-belem-pa-v-iralizam-nas-redes-como-ensaio-pre-wedding.shtml>

Brasil e Israel no Terceiro Governo Lula

Mateus Queiroz Freire

A dinâmica das relações entre Brasil e Israel revelou contradições notáveis durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando o Brasil testemunhou um capítulo pioneiro em sua história diplomática, em março de 2010 Lula foi o primeiro presidente brasileiro a visitar Israel, marcando um marco significativo que redefiniu a relação entre os dois países. Essa visita, no entanto, ocorreu em um contexto internacional complexo, no qual Lula equilibrou o reconhecimento da Autoridade Palestina com uma colaboração pragmática em diversas áreas com os colonos israelenses.

Durante esse período, Lula buscou uma abordagem conciliadora, reconhecendo a importância do diálogo e cooperação tanto com Israel quanto com a Autoridade Palestina. Apesar do reconhecimento formal da Autoridade Palestina, o governo Lula cooperou em várias frentes com os colonos israelenses, abrindo caminho para uma relação incerta para a diplomacia brasileira na região.

Neste capítulo, exploraremos o legado dessa fase inicial das relações Brasil-Israel sob a presidência de Lula, com um maior enfoque no atual governo Lula, as áreas específicas de cooperação com os colonos israelenses e como essas dinâmicas moldaram o terreno para os desenvolvimentos posteriores. O objetivo é destacar a complexidade dessas relações e compreender como as escolhas políticas de Lula deixaram uma marca duradoura na interação multilateral entre Brasil, Israel e Palestina.

Ao mesmo tempo, este texto pretende traçar um paralelo com o governo de Jair Bolsonaro, destacando as divergências e semelhanças nas abordagens para com Israel. O contraste entre os dois governos serve como ponto de partida para uma análise mais ampla

das transformações nas relações bilaterais e das dinâmicas diplomáticas brasileiras em relação ao Oriente Médio.

A trajetória das relações diplomáticas entre o Brasil e Israel adquiriu contornos distintos durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, cuja presidência foi marcada por uma abordagem pragmática e equilibrada em relação ao Oriente Médio. Em particular, Lula estabeleceu um precedente histórico ao tornar-se o primeiro presidente brasileiro a visitar Israel, um gesto que inicialmente sugeriu uma disposição para intensificar o diálogo e a cooperação com os colonos.

Durante seu mandato, Lula defendeu o reconhecimento formal da Autoridade Nacional Palestina, uma posição que se destacou como uma demonstração de solidariedade com a busca palestina por autodeterminação e soberania. Essa postura, no entanto, coexistiu com colaborações em áreas específicas com os colonos israelenses, uma escolha que gerou críticas e questionamentos sobre a consistência da política externa brasileira.

Ao explorar essa fase inicial das relações Brasil-Israel, é necessário considerar o impacto dessa abordagem na dinâmica regional e global. Além disso, a análise desses eventos é importante para compreendermos como as escolhas políticas de Lula podem ter influenciado as relações entre o Brasil e Israel em um contexto mais amplo.

Em contraste, o governo de Jair Bolsonaro apresenta uma abordagem notavelmente diferente. Caracterizado por uma política externa mais alinhada com uma orientação conservadora, Bolsonaro demonstrou uma tendência a favorecer Israel de maneira mais aberta, com destaque para a transferência da embaixada brasileira para Jerusalém em 2019. (RUIC, 2019)

Essa mudança de postura tem suscitado debates acalorados sobre a diplomacia brasileira e seu papel no contexto do apartheid israelo-palestino. (QUIGLEY, 1991) O viés favorável à Autoridade Palestina permeia a análise, buscando contextualizar as escolhas do governo Lula em prol da busca por uma solução justa e equitativa para o conflito, enquanto também se propõe a examinar as mudanças e desafios que o governo Bolsonaro trouxe para essa dinâmica, considerando o impacto dessas decisões na estabilidade regional e nas relações internacionais do Brasil.

A crítica à posição de Lula em relação ao Hamas também suscita um debate mais amplo sobre o contexto histórico e os direitos fundamentais do povo palestino. A Autoridade Palestina tem vivido em um estado de conflito desde a primeira Nakba[63] ("catástrofe" ou "desastre" em tradução livre) em 1948, um evento que marcou a dispersão em massa de cerca de 700 mil palestinos e a criação do Estado de Israel, forçando centenas de milhares de palestinos a emigrarem para outras regiões, e submeteu os que ficaram e resistiram a ocupação a um brutal estado de apartheid, com fronteiras sempre em expansão e que por décadas vem violando todos os tipos de direitos humanos em frente ao mundo. (HOLLEIS, 2023)

O povo Palestino vive desde a Nakba como cidadãos de segunda classe em suas próprias terras em qualquer área que já tenha sido ocupada e assentada pelos colonos israelenses, que são em sua maioria emigrantes europeus de origem judaica, denominados como Ashkenazim[64]. (KAPLAN, 2024)

Mesmo na região da Cisjordânia, conhecida como banco ocidental, em que a organização política no poder, a Autoridade Nacional Palestina, governada pelo partido político Fatah é completamente contrária a resistência armada em seu território, a opressão feita pelos colonos sionistas[65] é feita de forma sistemática e sob os olhos do estado israelense.

Em forma de prisões ilegais, ocupação territorial, assassinatos, espionagem, humilhações públicas, roubo de bens pessoais e propriedades e o uso de armas de guerras proibidas pela convenção de Genebra como o fósforo branco e o napalm, que figuram como armas proibidas na convenção de Genebra no capítulo sobre uso de armas convencionais, protocolo número três, que restringe o uso de armas incendiárias e foi assinado na Convenção da ONU sobre Armas Convencionais (CCAC), entrando em vigor em 2 de dezembro de 1983. (DEFESA, 2014)

O Fatah, que apesar de ser contra a resistência armada na região da Cisjordânia, não condenou a operação liderada pelo Hamas, e em declaração pública, condenou a matança de palestinos por parte das tropas de ocupação Israelense e pediu por um cessar-fogo imediato. (LONGO, 2023)

Nesse cenário de longa data de conflito, o direito de resistência armada contra entidades coloniais é reconhecido pela comunidade internacional, inclusive pela Organização das Nações Unidas (ONU).

É importante destacar que a legitimidade das organizações de autodefesa do povo palestino, incluindo o Hamas, é respaldada por uma interpretação do direito internacional que reconhece o direito de resistência em situações de ocupação e colonização, pois essas organizações lutam em defesa de um povo que tem diversos de seus direitos básicos violados por uma entidade colonial. Argumenta-se que todas as organizações que buscam a autodefesa do povo palestino gozam de uma base legal fundamentada em normas internacionais.

Ao considerar a complexidade desse cenário e examinar as ações do Hamas dentro do contexto mais amplo da luta palestina por autodeterminação. A crítica à posição de Lula em relação ao Hamas, portanto, deve ser entendida sob diferentes perspectivas a respeito da legitimidade das ações de grupos que buscam resistir a ocupações percebidas e colonização.

No entanto os eventos do 7 de outubro de 2023, afetaram diretamente a posição do governo Lula em relação ao partido político Hamas, atual representante político da faixa de Gaza. Neste contexto complexo, torna-se ainda mais crucial realizar uma análise comparativa da posição do governo Lula antes e depois dos conflitos ocorridos em 7 de outubro, considerando as mudanças que podem ter influenciado sua perspectiva em relação ao Hamas e ao conflito israelo-palestino.

A análise comparativa pós-7 de outubro é crucial para entender se o governo Lula ajustou sua posição em relação ao Hamas, considerando o impacto dos eventos recentes na região e quais seriam as opiniões a respeito do ocorrido de países ocidentais aliados estratégicos do Brasil, como por exemplo os países membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Questões como a intensificação dos conflitos, mudanças nas relações internacionais e a evolução do cenário geopolítico podem ter influenciado as tomadas de decisão e as políticas externas.

Portanto, ao examinar essa evolução, é fundamental considerar não apenas o papel do governo brasileiro na questão israelo-palestina, mas também como os eventos pós-7 de outubro moldaram a abordagem de Lula em relação ao Hamas, refletindo possíveis ajustes na política externa do Brasil diante de um cenário regional volátil.

Após o início da operação coordenada pelo braço armado do partido político Hamas, a Brigada al Qassam, as manifestações públicas do presidente Luís Inácio foram duras e claramente enquadravam a operação da resistência palestina como atos terroristas, em seguida as manifestações baixaram o tom e o presidente já falava sobre um cessar fogo para que as vidas de inocentes de ambos os lados fossem poupadas, foi necessário o bombardeio e assassinato indiscriminado de civis por meses a fio perpetrado pelas forças da IDF (Israel Defense Forces), para que Lula se posicionasse de forma concisa e condenasse o genocídio em curso. (ESTADO, 2024)

O terceiro governo Lula se apresenta como um governo de manutenção do status diplomático entre Brasil e Israel, apesar das falas cada dia mais duras do presidente Lula contra a agência colonizadora, a posição do governo federal segue sendo, de forma prática, igual, ações pragmáticas que preterem vontades política e econômicas em relação a vida humana, como por exemplo a manutenção da compra de armas israelenses para o uso das forças de segurança estaduais em vários estados da federação brasileira. (CHANDRETTI, 2023)

Essa posição, mais cautelosa do atual governo federal, contrasta da posição defendida pelos governos petistas de (2003-2016), em que o governo já defendia uma solução de dois estados, com fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente estabelecidas, e sempre pontuou a questão da segurança e soberania do povo palestino como questão de suma importância. Agora neste mandato o presidente age de forma muito menos enfática e tolera cada vez mais o genocídio perpetrado contra o povo palestino. (BAGALO, 2023)

Após a forte guinada para políticas pró Israel, durante o governo de Jair Bolsonaro, em que a aproximação do governo federal com os israelenses foi a maior na história da diplomacia nacional, o governo petista não parece tão interessado em retomar a posição mais dura que seus governos tiveram no passado em relação aos colonos. Apenas no dia 25 de outubro de 2023 o presidente categorizou os ataques israelenses como genocidas e foi necessário mais de um mês ininterrupto de ataques aéreos com bombardeios e armas incendiárias, bloqueio de recursos básicos como água, alimento e medicamentos, e a destruição indiscriminada de infraestrutura civil para que Lula considerasse esses atos como terroristas. (WELLE, 2023)

Esses comentários do presidente, causaram grande controvérsia na política nacional e internacional, no cenário nacional deputados da oposição ao governo, protocolaram um pedido de impeachment contra o presidente alegando crime de responsabilidade por sua fala, ainda que em seu discurso não tenha nem por um momento insinuado interesse em cortar relações nem políticas nem econômicas com Israel, agindo de forma apenas simbólica contra o massacre em curso, o pedido foi protocolado com mais de 130 assinaturas, um exemplo claro da fragilidade do terreno em que vem se assentando o novo governo Lula. (CAPPELLI, 2024)

Já no cenário da política internacional, existe a preocupação que os comentários de Lula que classificam os atos da entidade colonial israelense como terroristas e genocidas, e principalmente a comparação do genocídio Palestino com o genocídio sofrido pelos Judeus feita pelo presidente durante discurso em sua viagem para a Etiópia, se tornem o assunto central da reunião do G20 que será sediada no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro. Desviando assim a atenção de assuntos de suma importância e atrapalhando a realização de acordos multilaterais de cooperação em áreas diversas. (CORRÊA, 2024)

Em conclusão, foi necessário mais de um ano como período de transição entre governos para que o governo Lula começasse a se posicionar de forma mais enfática e mais coerente em relação a seus últimos mandatos, no que diz respeito ao trato com a situação israelo – palestina, e mesmo com uma série de pronunciamentos e atos simbólicos, como o plantio de uma oliveira na sede da embaixada Palestina em fevereiro de 2024. (ESTADO, 2024)

Porém sem nenhuma ação concreta do governo federal para um cessar fogo imediato, como o decreto de sanções políticas e econômicas aos israelenses a situação prática na faixa de gaza e em toda a Palestina ocupada segue a mesma, enquanto a situação na política nacional segue polarizada e Lula luta contra investidas e ameaças golpistas a todo o momento, governadores e deputados da oposição aumentam ainda mais as relações econômicas e políticas de suas unidades federativas com Israel, como o estado do Espírito Santo que durante o primeiro ano do mandato atual do governo Lula fez a segunda compra de fuzis israelenses, dessa vez adquirindo mais de 800 fuzis modelo IWI Arad. (VITÓRIA, 2023)

Enquanto o governo federal não obtiver o mínimo de coesão interna, qualquer medida considerada demasiadamente brusca no trato com o estado de Israel será recebida com turbulência interna por parte da oposição, é improvável que qualquer ação contundente seja tomada pelo governo Lula para impedir que Israel siga com sua campanha de limpeza étnica em Gaza e sua expansão ilegal desenfreada na Cisjordânia.

REFERÊNCIAS

RUIC, Gabriela. Título: Transferir a embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém é uma boa ideia?. Publicado em 9 de abril de 2019 às, 06h00. Disponível em: <https://exame.com/mundo/transferir-a-embaixada-do-brasil-em-israel-para-jerusalem-e-uma-boua-ideia/>. Acessado em: 20/03/2024.

HOLLEIS, Jennifer. O que foi a Nakba palestina e por que ela é importante. Publicado em 15 de maio de 2023 às, 07h36. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/05/15/o-que-foi-a-nakba-palestina-e-por-que-ela-e-importante.ghml> . Acessado em: 22/03/2024.

KAPLAN, Jonathan. The Mass Migration to Israel of the 1950s. Disponível em: <https://www.myjewishlearning.com/article/the-mass-migration-of-the-1950s/> . Acesso em: 25/03/2024.

BRITANNICA, T. Editors of Encyclopaedia (2024, March 31). Ashkenazi. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Ashkenazi> Acesso em: 25/03/2024.

DEFESA, Ministério da. Tratados e regimes com reflexos para a Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/tratados-e-regimes> . Acesso em: 28/03/2024

LONGO, Ivan. O que dizem autoridades e lideranças palestinas que não são do Hamas sobre a guerra com Israel. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2023/10/10/que-dizem-autoridades-lideranas-palestinhas-que-no-so-do-hamas-sobre-guerra-com-israel-145634.html> Acesso em: 29/03/2024.

ESTADO, A. O Povo. Após comparação com Hitler, relembre todas as declarações de Lula sobre Israel e Hamas. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2024/02/20/apos-comparacao-com-hitler-relembre-todas-as-declaracoes-de-lula-sobre-israel-e-hamas.html> Acesso em: 29/03/2024.

CHANDRETTI, Priscilla. Brasil é um dos países que mais compram armas de Israel. Publicado em: 06/12/2023. Disponível em:

<https://otrabalho.org.br/brasil-e-um-dos-paises-que-mais-compram-armas-de-israel/>

Acesso em: 29/03/2024

BALAGO, Rafael. Guerra Israel-Hamas: Lula moderou postura em relação à Palestina, avalia pesquisador. Publicado em: Publicado em 9 de outubro de 2023 às, 17h20. Disponível em: <https://exame.com/mundo/guerra-em-israel-lula-moderou-postura-em-relacao-a-palestina-avalia-pesquisador/> Acesso em: 30/03/2024

WELLE, Deutsche. Lula afirma que Israel comete atos de terrorismo. Deutsche Welle.

Publicado em: 14/11/2023. Disponível em:

[https://www.dw.com/pt-br/lula-afirma-que-israel-comete-atos-de-terrorismo/a-673954](https://www.dw.com/pt-br/lula-afirma-que-israel-comete-atos-de-terrorismo/a-67395463)

[63](#) Acesso em: 30/03/2024

CAPPELLI, Paulo. Pedido de impeachment de Lula é protocolado com 139 assinaturas.

Publicado em: 23/02/2024 14:37. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/paulo-cappelli/pedido-de-impeachment-de-lula-e-protocolado-com-139-assinaturas> . Acesso em: 30/03/2024

CORRÊA, Alessandra. Controvérsia de Lula com Israel ameaça ofuscar plano do Brasil para o G20? . Publicado em: 21/02/2024. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cek77ve7ezvo> Acesso em: 30/03/2024.

ESTADO, Agência. Correio Braziliense. Lula planta árvore na embaixada da Palestina, em Brasília. Publicado em: 09/02/2024 11:20. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/02/6800415-lula-planta-arvore-na-embaixada-da-palestina-em-brasilia.html> Acesso em: 30/03/2024

VITÓRIA, Redação Folha. ES compra mais de 800 fuzis israelenses usados em guerras.

Publicado em: 12/06/2023 às 18:07. Disponível em:

<https://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/06/2023/sesp-compra-mais-de-800-fuzis-israelenses-que-suportam-lama-e-agua> Acesso em: 30/03/2024

Alinhamento e submissão na relação entre Brasil e Estados Unidos no primeiro governo Trump (2017-2021).

Gabriel Luiz Campos Dalpiaz^[66]

(gcamposdalpiaz@gmail.com)

Resumo: este artigo procurou apontar a influência política de quando Donald Trump foi presidente dos Estados Unidos (EUA), no período de 2017 a 2021 sobre o Brasil. Durante o mandato de Trump, os presidentes brasileiros foram, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. As políticas neoliberais começaram com Temer, após o golpe de 2016, que culminou com o *impeachment* da ex-Presidente Dilma. Bolsonaro, chegando ao poder em 1º de janeiro de 2019, deu continuidade as reformas neoliberais e se submeteu a política de Trump. Com atitudes nada patriotas e nacionalistas, como bater continência a bandeira dos EUA e realizar políticas econômicas que beneficiaram Trump e não ao seu país Brasil. O ex-presidente brasileiro copiara a conduta de Trump, como o negacionismo em relação a pandemia da Covid-19 e a utilização das *fake news* para se beneficiar politicamente. Uma parte dos apoiadores radicais de Bolsonaro tiveram atitudes parecidas com os de Trump, como a invasão do Congresso, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal (STF) no começo de 2023, que foi inspirada na invasão do Capitólio nos EUA em 2021.

Palavras-chaves: Donald Trump; Jair Messias Bolsonaro; Negacionismo; Covid-19; Fake News.

Capitalismo e política de Donald Trump

Donald Trump, do Partido Republicano, foi eleito nas eleições a presidente dos Estados Unidos (EUA), no dia oito de novembro de 2016, derrotando no Colégio eleitoral a democrata Hillary Clinton. Apesar que Hillary Clinton obteve 65.844.610 votos populares, enquanto Donald Trump obteve apenas 62.979.636, contudo, no Colégio eleitoral, Trump

obteve 306 votos contra 232 votos dos delegados dos estados, dando vitória a Trump e assim, assumindo a presidência dos EUA no dia 20 de janeiro de 2017.

Dentro do espectro político, Donald Trump é um político que por vários analistas, o enquadram em momentos que possui ações mais conservadoras e outras vezes ações mais liberais, mas sabe-se que Donald Trump flertou diversas vezes com ideologias da extrema-direita.

Em relação ao espectro político do ex-presidente americano, Teixeira e Calandrelli (2017) dissertam que, observando as vertentes do pensamento conservador nos EUA, Donald Trump não se encaixa totalmente em nenhuma. Pelo fato, de possuir posicionamentos e atitudes que transitam entre elas, como apoio ao casamento gay, uma posição mais reflexiva sobre o aborto, não ser tão favorável ao livre comércio e outros fatos, deixando em algumas vezes, uma contradição e incógnita em seu viés político.

Por ser um político com um perfil mais caricato e indecifrável, obviamente por suas atitudes. Algo marcante em sua época de presidente, fora a sua atitude após uma troca incessante de provocações pela internet, em 2017 com Kim Jong-Un, líder da República Popular Democrática da Coreia (RPDC) – vulgo, Coreia Popular, ou no ocidente conhecida (erroneamente) como Coreia do Norte. Posteriormente a esses episódios, Trump reunira-se duas vezes com Kim Jong-Un, até que na terceira vez que ambos se encontraram, o político estadunidense foi o primeiro presidente dos EUA a pisar em solo da RPDC em 2019 (G1, 2017; G1, 2019).

Trump, sendo um empresário muito rico, passa a ideia de empreendedor e defensor da liberdade econômica, mas não começou com Trump a ideia de liberdade econômica. Os EUA vendem a ideia de livre mercado há tempos. Pode-se observar que o neoliberalismo ganha ênfase durante a Guerra Fria. Os EUA querendo manter a hegemonia do poder mundial, resolvem disseminar os ideais neoliberais aos países periféricos, principalmente na América Latina. Conforme David Harvey (2005), um exemplo disso, pode-se observar com os economistas neoliberais conhecidos como *the Chicago boys*, que conseguiram implantar as suas ideias econômicas no solo chileno da ditadura de Pinochet. Somente com a intervenção estatal, sendo uma máquina opressora, assim conseguira deixar o “liberalismo” perpetuar.

No quesito de defender o livre mercado, os EUA possuem uma prática contraditória, pois possuem uma tradição econômica protecionista. Alexander Hamilton (1755-1804) fora o

primeiro secretário do tesouro dos EUA, durante os anos 1789 a 1795. Com a sua obra “*Reports of the Secretary of the treasury on the subject of manufactures*” de 1791. Hamilton apontara a importância do Estado no desenvolvimento das indústrias de manufatura.

Segundo Padula e Friori (2019), a obra de Alexander Hamilton, mostra uma ênfase em uma política econômica para expandir a indústria nacional, pois assim, aumenta-se também a produtividade em setores primários e terciários de uma economia, através de uma forte industrialização. Um setor secundário protegido e subsidiado por um Estado protecionista, regula o mercado interno e externo, gerando uma cadeia produtiva e alimentando-a.

Há o complexo industrial-militar (CIM) dos EUA, sendo uma força pública que forma as diretrizes de sua soberania. Seja operando nas bases industriais tecnológicas, como no fomento da guerra.

A funcionalidade militar do CIM dos EUA possui uma participação grande em financiamento e preparação em armas militares para guerras e exportações das grandes indústrias armamentistas. Segundo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), com dados sobre o ano de 2020, Os EUA possuem 41 empresas entre as top 100 do mercado global de armamentos, com um valor de vendas de armas referente a US\$ 285 bilhões (SIPRI, 2021).

O CIM deve possuir a preocupação de inovar e desenvolver tecnologias, para a criação de aparatos militares e consequentemente aumentar a produtividade industrial do país. Conforme Moreira Jr. (2014), o CIM não é apenas uma preocupação apenas militar, mas a sua plena funcionalidade, está atrelada a influência no mercado interno e externo, conseguindo proteger as indústrias estratégicas em seu território, e expandindo para a concorrência do mercado mundial com inovações tecnológicas.

Vê-se que o livre mercado, em sua essência, não possui ligação com o que é transmitido como valores, ou como as pessoas acreditam analisando os seus fenômenos. Observa-se que o capitalismo dos países centrais, como EUA, Alemanha, Inglaterra, França, Coreia do Sul, Japão etc. para que exista, é necessário um aparato estatal, que utilize todas as forças jurídicas, militares e econômicas para a manutenção dos mecanismos do sistema econômico vigente, no caso o capitalismo, portanto é gerido em prol e benefício da propriedade privada.

Quando a propriedade privada é ameaçada, por algum momento de crise econômica, o Estado pode acatar a demanda da população e realizar reformas políticas para de uma forma, trazer “melhoria” para o povo ou utilizar todo o aparato do Estado para ser opressor e torna-se fascista mantendo a propriedade privada longe dos perigos.

Thiago Hansen (2022) realizara uma resenha do livro “Fascismo” de Pachukanis, no qual mostrara a relação do liberalismo com o fascismo. Notou-se uma relação próxima de grandes empresários e banqueiros que de uma certa forma, sempre esbravejaram em prol do liberalismo, recorrendo e incentivando para que o fascismo se materializasse e brecasse o comunismo, principalmente na época que o nazifascismo estava em ascensão.

Através dessa correlação, observa-se a política de Trump e a sua relação com a busca incessante dos EUA em manter-se hegemonicamente no topo do mundo economicamente.

Trump e Bolsonaro: Fundamentalismo religioso, Fake News políticas, extrema-direita, invasão do Capitólio estadunidense e “brasileiro”

A extrema-direita estadunidense é muito próxima ao fundamentalismo religioso. Grupos radicais surgiram principalmente ao sul dos EUA, por ter sido um local que houvera a escravidão com mais intensidade no país. Um exemplo é o grupo de extrema-direita estadunidense “*Ku Klux Klan*” (KKK) que possui como base ideológica a moral cristã e a defesa da supremacia branca. Outros grupos extremistas e neonazistas dos EUA possuem comportamentos parecidos a KKK (FRANCISCO, 2020).

Em relação ao conservadorismo brasileiro, este captou as tendências do fundamentalismo religioso como uma âncora para assegurar os seus valores morais que possam manter o *status quo*, assim o capital não é ameaçado, pois estará blindado de uma nova força política com tendências mais à esquerda e que de uma certa forma, rompa com alguns valores morais que privilegiem uma classe no capitalismo.

Segundo Souza (2021), o atual conservadorismo brasileiro, se sustenta e se baseia nos princípios e na base religiosa cristã. Há a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) que possui uma estrutura pentecostal e neopentecostal, com ideais conservadores e valores morais

bíblicos – segundo a interpretação deles –, sendo que serve de solo e composição para o bolsonarismo crescer e ser uma realidade política. Pode-se afirmar que o fundamentalismo religioso brasileiro, é um fenômeno do cristofascismo, termo utilizado pela teóloga alemã [Dorothee Sölle](#) na década de 70 do século XX, para descrever as relações próximas das igrejas com o Terceiro Reich.

Há a relação do conservadorismo destacar-se nos últimos no Brasil fortemente e radicalmente. Como os número de células neonazistas e grupos de extrema direita que tenham crescido durante o governo de Bolsonaro. Conforme Kercher e Caldas (2022), foi notificado pela antropóloga especialista em neonazismo, Adriana Dias, que no Brasil, entre janeiro de 2019 a maio de 2021, houve um aumento de 270,6% em células de extrema-direita. O número é de aproximadamente 530 grupos compostos por 10 mil pessoas.

Francisco (2020) observara que Trump, durante a sua campanha eleitoral em 2016, conseguira o apoio dos supremacistas por ser a representação da preservação de um EUA forte economicamente, no qual, visava manter a hegemonia política dos EUA sobre o mundo e conservar “o modo de vida americano”, sem ser incomodado com questões que os supremacistas acreditam ser um atraso para o progresso de uma sociedade, então, Trump no poder seria como silenciar e não dar visibilidade de alguma maneira as minorias.

Temas como liberdade de expressão, são utilizados por grupos radicais apoiadores de Bolsonaro e de Trump, como uma justificativa para eles cometerem crimes e não serem punidos. Um exemplo é de utilizar palavras racistas, preconceituosas e fazerem apologias ao nazifascismo e não serem responsabilizados criminalmente, por se basearem na “liberdade de expressão”, que na verdade, é a expressão do culto ao ódio e da intolerância.

A internet se consolidara como um nicho para a extrema direita estadunidense e brasileira lançarem teoria da conspiração, *fake news* sobre política e fortalecerem o negacionismo referente a pandemia^[67]. Por ser uma “área nova”, algumas leis em regulamentação desse campo, ainda não foram postas em funcionamento. Contudo, não deixa de ser um solo fértil para esses grupos crescerem e se sentirem com total liberdade para expressarem as suas ideias e negacionismos.

Trump, durante as eleições presidenciais de 2016 nos EUA, disseminara *fake news* em prol de manchar a campanha da candidata Hillary Clinton e ter benefícios políticos.

Apoiadores de Trump, através da internet promoveram disseminação de *fake news*, um exemplo disso foi associar um político democrata dono de uma pizzeria que estaria ligado a crimes contra menores de idade. Além de russos, invadirem (*hackear*) e-mails de políticos democratas e expondo nas redes dados que poderiam de uma certa forma, fazer Hillary perder possíveis votos (SAMUELSON, 2016; FREEDOM HOUSE, 2020).

No Brasil, a onda de *fake news* começara em 2014, com a disputa de Presidente entre Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) e Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). As *fake news* apareciam livremente também nas eleições de 2018 no Brasil. O ex-presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro, que disputara na época, a eleição para Presidente pelo Partido Social Liberal (PSL), expressou livremente as palavras “kit gay” e “ideologia de gênero”, acusando que as crianças aprendiam a “fazer sexo” nas escolas ou algo do tipo, em vez de estudarem, distorcendo toda realidade. Um ataque bem claro ao PT, que era o maior empecilho das eleições de 2018, que disputará com a chapa Fernando Haddad (PT) como presidente e Manuela d’Ávila (PCdoB) como vice-presidente, já que Lula estava preso (SOUZA, 2014; PRANDO, 2022; COELHO; PINTO; NUNEZ, 2023).

A eleição para Presidente nos EUA que Trump perdera, ocorrera no dia 03 de novembro 2020, computando a vitória ao democrata Joe Biden no dia 07 de novembro de 2020 e se tornando presidente no dia 10 de janeiro de 2021. No dia que foi confirmada a vitória de Biden, Trump dissera que a eleição tinha sido fraudada e que iria à justiça. Com esta atitude, Donald Trump incentivara os seus apoiadores a irem a Washington e se manifestarem contra o resultado eleitoral no dia seis de janeiro de 2021. Nesse mesmo dia, houve a invasão do Capitólio nos EUA. Apoiadores de Trump, assaltaram o Capitólio e protagonizaram cenas de terrorismo. Houve cinco mortes e até o começo de 2023 mais de 900 presos (UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE, 2021; VILLELA, 2023).

No Brasil, os apoiadores de Jair Bolsonaro, refizeram a invasão do “Capitólio brasileiro”, o dia do ocorrido foi oito de janeiro de 2023, já como Lula presidente. O local teve a invasão e depredação do Palácio do Planalto, Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF). Um ato terrorista nesse dia, marcado pela não aceitação de um grupo de apoiadores de Bolsonaro, do resultado do segundo turno da eleição para Presidente em 30 de outubro de 2022, em que Bolsonaro do Partido Liberal (PL) perdera de Lula (PT). Uma reviravolta ocorreu, com mandados de prisão e abertura de processos aos manifestantes que aderiram ao

terrorismo, além de políticos, ex-secretários, ex-ministros e policiais que de uma certa forma incentivaram e/ou foram omissos ao ato do dia oito de janeiro de 2023 (G1, 2023; STF, 2023).

Vê-se que o comportamento de Trump e seus apoiadores mais radicais acabam sendo um espelho para Bolsonaro e também parte de seus apoiadores mais radicais. Uma atitude, que muitas vezes a direita brasileira importa daqueles que ela admira.

Donald Trump e Jair Bolsonaro: Covid-19

A Covid-19 apareceu no final de 2019 e se expandiu após os primeiros meses do ano de 2020. Conforme noticiado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), no dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou um estágio de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), e em onze de março de 2020 a OMS declarou que a Covid-19 se tornara uma pandemia (OPAS, 2020).

Em relação a Covid, Trump e Bolsonaro incentivaram a população de seus respectivos países a não aderirem ao lockdown, mas a saírem livremente, além de estimular, através das *Fake News* e negacionismo, a não utilizarem as máscaras e ao uso de medicamentos para outras comorbidades, que não possuem ligação e resultados satisfatório para o combate efetivo da Covid-19.

Donald Trump e a sua relação com a Covid, teve base no negacionismo e Fake News, incentivara a medicação de remédios incapazes de mostrarem uma melhora no quadro de pacientes infectados pela Covid. Conforme Alves (2022), Trump incentivara no começo da pandemia, entre os meses de março e abril, através da mídia, 65 vezes o uso de medicamentos para a Covid sem a comprovação eficácia. O ex-presidente americano citara mais sobre alguns remédios ineficazes em sua rede social Twitter várias vezes, em um de seus posts, o público compartilhou mais de 100 mil vez e houve mais de 300 mil *likes*, fazendo a venda dos medicamentos subirem.

Bolsonaro também promovera o negacionismo, quando incentivara a utilizarem o tal do tratamento precoce, ou conhecido como “kit Covid”, sendo alguns remédios indicados –

erroneamente – ao tratamento da Covid, são eles: hidroxicloroquina, cloroquina e ivermectina. Outras situações ficaram marcadas, quando o ex-presidente chamara a Covid de uma gripezinha, imitara pessoas com falta de ar pela doença através das *lives* e comentara que quem tomasse as vacinas se tornaria um “jacaré”. Outro fato negativo relacionado a fragilidade da política externa, através das falas de Bolsonaro, foi mencionar de forma pejorativa a vacina CoronaVac, que possui a sua fórmula desenvolvida na China, de “vachina”. Criando uma tensão diplomática entre o país que é o principal parceiro comercial do Brasil (PRATES, 2022; SILVA, 2022).

A não compra dos primeiros lotes das vacinas Pfizer e CoronaVac no final de 2020, pelo governo de Bolsonaro, poderia ter freado o número de infectados e mortos pela pandemia. João Dória, ex-governador de São Paulo, no final de setembro, confrontara o ex-presidente Bolsonaro para a compra das vacinas. Dória assinara um contrato que receberia 46 milhões de doses da CoronaVac, para que iniciasse a vacinação após 2 meses. Enquanto, o ex-presidente do Brasil na época, não permitiu a compra no valor de R\$ 46 milhões de vacinas, em outubro de 2020. Contudo, em janeiro de 2021, o Governo Federal, após muita pressão popular e política, comprou mais de 46 milhões de doses da CoronaVac (AGUIAR, 2020; G1, 2020; HOMERO, 2021). Nos EUA, em julho de 2020, foi noticiado que Donald Trump, apesar de seu negacionismo em relação a pandemia, comprara 100 milhões de vacinas e esperara receber mais de 600 milhões (GAYER, 2020).

Sabe-se que a população brasileira e estadunidense, no ano de 2021, era de aproximadamente de 214 milhões e de 331 milhões respectivamente (THE WORD BANK, c2023a, c2023b). Referente até o dia 31 de janeiro de 2023, o total de casos e mortes de Covid nos EUA era de aproximadamente 102,179 milhões e 1,115 milhão. O país estadunidense é o que possui o maior número de mortes totais entre todos os países. O número de doses aplicadas e pessoas totalmente vacinadas nos EUA é de aproximadamente 668,814 milhões e 229,619 milhões (ou 69,7%). No Brasil, até o dia 31 de janeiro de 2023, o número de casos é de aproximadamente 36,824 milhões e o total de mortes é de aproximadamente 697 mil. O total de doses aplicadas é mais de 483,587 milhões e o de pessoas totalmente vacinadas é aproximadamente de 175,512 milhões ou 83% da população (OUR WORLD IN DATA, c2023a, c2023b).

Em junho de 2021, o epidemiologista da Universidade Federal de Pelotas, Pedro Hallal, dissera que no Brasil, das aproximadamente 500 mil mortes – até o momento da

notícia –, poderiam ter sido evitadas 400 mil mortes, se houvesse o incentivo do governo federal das pessoas aderirem o distanciamento social, o uso de máscaras e a se vacinarem. Então, se as medidas fossem adotadas, a cada cinco mortes, quatro possivelmente não teria ocorrido (AGÊNCIA SENADO, 2021). Uma pesquisa da revista científica britânica *The Lancet* de maio de 2022, dissertara que se houvesse nos EUA, uma cobertura completa de seu sistema de saúde, 26% das mortes por Covid, poderiam ter sido evitadas (CAMPBELL et al, 2022).

No Brasil, Houvera a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) relacionado a Covid-19. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, deu abertura a CPI da Covid, através do pedido do Senador Randolfe Rodrigues, no dia 13 de abril de 2021, para investigar erros e corrupções em relação a Covid-19, como o superfaturamento das compras de vacinas e omissões na manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS). O fim da CPI da Covid, foi em 26 de outubro de 2021, que os documentos foram encaminhados a diferentes órgãos públicos na especialidade de cada um para prosseguirem o processo (CASTRO, 2021; VIEIRA, 2021).

Apesar do negacionismo e das *fake news* em relação a Covid, Trump e Bolsonaro tiveram que ceder ao Estado Democrático de Direito existente.

O falso nacionalismo de Jair Messias Bolsonaro e a subordinação perante a Donald Trump

Donald Trump estava na presidência estadunidense quando Bolsonaro chegou a presidência do Brasil em 1º de janeiro de 2019. O ex-presidente americano viu juntar o útil ao agradável. Trump teria um caminho mais fácil no país lusófono da América do Sul.

Um político neoliberal ser presidente de um país periférico é um terreno fértil para os países centrais do capitalismo. Bolsonaro fora a chave para a abertura do grande capital e do capitalismo financeiro adentrarem (mais ainda), através de sua política de “livre mercado”. Trump, sendo um presidente de um país central do capitalismo, olhara com bons olhos Bolsonaro no poder. Através dessa realidade material, falso nacionalismo brasileiro era um fato.

Pode-se dizer, que Getúlio Vargas morreu três vezes. A primeira quando se suicidou em 1954, sentindo a pressão dos militares que não queriam a sua permanência na presidência da República. A segunda com a política desenvolvimentista de Vargas sendo apagada, através das privatizações das empresas nacionais no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) durante seus dois mandatos de presidente, 1995-1998 e 1999-2002. A terceira morte, começara no governo de Temer e se acentuou com Bolsonaro na presidência, privatizando empresas estratégicas, dificultando o desenvolvimento do país.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrara que a Pesquisa Industrial Anual (PIA) divulgou que o ano de 2013 houvera 334.976 empresas, sendo 6.966 da indústria extrativa e 328.010 de indústrias de transformação. O ano de 2020 houvera 303.612 empresas, sendo 6.285 da indústria extrativa e 297.327 da indústria de transformação (IBGE, c2023). Esses dados, mostram que o próprio Bolsonaro não tivera uma preocupação com o desenvolvimento do país, observa-se que houve uma queda de mais de 30 mil empresas entre indústrias extrativa e de transformação no Brasil. A indústria automobilística brasileira também diminuíra a sua produtividade e até fechara as portas. A *Ford Motor Company* encerrou as atividades em 11 de janeiro de 2021, mostrando que o fator econômico brasileiro pesara na decisão (CARNEIRO, 2022).

O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro se preocupara, juntamente com o ex-ministro da Economia Paulo Guedes, com a desestatização e venda de ações das grandes empresas brasileiras. Um marco para o atraso brasileiro. Rodrigues (2022) apontara que 75% das desestatizações se concentram em 10 ativos. A lista dos ativos privatizados com os seus valores arrecadados e a instituição vendedora: 1º) Eletrobras, R\$ 67 bilhões, União; 2º) Transportadora Associada de Gás (TAG), R\$ 33,5 bilhões, Petrobras; 3º) ações da Petrobras, R\$ 31,5 bilhões, BNDESPar e CaixaPar; 4º) ações da Vale, R\$ 24,5 bilhões, BNDESPar; 5º) BR Distribuidora, R\$ 21 bilhões, Petrobras; 6º) debêntures da Vale, R\$ 11,5 bilhões BNDESPar; 7º) campo de Tartaruga Verde, R\$ 11,3 bilhões, Petrobras; 8º) ações do IRB, R\$ 9,9 bilhões, BB, BNDESPar e CaixaPar; 9º) Refinaria Landulpho Alves, R\$ 8,8 bilhões, Petrobras; 10º) ações da Fibria, 8,1 bilhões, BNDESPar.

Em um país periférico ser nacionalista é defender as suas riquezas e possuir soberania nacional sobre o seu território. Conseguindo acordos internacionais que também tragam benefícios à população local.

Jair Messias Bolsonaro representa a elite brasileira, pois quando vemos Bolsonaro se auto proclamar patriota e nacionalista, há uma gigante contradição. No fato de sempre bater continência à bandeira dos Estados Unidos, além de não se importar em realizar uma política em prol do povo brasileiro.

Um país do Sul quando se alia a vertente neoliberal, está literalmente realizando políticas de abertura de mercado e capital para o estrangeiro sentir-se confortável neste terreno e realizar o que lhe convém. Exemplos disso, são as reformas políticas que após o golpe de 2016, que culminou com o “*impeachment*” da ex-presidente Dilma, fora realizada a reforma da previdência e trabalhista, que procurou tirar o mínimo de benefício e segurança que uma parte da população possuía, procurando desinchar o Estado e aplicar uma economia neoliberal e subordinada as grandes potências e grandes capitais do mundo.

Uma forma do não nacionalismo de Jair Bolsonaro em relação ao governo Trump, foi em 2020, quando Donald Trump, até então presidente dos EUA, queria se reeleger para presidente pelos republicanos, contra o democrata Joe Biden. Negociou com Bolsonaro, pedindo que o presidente brasileiro abrisse o seu mercado de álcool, para favorecer os agricultores do meio-oeste americano, que se baseiam na produção de milho, e outras *comodities*, local conhecido como *Corn Belt* (cinturão do milho). O combustível derivado do álcool pode ser produzido do milho, o Brasil importando o álcool estadunidense, irá fortalecer a cadeia produtiva e econômica do país americano. Bolsonaro aceitara o pedido do presidente estadunidense, porém, houve uma contradição, pois os pequenos usineiros do nordeste brasileiro saíram desfavorecidos nessa negociação, mesmo tentando impedir, sem sucesso, elevar a cota de importação de álcool. Observa-se que Jair Messias não se importou em realizar uma política protecionista ao próprio capital privado nacional. Outro fato é, após essa negociação entre Trump e Bolsonaro, fora de mão única, pois só favoreu o lado de lá, pois o republicano estadunidense diminuiu a cota de importação do aço brasileiro, mexendo com a cadeia econômica e produtiva do aço brasileiro (NASCIMENTO, 2020; AGÊNCIA SAFRAS, 2020).

Lula após período de Trump e Bolsonaro.

Um paralelo de nacionalismo entre Lula e o ex-presidente Bolsonaro, na forma nacionalista de ser, Lula como uma figura política não só brasileira, mas mundial, chamara o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckimin, para compor a sua chapa na eleição de presidente de 2022, como vice-presidente. Alckimin não será apenas um vice figurativo, como talvez o ex-vice-presidente José de Alencar fora no 1º e 2º mandato do governo Lula. Apesar de todas as suas contradições políticas em se aliar ao Lula, o ex-governador de São Paulo possui portas abertas e consegue com maior facilidade entrar em espaços que a figura de Lula não consegue, como falar com os grandes banqueiros, empresários e os mais ricos do Brasil. Uma maneira de proteger o capital privado nacional, juntamente com um viés de procurar um investimento nacional para o desenvolvimento brasileiro. Lula atribuíra a missão para o atual vice-presidente brasileiro de ser o ministro da Indústria e Comércio, uma postura de que Alckimin irá ser útil na procura da reconstrução da industrialização brasileira.

Uma aliança Lula-Alckimin, fora possível na atual conjuntura da realidade política e socioeconômica. Pois, se Bolsonaro ganhasse as eleições de 2022, o Estado de Direito brasileiro entraria em um declínio muito acentuado. Atualmente, Lula-Alckimin é a procura de um respiro neste momento conturbado brasileiro.

A relação de privatizar ou nacionalizar empresas estratégicas, não é necessariamente uma lei natural para o desenvolvimento de um país. O que ocorre no cenário do Brasil e suas condições sócio-históricas, por ser um país periférico e ter sofrido uma violenta colonização e um sistema do Estado Democrático de Direito sempre colocado a prova com incessantes ameaças de golpe, possuir autonomia no cenário internacional e buscar o progresso, é ter em mãos o controle das empresas estratégicas.

Conforme Julião (2023), Lula, empossado presidente em 2023, revoga oito privatizações que estavam em andamento. As empresas são: I) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); II) Empresa Brasil de Comunicação (EBC); III) Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); IV) Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); V) Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); VI) armazéns e os imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); VII) Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); VIII) Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Após a invasão do grupo de apoiadores de Bolsonaro ao Congresso, Palácio do Planalto e STF no dia oito de janeiro de 2023, o atual presidente do Brasil teve um posicionamento mais firme em relação a proteção do Estado de Direito Democrático brasileiro. Lula, através de toda a contradição existente, possui a missão de reconstruir um terreno fértil para vingar uma semente com ideais progressista em solo brasileiro. Um momento de suspiro após quatro anos de muito atraso.

Considerações finais

De uma certa forma, copiar os EUA não é necessariamente um erro político, contudo, deve-se saber filtrar e elencar aquilo, que para nós, latinos e periféricos, seja importante ao nosso desenvolvimento. Necessário mencionar a tradição de mais de dois séculos da economia política protecionista dos EUA, com alto índice do planejamento estatal no amparo tecnológico, sendo o CIM como o motor do desenvolvimentismo estadunidense após a metade do século XX até os dias atuais.

Importante ressaltar, as gigantescas contradições existentes da política externa dos EUA, como interferir indiretamente e diretamente na soberania e autonomia de países periféricos, através das guerras cambiais, políticas de bloqueio econômico e guerras militares. Observa-se então, que quando há um Trump na Casa Branca e um Bolsonaro no Palácio do Planalto ao mesmo tempo, há uma síntese intensificada de uma política neoliberal e entreguista abraçando o Brasil.

Referências

AGÊNCIA SAFRAS. Trump precisa do Brasil para reconquistar eleitores que produzem milho. **Canal Rural**, São Paulo, 27 de jun. de 2020. Política e Economia. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/milho/trump-precisa-do-brasil-para-reconquistar-eleitores-que-produzem-milho/>>. Acesso em: 05 de dez. de 2022.

AGÊNCIA SENADO. Pesquisa apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam. **Senado Notícias**. 24 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

AGUIAR, Plínio. "Toda e qualquer vacina está descartada", afirma Bolsonaro. **R7 Planalto**. 21 de out. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/toda-e-qualquer-vacina-esta-descartada-afirma-bolsonaro-29062022>>. Acesso em: 1º de fev. de 2023

ALVES, Fhrans Sales Gonçalves. **A experiência ultradireitista do governo Trump: uma relação entre política, ideologia e negacionismo da ciência na pandemia da Covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso. UNILA: Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6567>>. Acesso em: 31 da jan. de 2023.

CAMPBELL, Travis et al. Exacerbation of COVID-19 mortality by the fragmented United States healthcare system: A retrospective observational study. **The Lancet**. Vol 12, Month August, 2022. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(22\)00081-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(22)00081-3/fulltext)> Acesso em: 02 de fev. de 2023.

CARNEIRO, Alexandre. Há 1 ano sem fábricas no Brasil, Ford vê vendas despencarem 72,9%. **Autopapo Uol**. 11 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://autopapo.uol.com.br/noticia/1-ano-sem-fabricas-ford-brasil-vendas/#:~:text=Exatamente%20um%20ano%20atr%C3%A1s%20no,os%20jipes%20da%20marca%20Troller.>>. Acesso em: 11 de jan. de 2023.

CASTRO, Augusto. CPI da Covid é criada pelo Senado. **Agência Senado**. 13 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

COELHO, Patricia Margarida Farias; PINTO, Maria Isabel Pimentel de Castro; NUNEZ, Silvio Gabriel Serrano. Contexto histórico do marketing político no Brasil: das manifestações de 2013 até a campanha presidencial de 2022. **INDEX IROCAMM**, V. 6, N. 1, p. 104-116, January – June, 2023. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Sandra-Hernandez-Zelaya-2/publication/367656732_El_perfil_del](https://www.researchgate.net/profile/Sandra-Hernandez-Zelaya-2/publication/367656732_El_perfil_del_graduado_en_marketing_Nuevas_tendencias_demandadas_por_las_empresas_en_Espana/links/63da574fc465a873a2758cf3/El-perfil-del-graduado-en-marketing-Nuevas-tendencias-demandadas-por-las-empresas-en-Espana.pdf#page=104)

[_graduado_en_marketing_Nuevas_tendencias_demandadas_por_las_empresas_en_Espana/links/63da574fc465a873a2758cf3/El-perfil-del-graduado-en-marketing-Nuevas-tendencias-demandadas-por-las-empres](https://www.researchgate.net/profile/Sandra-Hernandez-Zelaya-2/publication/367656732_El_perfil_del_graduado_en_marketing_Nuevas_tendencias_demandadas_por_las_empresas_en_Espana/links/63da574fc465a873a2758cf3/El-perfil-del-graduado-en-marketing-Nuevas-tendencias-demandadas-por-las-empresas-en-Espana.pdf#page=104)

[as-en-Espana.pdf#page=104](https://www.researchgate.net/profile/Sandra-Hernandez-Zelaya-2/publication/367656732_El_perfil_del_graduado_en_marketing_Nuevas_tendencias_demandadas_por_las_empresas_en_Espana/links/63da574fc465a873a2758cf3/El-perfil-del-graduado-en-marketing-Nuevas-tendencias-demandadas-por-las-empresas-en-Espana.pdf#page=104)>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. O velho Cadillac: raça, nação e supremacia branca na era Trump. **Sankofa**, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. V. 13, nº 24, p. 08-34, novembro/2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sankofa/issue/view/11749>>. Acesso em: 31 de jan. de 2023.

FREEDOM HOUSE. United States. **Freedom House**. 2020. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/country/united-states/freedom-world/2020>>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

G1. Trump lamenta não ser amigo de líder da Coreia do Norte. **G1 Globo**. 11 de nov. de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-lamenta-nao-ser-amigo-lider-da-coreia-do-norte.ghtml>>. Acesso em: 10 de dez. de 2023.

G1. Trump cruza a fronteira e se torna 1º presidente dos EUA a entrar na Coreia do Norte. **G1 Globo**. 30 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/30/trump-e-kim-jong-un-se-encontram-pela-3a-vez.ghtml>>. Acesso em: 10 de dez. de 2023.

G1. Veja a cronologia da disputa entre Bolsonaro e Doria em torno da vacina contra a Covid-19. **G1 Globo**. 12 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/3w99CwG>>. Acesso em: 1º de fev. 2023.

G1. Invasão do Congresso, Planalto e STF: veja comparação com o ataque ao Capitólio nos EUA. **G1 Globo**. 08 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/invasao-do-congresso-planalto-e-stf-veja-comparacao-com-a-invasao-do-capitolio-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

GAYER, Eduardo. Covid-19: EUA compram por R\$ 10 bi todas as vacinas de Pfizer e BioNTech. **UOL Notícias**. 22 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2020>>

0/07/22/eua-compram-todas-as-vacinas-contracovid-19-da-pfizer-e-biontech-em-2020.htm?cmpid=copia

ecola>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HANSEN, Thiago. Fascismo pelos olhos de Pachukanis. Resenha. Rev. Direito Práx. 13 (02), 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/59115>>. Acesso em: 08 de jan. de 2023. Resenha de: PACHUKANIS, B. Evguiéni. **Fascismo**. Almeida, Paula Vaz de. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020

HOMERO, Valquíria. Butantan entregará 46 milhões de doses da CoronaVac até abril, diz Pazuello. **Poder 360**. 7 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/butantan-entregara-46-milhoes-de-doses-da-coronavac-ate-abril-diz-pazuello/>>. Acesso em: 1º de fev. De 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIA** - EMPRESA. c2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 29 de jan. de 2023.

JULIÃO, Fabrício. Lula determina revogação de 8 privatizações em andamento, incluindo a Petrobras. **CNN Jornal**, São Paulo, 02 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/lula-determina-revogacao-de-privatizacoes-em-andamento-incluindo-a-petrobras/>>. Acesso em: 08 de jan. de 2023

KERCHER, Sofia. CALDAS, Guilherme. Nazistas e USP na mesma frase – de novo. **Jornal do Campus: USP**. São Paulo, 19 de jul. de 2022. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/07/nazistas-e-usp-na-mesma-frase-de-novo/>>. Acesso em: 28 de jan. de 2023.

MOREIRA JR., Hermes. Inovação, Militarismo e Hegemonia: O complexo industrial militar na estratégia dos Estados Unidos. **OIKOS**. Rio de Janeiro | Volume 13, n.1, p. 22-39, 2014. Disponível em: <<https://revistas.uffj.br/index.php/oikos/article/view/51916>>. Acesso em: 1º de fev. de 2023.

NASCIMENTO, Luciano. Estados Unidos reduzem cota de importação de aço do Brasil: Trump diz que mercado do produto nos EUA se contraiu em 2020. **Agência Brasil**. Brasília, 30 de ago. de 2020. Economia. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-08/estados-unidos-reduzem-cota-de-importacao-de-ac-o-do-brasil>>. Acesso em: 05 de dez. de 2022.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. OMS afirma que Covid-19 é agora caracterizada como pandemia. **OPAS**. 11 de mar de 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>>. Acesso em 25 de jan. de 2023.

OUR WORLD IN DATA. Vacinação contra o coronavírus (COVID-19). **OUR WORLD IN DATA**. c2023a. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=>>. Acesso em: 1º de fev. de 2023.

OUR WORLD IN DATA. Mortes por coronavírus (COVID-19). **OUR WORLD IN DATA**. c2023b. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-deaths>>. Acesso em: 1º de fev. de 2023.

PADULA, Raphael; FIORI, José Luís. Geopolítica e Desenvolvimento em Petty, Hamilton e List. **Revis ta de Economia Política**, [s. l], v. 39, n. 2, p. 236-252, abr./jun, 2019.

PRANDO, Rodrigo Augusto. Jair Bolsonaro: 2018-2022 – discurso, ação política e eleições. **Revista InterAção**, v. 13, n. 2, p. 46–56.. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/71720>>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

PRATES, Vinícius. Bolsonaro imitou sim pessoas com falta de ar: relembre quando foi. **Correio Braziliense**. 23 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/>

5031359-bolsonaro-imitou-sim-pessoas-com-falta-de-ar-relembre-quando-foi.html>. Acesso em: 29 de jan. de 2023.

RODRIGUES, Douglas. Bolsonaro arrecada R\$ 304,2 bilhões com privatizações. **Poder 360**. 17 de jul. de 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-arrecada-r-3042-bilhoes-com-Privatizacoes/>>. Acesso em: 11 de jan. de 2023.

SAMUELSON, Kate. What to know About Pizzagate, the Fake News Story With Real Consequences. **TIME**. Washington, 5 de dez. de 2016. Disponível em: <<https://time.com/4590255/pizzagate-fake-news-what-to-know/>>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

SILVA, Maiune de Oliveira. Desdenhando de vidas, compactuando com a morte: análise das falas de Bolsonaro para vilipendiar a vacinação contra Covid-19 no Brasil. **Revista Interfaces**, v. 13, n. 01, p. 169-181, 2022. Disponível em: <<https://www.scilit.net/journal/78940>>. Acesso em: 29 de jan. de 2023.

SIPRI. **The SIPRI top 100 arms-producing and military services companies, 2020**. Solna, Sweden: Stockholm International Peace Research Institute, Dec. 2021. Disponível em: <<https://sipri.org/publication>

s/2021/sipri-fact-sheets/sipri-top-100-arms-producing-and-military-services-companies-2020>. Acesso em: 28 de jan. de 2023.

SOUZA, Carolina Bezerra. Pandemia Cristofascista. *Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 19, n. 58, p. 457-459, 30 abr. 2021. Disponível em: <[http://periodicos.pucminas.br/index.php](http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/26047)

horizonte/article/view/26047>. Acesso em: 27 de jan. de 2023. Resenha de: PY, Fábio. **Pandemia Cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020

SOUZA, Sandra Duarte de. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2, p. 188-204, jul.-dez. 2014. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/article/view/5454>>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

Supremo Tribunal Judiciário (STF). A pedido da PGR, STF abre três inquéritos e amplia investigações sobre atos terroristas de 8/1. **STF**. Brasília-DF, 23 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=500967&ori=1>>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio; CALANDRELLI, José Felipe Ribeiro. Donald Trump e o Neoconservadorismo. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 24, n. 38, p. 380-395, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-7976.2017v24n38p380>>. Acesso em: 10 de jan. e 2023.

THE WORD BANK. **Brasil**. c2023a. Disponível: <<https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>>. Acesso em: 1º de fev. de 2023.

THE WORD BANK. **Estados Unidos**. c2023b. Disponível: <<https://data.worldbank.org/country/united-states>>. Acesso em: 1º de fev. de 2023.

United States Department of Justice. One Year Since the Jan. 6 Attack on the Capitol. **Justice**. Distrito de Columbia. 30 de dez. de 2021. Disponível em: <<https://www.justice.gov/usao-dc/one-year-jan-6-attack-capitol>>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

VIEIRA, Anderson. Após seis meses, CPI da Pandemia é encerrada com 80 pedidos de indiciamento. **Agência Senado**. 26 de out. de 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021>

/10/26/apos-seis-meses-cpi-da-pandemia-e-encerrada-com-80-pedidos-de-indiciamento> Acesso em: 02 de fev. de 2023.

VILLELA, Heloisa. Como EUA identificaram invasores do Capitólio e prenderam mais de 950. **BBC News Brasil**. New York. 09 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63880481>

>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

Dependência Econômica, financeira e política, o drama do desenvolvimento dos países em desenvolvimento: o caso de Moçambique.

Leví Salomão Matsinhe[68]

Introdução.

O objetivo deste artigo é discutir a dependência como a teoria que explica o atraso da maioria dos países em desenvolvimento na América Latina, Ásia, África e de Moçambique, em particular, partindo da perspectiva desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Apesar das diferenças importantes entre as teorias da dependência e a perspectiva estruturalista da CEPAL, há que se reconhecer os importantes diálogos e interlocuções entre ambas, visto que a Teoria da Dependência surge nos anos 1960 para tratar, sobretudo, da relação da periferia capitalista (ou, em outros termos, dos países subdesenvolvidos) com o capital estrangeiro e o padrão predatório de investimentos das grandes nações desenvolvidas.

Nosso ponto de partida é a dependência econômica, financeira e até política que pesa sobre este grupo de países em relação aos seus pares industrializados, como resultado, segundo os marxistas, da divisão internacional do trabalho. Essa divisão coloca os países do Sul, periféricos e subdesenvolvidos, dependentes dos países do Norte, do centro, ricos e industrializados. Os países em desenvolvimento, nesse contexto, são colocados na condição de produtores de bens primários (agrícolas e minerais), configurando uma má inserção na economia mundial que, segundo Immanuel Wallerstein em sua obra intitulada: *O Sistema Mundial Moderno: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*, estruturou o sistema mundial em centro (composto por países ricos e industrializados) dominando a periferia (subdesenvolvida, pobre e dependente).

De acordo com Cardoso e Faletto (1973), os países em desenvolvimento são dependentes devido à vinculação de suas economias ao sistema capitalista mundial em condição de diferenciação de produção, uma diferenciação que confere poder aos países ricos sobre os pobres. Todavia, apesar de haver importantes diferenças entre a industrialização como a CEPAL a defendia e como este processo de fato ocorreu, ao menos na América Latina, a reforma agrária nunca se aplicou na maioria dos países periféricos.

Isto fez com que, mesmo o modelo de desenvolvimento virado para dentro, proposto pelos desenvolvimentistas e intelectuais da CEPAL, servisse para a criação de economias de enclaves, mineiros ou agrários, em associação de grupos internos com os externos, cristalizando a dominação política e econômica do centro sobre a periferia. Todavia, apesar de defender um modelo de desenvolvimento virado para dentro, dando importância ao mercado interno num contexto dos anos 1930 e 1940, onde o comércio mundial havia colapsado em razão da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, a CEPAL não era avessa à exportação e à inserção na economia mundial.

É por meio da relação política que se torna possível a exploração econômica; dessa maneira, os grupos dominantes nacionais vinculam-se às empresas estrangeiras mais como classe politicamente dominante que como 'setor empresarial'; ao contrário são empresas estrangeiras que estabelecem relações econômicas diretamente com as classes operária e camponesa. A debilidade econômica dos grupos nacionais de poder os obriga a manter uma forma de dominação mais excludente, pois sua vinculação com o setor de enclave (necessária para manter-se no poder) depende da capacidade que tenham para assegurar uma ordem interna que ponha à disposição daquele a mão-de-obra indispensável para a exploração econômica e que assegure a viabilidade dos contratos feitos com o setor de enclave (CARDOSO; FALETTTO, 1973, p. 75).

Como resultado, a vinculação das economias periféricas ao mercado internacional passa a processar-se por meio do estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que "não se limitam, apenas ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais" (CARDOSO; FALETTTO, 1973, p. 125).

Em nossos dias, e sobretudo em economias em desenvolvimento como Moçambique, por exemplo, os enclaves econômicos se replicam no modelo de Zonas Francas Industriais (ZFI) e Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE). As corporações multinacionais (que atuam normalmente em mega-projetos no setor industrial e mineiro) investindo em ZFI, no quadro do Investimento Estrangeiro Direto (IED), fazem-no em conluio com as autoridades locais

que, usando o seu poder, associam-se ao capital estrangeiro, fragilizando a legislação laboral e fiscal em seu benefício.

Nestas áreas, as empresas que nelas atuam mal pagam a mão de obra local e são exageradamente isentadas de pagamento de direitos aduaneiros na importação de maquinários e outros equipamentos. Mais grave ainda é o fato de, por imperativo legal, poderem transferir na totalidade os resultados de sua produção para os países de origem, sobrando para o país hospedeiro apenas buracos, destruição e poluição ambiental e números que apenas servem para o balanço do Produto Interno Bruto (PIB); e o que é pago em forma de salários (baixos) para a mão de obra local, perpetuando a dependência desses países em relação ao capital estrangeiro. Este é o cenário que se vive, atualmente, em Moçambique com relação aos mega-projetos em ZFI – o caso da Mozambique Aluminum (MOZAL) e outros.

Portanto, num cenário de ausência de tecnologias e recursos financeiros necessários para impulsionar a sua industrialização, a inserção desvantajosa dos países pobres na economia capitalista mundial é inevitável. Isto leva a que o seu desenvolvimento dependa de recursos financeiros e tecnologias procedentes dos países desenvolvidos e industrializados, concedidos mediante uma série de condicionalismos que jogam a favor dos países ricos. Olhando para as prescrições do Consenso de Washington é possível perceber o esforço de asfixia dos países pobres, aconselhando-os a liberalizar, desregulamentar, abrir as suas economias ao IED e aplicar medidas institucionais, como a democratização, virtudes que não foram por si observadas durante o seu processo de desenvolvimento. Isto reforça a tese de Chang (2002) de que os atuais países desenvolvidos estão dificultando que os outros trilhem o mesmo caminho, por eles seguido, até o atual estágio de sucesso.

Daí ser justo aceitar a tese de autores como Gerschenkron (1962), defendendo que o desenvolvimento econômico só pode ser possível se operar um processo de industrialização alicerçado na tecnologia. Daqui levantaríamos uma pergunta sobre como é que os países subdesenvolvidos se industrializariam até o desenvolvimento não tendo tecnologia nem recursos financeiros? A resposta é que não seria possível, pois, segundo Chang (2003, p. 35), “todos os Países Desenvolvidos (PADs) usaram ativamente políticas industrial, comercial e tecnológica intervencionistas que lhes proporcionaram uma estabilidade financeira e tecnologia, com a qual promoveram a indústria nascente durante o período de *catch-up*”.

Vale recordar que a atual dependência que coloca muitos países na condição de pobreza, sobretudo Moçambique (ligada a pretensões neocoloniais), é financeira, com o apadrinhamento das Instituições Financeiras Internacionais (IFI), como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e de bancos privados ocidentais, o que acaba afetando a esfera política das nações dependentes, como melhor explicam Chase-Dunn (1975) em *The effects of international economic dependence on development and inequality: cross-national study*; Dambisa Moyo em *Dead Aid*; e Damien Millet e Eric Toussaint em *50 perguntas e 50 respostas do FMI*. Sendo assim, este artigo pretende discutir a dependência nas diferentes perspectivas – a marxista e na vertente financeira – mostrando seus efeitos perniciosos ao crescimento e desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, no geral, e de Moçambique, em particular.

Do ponto de vista metodológico, este é um estudo de caso de como Moçambique, enquanto país em desenvolvimento, tem sido impactado pela dependência econômica e financeira que acaba influenciando as decisões políticas, limitando, portanto, a sua condição de Estado soberano. Para tal, fez-se uma revisão de literatura sobre a dependência e o desenvolvimentismo, partindo da teorização da escola cepalina e de Cardoso e Falleto. Como não devia deixar de ser, fez-se uma revisão dos teóricos da dependência, do marxismo e neomarxismo de Immanuel Wallerstein.

Do ponto de vista de organização, o texto tem a primeira parte introdutória; em seguida, discute a gênese do pensamento dependentista; depois, o conceito de dependência; as diferentes perspectivas de análise da dependência; a ajuda externa ao desenvolvimento como fator de dependência; o neoliberalismo; financiamentos das instituições de Breton Woods e as suas implicações para as economias subdesenvolvidas de África; dependência da ajuda externa e suas perspectivas para o desenvolvimento de Moçambique, fechando com as conclusões.

Gênese do pensamento dependentista

O pensamento dependentista encontra sua inspiração no desenvolvimentismo como resposta ao subdesenvolvimento, em especial na América Latina e na necessidade de uma contraposição ao liberalismo econômico que dava uma errônea concepção de que as estruturas econômica e social ligadas ao capitalismo, formadas na Europa após a Revolução Industrial, podiam ser transplantadas para a América Latina [4]. Assim, o

desenvolvimentismo surge como ideologia de transformação social acompanhada por quatro elementos fundamentais [5]:

1. A industrialização integral como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento;
2. A necessidade de o Estado envolver-se no planejamento econômico;
3. Que o planejamento devia definir a expansão econômica e os recursos necessários para a viabilização do desenvolvimento;
4. O Estado devia ordenar a execução da expansão, captação e orientação dos recursos financeiros, promover o investimento direto naqueles setores em que a iniciativa privada fosse insuficiente.

Portanto, o desenvolvimentismo surgiu como ideologia que olhava para a industrialização como meio de alcance de desenvolvimento, outorgando ao Estado o papel fundamental de promoção e dinamização da economia. O Estado devia: (i) decidir sobre os investimentos e lucros; (ii) defender e promover o desenvolvimento e; (iii) a burocracia, para além de fluida, devia ser institucionalizada (FONSECA, 2017). Porém, a viabilização econômica rumo ao desenvolvimento por via da industrialização dependia de tecnologias que os países subdesenvolvidos não tinham. Sendo assim, deviam importá-las dos países desenvolvidos. Aí, o desafio não era somente o de obter as tecnologias, mas também de transformar a estrutura econômica de mão de obra intensiva, com mão de obra barata e excedentária, para uma economia de capital intensivo virada para a produção de bens (GERSCHENKRON, 1962).

Este estado de coisas influenciou negativamente a empreitada desenvolvimentista de formular políticas alternativas de desenvolvimento na região da América Latina, pois, lidar com desenvolvimento nas condições de ausência de tecnologias requeria, segundo Kay (2017), mentes preparadas para entender que os paradigmas do Norte requerem um capitalismo maduro, o que limitou a abordagem do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos. Portanto, o desajuste das políticas liberais e neoclássicas com a realidade dos países subdesenvolvidos levou a que pensadores estruturalistas latino-americanos filiados à CEPAL olhassem para elas como entraves ao crescimento das economias periféricas, em função de serem caracteristicamente de mão de obra abundante, tecnologias importadas dos países do centro e por serem economias primárias (agrárias e extrativas).

Como se pode notar, o estruturalismo cepalino deu um contributo inestimável para o pensamento desenvolvimentista em países subdesenvolvidos. Foi o primeiro corpo original da teoria de desenvolvimento que emana de países subdesenvolvidos e a primeira base do pensamento sobre a teoria da dependência [6]. A sua marca distintiva é "a contribuição dos cientistas sociais para os estudos de desenvolvimento e o seu cometimento com a necessidade de mudança social e da estrutura económica com vista ao benefício do grupo dos países pobres que se encontravam em posição desvantajosa" (KAY, 2017, p. 13).

O estruturalismo é um pensamento genuinamente periférico. Embora os autores da CEPAL sejam da América Latina e tenham chegado aos seus diagnósticos olhando em específico para esta região, seus aportes teóricos guardam importância para quaisquer países periféricos ou primário-exportadores. A inspiração que o estruturalismo cepalino deu ao pensamento dependentista reside na percepção de que o modelo europeu/americano de desenvolvimento não seria aplicável para todos, tal como era idealizado pelos liberais e, dentro de poucas décadas, pela Escola de Chicago. Sua tese fundava-se na abertura das economias ao comércio internacional e ao IED em substituição da planificação e controlo da economia como estratégias que promoveriam desenvolvimento em economias periféricas. Por seu turno, "os economistas do FMI por acharem que a expansão da inflação e problemas de pagamentos na América Latina eram causados por falta de uma disciplina financeira, se esta fosse reposta as bases se estabilizariam e operar-se-ia um rápido crescimento e concomitantemente mais postos de empregos" (KAY, 2017, p. 3).

Estas propostas revelavam-se impraticáveis, pois, o desejo dos neoclássicos era de estabelecer uma divisão internacional de trabalho a favor de seus interesses. Na sua ótica, a manutenção da especialização dos países subdesenvolvidos na exportação de bens primários seria o motor de crescimento, e nesta condição atingiriam o pleno emprego e o crescimento. Sendo assim, "os benefícios da especialização e vantagens comparativas resultantes do comércio livre poderiam se expandir do setor exportador para o resto da sociedade, equalizando os salários e o desenvolvimento poderia ser alcançado" (KAY, 2017, p. 4).

Em 1948 e 1949, Paul Samuelson e Jacob Viner (1953) citados por Ady (1967, p. 112) *apud* Kay (2017, p. 4) afirmavam que o livre comércio poderia substituir o movimento de fatores de produção de um país para o outro, indicando que o comércio internacional poderia potencialmente equalizar ganhos. Na sua visão, isto poderia gradualmente reduzir, se não acabar, com a diferença de renda entre países ricos e pobres. E, a liberdade do mercado poderia de forma espontânea trazer à ação esforços que poderiam industrializar e desenvolver

os países atrasados. A crença era de que abrindo os mercados internos ao comércio internacional se promoveria o desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

Como se pode depreender, o pensamento dominante nesta altura era de que os países subdesenvolvidos, seguindo as prescrições dos países desenvolvidos como o mercado livre e a ética protestante de trabalho, iriam crescer, erradicar a pobreza e suplantam o desemprego, enquanto que, o pensamento dominante entre os economistas do FMI era da disciplina financeira como motor de crescimento e eliminação do desemprego.

As diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos eram maiores. Em muitos países do Terceiro Mundo, por exemplo, o dinheiro não era o meio universal de troca e instituições financeiras dificilmente existiam, uma porção maior da população rural dependia de agricultura de subsistência, infraestruturas como (rodovias, comunicação e energia) eram limitadas, uma educação e literacia precárias. Este *status quo* deixava claro que as recomendações neoclássicas eram boas em países desenvolvidos e péssimas para os subdesenvolvidos (KAY, 2017, p. 3).

A crença era de que a divisão internacional de trabalho iria manter os países subdesenvolvidos especializados na exportação de bens primários e isso promoveria o crescimento. Nessas condições, atingiriam o pleno emprego e o crescimento. Iriam se beneficiar da especialização e vantagens comparativas que expandiriam o setor exportador para o resto da sociedade e o desenvolvimento poderia ser alcançado.

Porém, o sistema capitalista mundial era encarado em diferentes perspectivas entre os estruturalistas e os neoclássicos. Enquanto os estruturalistas achavam o sistema capitalista mundial heterogêneo e assimétrico na distribuição de benefícios do comércio e IED [8], os neoclássicos, como Milton Friedman, por exemplo, em seu livro clássico *Capitalismo & Liberdade*, olhavam para o comércio internacional e investimentos como motores do crescimento e meios de redução das desigualdades nos padrões de vida entre países. "Prebisch e Singer recusaram esta tese. Em resposta, desenvolveram sua teoria baseada na deterioração dos termos de troca que justificava a necessidade de uma industrialização com base na proteção tarifária [9]" (incluindo planeamento governamental das atividades produtivas; manipulação do câmbio; restrição de importações; etc.).

A recusa tinha razão de ser porque os países do centro se industrializaram adotando novas tecnologias, desenvolviam a sua indústria de bens de capital e impulsionavam o uso da

tecnologia em todos os setores da economia. Pelo contrário, na periferia, as novas tecnologias eram importadas e principalmente confinadas no setor primário de produção para exportação. O setor industrial era pequeno ou insignificante e o setor de bens de capital era rudimentar ou simplesmente inexistente.

Como consequência, a economia da periferia tornou-se simultaneamente desarticulada e dualista: desarticulada porque tinha que importar tecnologias do centro; e dualista por causa de um largo fosso na produção desenvolvida entre os setores de exportação e subsistência. A produção *per capita* era baixa na periferia, caracterizada por mãos de obra excedentária que mantinha baixos salários e que impedia a periferia de aderir às tecnologias como meio de aumentar a produtividade no setor de exportações. As mesmas são transferidas do centro devido à deterioração dos termos de troca (CEPAL, 1951). Assim, na visão da CEPAL, o comércio internacional não apenas perpetua as assimetrias entre o centro e a periferia, mas aprofunda-as (KEY, 2017, p. 25).

A estrutura imposta pela divisão internacional de trabalho baseada no capitalismo e nos ideais neoclássicos que contrastava com a realidade tecnológica dos países periféricos, sempre os colocando em posição desvantajosa, veio a ter resposta com a Grande Depressão de 1930 que deitou abaixo o modelo periférico de crescimento orientado para o exterior. Na visão dos estruturalistas cepalinos "um fator importante na crise das trocas internacionais foi a deterioração dos termos de troca sofrida pelos países da periferia. Para contrariar, a CEPAL propôs o modelo de desenvolvimento voltado para dentro da periferia". Portanto, uma industrialização por substituição das importações (KEY, 2017, p. 30).

A ideia estruturalista de industrialização por substituição das importações e a adoção de uma estratégia de desenvolvimento virada para dentro da periferia, a partir dos anos 1970 e 1980, começa a ser alvo de contra-ataque dos neoconservadores ou neoliberais, que passam a dominar o debate intelectual e foram proclamadas a serem seguidas e aceitas por muitos governos da maioria dos países capitalistas. O pensamento dominante nesta altura era de que os países subdesenvolvidos deviam seguir o exemplo dos países desenvolvidos que era apresentado como tendo resultado de políticas de mercado livre, como o receituário do Consenso de Washington, por exemplo. Estes fatores iriam conduzir ao crescimento que poderia automaticamente erradicar a pobreza e o desemprego.

Todavia, esta tese foi posta em causa pelos teóricos da dependência e com mais severidade por Ha-Joon Chang que, na sua obra de 2003, *Chutando a Escada*, demonstra que as estratégias de desenvolvimento que os atuais países desenvolvidos prescrevem aos seus pares subdesenvolvidos não são as mesmas que os levaram ao atual estágio de desenvolvimento em que se encontram. Para Chang (2003, p. 10), as nações pobres estão sob pressão das nações ricas e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelo *establishment* visando a adoção de políticas e boas instituições que promovam o desenvolvimento econômico. Essa agenda considera boas as políticas prescritas pelo Consenso de Washington, entre elas:

- a) as políticas macroeconômicas restritivas;
- b) a liberalização do comércio internacional e dos investimentos;
- c) a privatização e a desregulamentação.

Portanto, as grandes potências como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, por exemplo, chegaram ao *status* em que se encontram na atualidade graças à aplicação das políticas do *laissez faire, laissez passer, le monde va de lui meme*. Todavia, a par do livre comércio, estes mesmos países protegeram as suas economias.

Conceito de dependência.

A Dependência é entendida por Marini (1991, p. 4) como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução e ampliação da dependência”. Nestas condições, a dependência propicia o estabelecimento de relações de poder e subordinação entre os Estados, havendo uns – pobres, do hemisfério Sul e periféricos – que subordinam suas economias e políticas a outros – ricos, do hemisfério Norte e desenvolvidos.

Portanto, a dependência não é só aquela descrita por Cardoso e Faletto [8], embasada no pensamento marxista das relações de produção que espelham a subordinação dos países periféricos com relação aos centrais, em termos de relações de produção, com a periferia especializada na produção de bens primários e o centro, de bens manufaturados; é também aquela que tem sido propiciada pelas instituições credoras em nível internacional e pelo IED que mantém os países receptores atrelados a dívidas que os tornam perpétuos dependentes.

Importa referir que a dependência, ao longo do tempo, tem enfrentado dificuldades de se afirmar como teoria. Pensadores que lhe recusam a qualidade de teoria socorrem-se do fato de suas reflexões provirem de outras escolas de pensamento, como o marxismo, o estruturalismo e a teoria do sistema mundial moderno. "Muitos participantes do debate sobre a dependência diziam que seus estudos não podiam ser considerados ou constituírem uma teoria pois, as suas proposições emergem de outras teorias" (Kay, 2017, p. 124), acoitando-se no fato de que as variáveis discutidas na teoria da dependência procedem do pensamento desenvolvimentista, desde o estruturalismo, marxismo, teoria do sistema mundial moderno e do nacionalismo.

Neste caso, a relação de dependência que a divisão internacional do trabalho estabelece entre as nações do Sul e do Norte, expressando relações de poder, dominação e subordinação nas Relações Internacionais (RI), para Machado (1999), a teoria da dependência está embasada na perspectiva realista das RI do Século XIX que enfatizam o poder e a força, numa clara alusão à *realpolitik* [1] e *raison d'État* [2], fundados na *high politik* [3].

Nessa perspectiva, não existe *teoria da dependência*, mas sim a dependência nas RI de força e poder. Tais relações abarcam, segundo Chase-Dunn (1975), a força militar; o colonialismo com a sua versão atual – o neocolonialismo, através das Corporações Multinacionais que controlam os processos de produção, o IED, os Programas de Ajuda Externa ao Desenvolvimento e as Agências Internacionais de Crédito, impondo relações de poder e subordinação e relações de trocas e desenvolvimento desiguais entre as nações do centro e da periferia.

Por outro lado, a supressão da autonomia política dos Estados, a necessidade de manter o poder por parte das elites locais faz com que a dependência caracterize, segundo Machado (1999), as RI de domínio, subordinação e/ou submissão num contexto internacional que se pretende cada vez mais interdependente. Para ele, não há, mesmo no domínio teórico, como falar do subdesenvolvimento sem se ter antes que falar da dependência, pois a dependência antecede o subdesenvolvimento. Esta perspectiva é também defendida por Chase-Dunn (1975, p. 721) ao argumentar que “teóricos das relações de dependência afirmam que a economia internacional de dependência produz o desenvolvimento do subdesenvolvimento nas áreas periféricas da economia mundial”.

Todavia, apesar da recusa, por alguns pensadores, da autonomia da dependência como teoria – posicionamento que merece o nosso respeito –, ela é uma escola de pensamento que oferece elementos de importância crítica na compreensão do subdesenvolvimento e da dependência econômica, financeira e política, em que se ressentem alguns países africanos, latino-americanos e asiáticos, grupo do qual Moçambique faz parte. Esta teoria ajuda a compreender as RI de força e poder num sistema internacional em que o jogo de soma zero é o lema de interação entre os Estados. Embora se apregoe uma maior interdependência, esta continua manietada pelas relações de poder, onde as grandes potências buscam incansavelmente suplantar os outros Estados, colocando-os sob sua influência e controle.

Neste contexto, Gilpin (2002, p. 310) e Caporaso (1978, p. 23) *apud* Dos Santos (1970, p. 231) consideram a dependência uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia. A relação de dependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir e podem ser auto-sustentáveis, enquanto que os dependentes só podem fazer isto mediante a expansão dos outros (dominantes).

Todavia, apesar de “os economistas Neoclássicos e os teóricos da modernização, de acordo com Chase-Dunn (1975, p. 724), considerarem a dependência algo benéfico como fonte para o fluxo de recursos ou indução da modernidade a partir dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento”, o capitalismo continua sendo apontado como um dos fatores da dependência e endividamento dos países em desenvolvimento. Para Gabriel Palma, a evolução do capitalismo até a fase do imperialismo, como resultado da expansão dos seus efeitos, fez com que as economias desenvolvidas, uma vez que já se encontram na fase monopolista do seu desenvolvimento, as economias dos países subdesenvolvidos tenderão a se caracterizar por um aumento da dívida e por uma estrutura produtiva que as conduz ao consumo do que não podem produzir e a produzir o que eles não consomem (PALMA, 1978, p. 896).

É nesta perspectiva que Chase-Dunn (1975) afirma que a dependência na economia internacional pode ser por penetração direta ou indireta. A penetração direta das economias em desenvolvimento pelos países do centro é feita através de investimentos de corporações transnacionais, programas de ajuda externa e créditos internacionais. A forma indireta resulta da sua posição no comércio internacional e do seu papel marginal na divisão internacional do trabalho. Para o teórico do Sistema Mundial Moderno, Wallerstein (s/d, p. 339), a dependência espelha uma economia-mundo que divide os Estados em centro e áreas periféricas. Na visão dele, a divisão de trabalho que caracteriza o sistema mundial, não é

meramente funcional – isto é, ocupacional – mas geográfica. Quer dizer, a divisão mundial de tarefas não é formal embora obedeça a critérios geográficos. A divisão social de trabalho aumenta e legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema explorarem o trabalho de outros, isto é, receberem uma maior parte do excedente.

A teoria do Sistema Mundial Moderno admite, segundo Gilpin (2002, p. 89), a existência de um sistema econômico mundial unificado que produz subdesenvolvimento em toda a periferia dependente. Os defensores desta teoria argumentam que o sistema capitalista contribui para o subdesenvolvimento dos países menos desenvolvidos. Segundo Wallerstein, a economia internacional está estruturada em países do centro, ricos e desenvolvidos, e países periféricos, pobres e subdesenvolvidos, sendo que o desenvolvimento dos países periféricos tem sido condicionado e dependente do centro. Enfim, a dependência discutida aqui é aquela que se processa através da penetração da periferia pelo investimento estrangeiro. Esta discussão é trazida por Chase-Dunn (1975), buscando suporte em autores como Frank (1969), Wallerstein (1972) [6], Baumgartner (1975) e outros autores de referência na discussão de questões de dependência. Para ele, a exploração da periferia pelo centro ocorre através dos meios de descapitalização, trocas desiguais e subordinação ao controle externo num sistema competitivo. Amin (1974, p. 722) *apud* Chase-Dunn (1975) afirma que “a descapitalização resulta de um processo contínuo de acumulação primitiva no qual forças políticas e militares retardam as vantagens econômicas nas relações entre o centro e periferia”, atendendo à existência de diferentes perspectivas de análise da dependência.

As diferentes perspectivas de análise da dependência

A nossa preocupação em analisar as diferentes perspectivas da dependência deriva do fato de ela (a dependência) não constituir um bloco intelectual monolítico, mas sim fragmentado em duas subperspectivas (tratando do mesmo fenômeno): a weberiana/reformista de Cardoso e Faletto e a marxista de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Cristobal Kay e Gunder Frank. A estas perspectivas junta-se a visão da dependência na perspectiva financeira de Chase-Dunn, Moyo e outros, que exploram este debate com enfoque em desdobramentos no campo político que, como consequência, limitam o exercício do poder soberano dos países dependentes e/ou periféricos e pobres, portanto, dependentes da ajuda financeira dos centrais, ricos e industrializados, na perspectiva neomarxista de Immanuel Wallerstein. Cardoso e Faletto (1973) partem da assunção de que o processo de construção das sociedades implica o estabelecimento de relações de poder e

dominação, que não se processam de forma pacífica, mas sim conflituosa, visto que se constroem com base em relações de poder e dominação em nível doméstico com tendência a se estenderem até o nível internacional. Este quadro leva à vinculação externa da economia nacional com a cumplicidade da classe dominante nacional que, aliando-se ao capital estrangeiro, cria enclaves econômicos, efetivando o estabelecimento de uma estrutura de dependência econômica e financeira com relação ao capital estrangeiro. Este cenário levou a que estes autores, à semelhança de outros pensadores latino-americanos vinculados à CEPAL, se dedicassem ao estudo das causas do subdesenvolvimento na América Latina. Para eles:

o subdesenvolvimento nasce da relação entre sociedades periféricas e centrais, produzida historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois o capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação na estrutura global do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapas ou de estágios do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por um lado, uma estrutura definida de relações de dominação. Enquanto, o conceito de subdesenvolvimento, tal como é usualmente empregado, refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração da renda, pouca diferenciação dos sistemas produtivos e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno (CARDOSO; FALLETTO, 1973, p. 25-26).

Então, esta é a demonstração de que a relação de dependência dos países da periferia (subdesenvolvidos) e do centro (desenvolvidos) começa exatamente com o próprio processo de desenvolvimento, pois a situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da "relação entre sociedades periféricas e centrais", uma vez que a vinculação das economias periféricas ao mercado mundial verificou-se, primeiro em termos coloniais e, atualmente, em termos neoliberais que configuram a nova forma do colonialismo, portanto, o neocolonialismo.

Nestes termos, seria justo concordar com Cardoso e Faletto (1973, p. 26) ao afirmarem que: "existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários". Esta percepção pode ter estado na vanguarda da convicção de que o cenário desvantajoso de subdesenvolvimento no qual as economias subdesenvolvidas se encontram, com relação às desenvolvidas, podia ser invertido, bastando, para tal, desenvolver uma indústria nacional, em autarcia, endogenamente autossuficiente, que promovesse a exportação em substituição da importação.

Todavia, o desejado desenvolvimento em autarquia, não significava, contudo, uma ruptura com o exterior. "O vínculo com o exterior permaneceria apenas para assegurar compradores de produtos de exportação. Porém, o mercado interno deveria assegurar o desenvolvimento interno". Essa é a posição da CEPAL partilhada por Junior (2019), relativa à teoria Ricardiana das Vantagens Comparativas ou, em outras palavras, relativa à defesa da industrialização substitutiva das importações que não significava uma perspectiva contrária ao livre comércio.

Para eles, o desenvolvimento significava "a criação de um setor interno dinâmico, capaz de determinar, por seu turno, tanto o crescimento autossustentado com a transferência dos centros de decisão", numa altura em que a sociedade latino-americana estava passando de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. Este processo, geralmente, comporta uma espécie de zonas intermédias ou de transição em que coabitam, simultaneamente, estruturas de uma sociedade tradicional e moderna, ao que os autores denominaram de padrão "híbrido que caracteriza as sociedades dos países em desenvolvimento".

O hibridismo econômico mencionado por Cardoso e Faletto (1973) é o que Gilpin (2002) denomina de economia dual. Para ele, qualquer economia (interna ou internacional) deve ser analisada em termos de dois setores relativamente independentes: um moderno e progressista e outro tradicional. O moderno é caracterizado por uma eficiência produtiva e integração econômica e, o tradicional é caracterizado por um modo de produção atrasado e por uma autossuficiência local. Esta teoria defende que o desenvolvimento econômico implica a incorporação e transformação do setor tradicional em um setor moderno por meio da modernização das estruturas econômicas, sociais e políticas. Contudo, o processo de transição da economia tradicional para a moderna não tem sido pacífico. Há uma tendência de o moderno sufocar o tradicional, pois, as pautas dos sistemas político, social e econômico dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas. O processo de desenvolvimento consistiria em levar a cabo e inclusive reproduzir as diversas etapas que caracterizam as transformações sociais daqueles países (CARDOSO; FALLETTO, 1973, p. 19).

Este posicionamento nos remete ao debate levantado por Ha-Joon Chang (2003) de que ao antecipar o futuro das sociedades subdesenvolvidas, impondo pautas que acabam funcionando como que de uma *check list* se tratasse, os países desenvolvidos estão chutando a escada, ao impor que estes países subdesenvolvidos obedeçam a pautas que os próprios países desenvolvidos não seguiram durante o processo de *catching up*, como, por exemplo, a liberalização aos moldes do Consenso de Washington de privatizações, desregulamentações, estabelecimento de boas instituições como democracia, boa burocracia, etc. Estes não foram

os condicionalismos que conduziram os atuais países desenvolvidos ao patamar em que atualmente se encontram. Ao fazer isso, estão chutando a escada!

Embora no dizer de Acemoglu e Robinson (2013), instituições fracas e mau exercício da democracia, com destaque para a má governança e corrupção, como tem sido apanágio dos países em desenvolvimento, estejam por trás da falência das nações, são exatamente estas instituições que mal estavam consolidadas na altura do arranque para o desenvolvimento dos atuais países desenvolvidos. Por exemplo, a liberalização da economia por parte da Inglaterra só teve espaço quando esta tinha em vista o seu desenvolvimento nacional. Uma vez alcançado, abandonou-o. Os Estados Unidos, *idem*. Nunca foram tão liberais ao nível do que têm imposto que os outros sejam.

Contudo, os desenvolvimentistas latino-americanos acreditavam que com a estratégia de desenvolvimento internamente autossuficiente seria possível sair da situação de dependência e assumir, por si próprios, as rédeas do desenvolvimento. E, por conseguinte, condições para que tal pudesse acontecer tinham sido criadas. A reorganização das economias após a crise econômica mundial de 1929-1933 e a Segunda Guerra Mundial fizeram com que algumas economias latino-americanas se beneficiassem da defesa automática de seu mercado interno. Com a proteção, colocavam-se em condições de "completar o ciclo denominado substituição de importações e iniciar a produção de bens de capital" (CARDOSO; FALLETTO, 1973, p. 9).

Sendo assim, a industrialização expandiria as exportações e isto alavancaria o almejado desenvolvimento autossustentado, estimulando o mercado interno e, por seu turno, a diferenciação de produção industrial criaria uma indústria de bens de capital. Esta convicção era sustentada pelo fato de a América Latina ser autossuficiente em termos de amplo mercado e mão de obra abundante, sobretudo a que emigrava de regiões de predominância do setor primário – agrário – para as do emergente setor moderno – industrial.

Fato importante que Cardoso e Faletto (1973) apontam tem a ver com o desenvolvimento se processar dentro de sociedades constituídas por relações de poder e dominação entre grupos, forças e classes sociais, resvalando em conflito. Desta relação sucede que a classe que se sobrepõe às demais estabeleça conexões externas, a partir das quais passa a operar um processo de dependência em associação com a classe dominante interna, em detrimento da sociedade no geral, criando enclaves econômicos. Nestas circunstâncias, a dependência passa a ser vista como a vinculação econômica e política ao exterior, incorporando a noção de centro e periferia e destacando o papel das economias desenvolvidas e das economias subdesenvolvidas no mercado mundial.

Para estes autores,

a dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. As economias baseadas em enclaves coloniais constituem o exemplo típico dessa situação externa (CARDOSO; FALLETTO, 1973, p. 26).

Marini, juntamente com Bamberger, partem de uma perspectiva analítica no bojo da Teoria da Dependência (o Marxismo) para discutirem a divisão internacional do trabalho como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução e ampliação da dependência” (MARINI, 1991, p. 4). O viés marxista com que Marini (1991) enxerga o modo de produção capitalista leva-o a concluir que a forma como o capitalismo conduz o desenvolvimento não poderá nunca levar as nações subdesenvolvidas a se desenvolverem da mesma forma como se desenvolveram as ditas economias avançadas. Esta forma de capitalismo, portanto, a que dificulta o desenvolvimento de outras nações, só tem sentido, segundo Marini, se observada em duas perspectivas: interna e internacional, deixando clara a ideia de que a divisão internacional de trabalho é responsável pela configuração da dependência, determinando o desenvolvimento.

Neste cenário de RI fortemente influenciadas por uma divisão internacional de trabalho, colocando um grupo de nações em desvantagem comparativamente às outras, a América Latina (ponto de partida da discussão do desenvolvimentismo e dependência) desempenhou um papel relevante na formação da economia capitalista mundial. A região é reconhecida como maior produtora de metais preciosos entre os séculos XVI e XVII. Isto nos leva a concordar com a tese de que a indústria moderna não teria se desenvolvido se não fosse o contributo dado pelos países dependentes, uma vez que o desenvolvimento industrial depende de uma maior disponibilidade de bens primários oriundos da mineração e da agricultura. "Isto é que permitiu aos países industrializados a se especializarem como produtores mundiais de manufaturas" (MARINI, 1991, p. 5).

Outro elemento de não menos importância que Marini (1991) aponta como fator da dependência é a desvalorização da força de trabalho resultante da introdução de tecnologias, atendendo que o setor primário (agrário e de mineração é mão de obra intensiva), o que dificulta as economias dos países atrasados de concorrer com as dos países desenvolvidos, sendo as últimas de capital e tecnologia intensiva. Isto acontece devido à concorrência dos

países capitalistas em produzir mais-valia relativa, que exige uma maior produção e produtividade.

Portanto, sendo o desenvolvimento a tônica de discussão entre os marxistas e reformistas, considerados utópicos, as suas crenças incidiam na possibilidade de solução do problema de subdesenvolvimento através de uma revolução socialista. E, os reformistas, embora suas sugestões tenham um viés estruturalista e nacionalista, o seu desejo era o incremento da autonomia nacional sobre os processos de desenvolvimento. Acreditavam que era possível resolver o problema da dependência, reformando o sistema capitalista. As visões marxistas e reformistas, refletindo sobre o mesmo fenômeno da dependência e subdesenvolvimento, levaram Kay (2017) a afirmar que:

todas as posições dependentistas partilham da visão de que o subdesenvolvimento ou por outras, a posição assumida pelos países subdesenvolvidos é a forma particular que o capitalismo reserva para estes países. Eles também concordam que a dependência acontece quando estes países são forçosamente obrigados a se incorporar no sistema capitalista mundial pelos países dominantes (KAY, 2017, p. 129).

Uma das formas que os países desenvolvidos usam para subjugar os países subdesenvolvidos é através de financiamentos ao desenvolvimento feitos em forma de ajuda externa através das IBW (Instituições de Bretton Woods), bancos e agências de financiamento internacionais.

Ajuda externa ao desenvolvimento como fator de dependência

Sendo que o debate sobre a dependência ocorre concomitantemente com o da interdependência, na perspectiva da interdependência assimétrica, fato que acresce a crença na recusa da dependência como teoria. Importa apontar o FMI e o BM, que deviam ser promotores da interdependência, porém, o seu papel tem se verificado distorcido. A ajuda externa ao desenvolvimento que estas instituições internacionais supostamente oferecem às nações em desenvolvimento e o IED precipitam as nações em desenvolvimento ao abismo do "endividamento crescente" com o compadrio das IBW (Instituições de Bretton Woods). Portanto, é de se aceitar que o papel das IBW tem sido lesivo às economias subdesenvolvidas pela inversão de função. No lugar de promover o desenvolvimento periférico, promovem a perpetuação da condição de subordinados no sistema capitalista mundial. Assim, passando os países em desenvolvimento a depender econômica, financeira e politicamente, as IFI

operacionalizam a ideologia neoliberal que, por sua natureza, precipita os países em desenvolvimento a uma permanente dependência externa.

O neoliberalismo

Segundo Moraes (2011, p. 16), os ideais neoliberais começam a ser implementados a partir da segunda metade da década de 1980 pelos governos de Margaret Thatcher na Inglaterra; em 1980, nos EUA, com Ronald Reagan; em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha, e o Primeiro-Ministro japonês Nakasone, com prescrições de ajuste estrutural cujo primeiro laboratório foi a América Latina. O neoliberalismo deve ser entendido como uma doutrina, uma ideologia e pensamento intelectual que, à semelhança do comunismo (tido como o estágio mais alto do socialismo), pode também ser considerado o estágio mais alto do liberalismo. Seu fundamento é uma excessiva liberalização da economia, negando profundamente o papel do Estado como regulador, planejador da economia e agente distribuidor dos benefícios econômicos. O pensamento neoliberal entrou em cena quando as ideias keynesianas caíram em descrédito. As IBW proclamaram as ideias neoliberais, fundadas na liberalização e privatização dos mercados econômico e financeiro, em todos os cantos do mundo, exercendo pressão sobre os governos dos países em desenvolvimento que continuavam relutantes em seguir os seus conselhos. Sem escolha, estes tiveram que aceitar suas prescrições. Todavia, isso aconteceu com o passar de décadas e se acelerou em diferentes passos para o FMI e o BM. Enquanto o FMI já defendia agendas econômicas ortodoxas e de austeridade já nos anos 1980 (em linha com a consolidação neoliberal), o BM só foi fazê-lo de forma mais enfática nos anos 1990, sob hegemonia do Consenso de Washington. "O neoliberalismo é, segundo Moraes (2011, p. 3), uma forma de ver e julgar o mundo social; um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think tanks*, isto é, centros de geração de ideias e programas, de difusão e promoção de eventos".

Como doutrina político-econômica, o neoliberalismo opõe-se ao comunismo, ao socialismo e a todas as formas de intervenção ativa do governo para além de dispositivos de garantia de propriedade privada, das instituições de mercado e da atividade dos empreendedores, ela começou como um conjunto isolado e em larga medida ignorado de pensamento ativamente moldado na década de 1940 por pensadores como Friedrich Von Hayek, Ludwik Von Mises, Milton Friedman e Karl Popper (HARVEY, 2003, p. 130).

O neoliberalismo, segundo Moraes (2011, p. 3), "é um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores a partir da segunda metade dos anos 70, e propagada pelo

mundo pelo BM e FMI, como uma afronta ao socialismo, o keynesianismo, ao Estado de bem-estar, o terceiro-mundismo, e o desenvolvimentismo latino-americano enquanto formas de regulação económica do século XX". As políticas neoliberais foram duramente criticadas pelo acadêmico sul-coreano Ha-Joon Chang, em *Chutando a Escada*. Para ele, as prescrições de liberalização, desregulamentação, portanto, um protecionismo zero e democratização apregoados pelos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos, como medidas necessárias para o seu crescimento, são uma forma de impor uma espécie de guizo para a manutenção do subdesenvolvimento, pois sabem que nem eles, na altura do *catching-up*, tinham as instituições democráticas consolidadas e sabem muito bem que a corrupção e a má governação em países em desenvolvimento colocam uma grande distância para a eficiência económica e política destes países.

Chang demonstra o quanto países como Estados Unidos, França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Suécia (atuais superpotências) se desenvolveram protegendo suas economias. Mesmo a Inglaterra que, de fato, cresceu com protecionismo zero de 1860 a 1932, quando sentiu a pressão da crise, cedeu e protegeu sua economia. Os Americanos, tidos como maiores defensores do neoliberalismo, até o adotarem depois da Segunda Guerra Mundial, nunca foram liberais, eles sempre protegeram sua economia. Quanto à democracia, a maior parte dos atuais países desenvolvidos, na sua fase inicial, não eram tão democratas quanto o são hoje. Até os anos 1800, a democracia nos atuais países desenvolvidos era excludente; por exemplo, as mulheres e os desprovidos de propriedade não tinham direito a voto.

O fato patente é que as 'reformas políticas' neoliberais se mostraram incapazes de cumprir a sua grande promessa: o crescimento económico. Quando da sua implementação, garantiram-nos que, embora essas 'reformas' talvez aumentassem a desigualdade a curto e, possivelmente, também a longo prazo, elas gerariam um crescimento mais rápido e, enfim, alçariam, a todos mais efetivamente do que as políticas intervencionistas do imediato pós-guerra. Os dados das últimas duas décadas mostram que só a parte negativa dessa previsão se confirmou. A desigualdade da renda aumentou (CHANG, 2003, p. 212).

Então, são estes e vários outros aspetos que levam Chang a dizer que, ao impor o neoliberalismo como condição de desenvolvimento, os países desenvolvidos estão a esconder o "pin" dos seus pares subdesenvolvidos – estão chutando a escada. As políticas neoliberais, no lugar de operarem mudanças em pouco tempo, como se tem propalado, agudizam a pobreza, o desemprego e a dependência económica e financeira, abrindo espaço para financiamentos do BM e FMI e fertilizando o terreno para o IED, que só pioram a situação dos países pobres, tornando-os cada vez mais dependentes.

A título de exemplo, nos anos 1980, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos aos países latino-americanos como condição de renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento de suas economias locais pelo BM e pelo FMI. Aqui se vê a mudança do escopo das IBW. No lugar de impulsionar o desenvolvimento, colocaram-se ao serviço das políticas neoliberais, tornando os programas de financiamento instrumentos de dominação dos países pobres, em benefício do capital estrangeiro (corporações multinacionais), colocando numa situação de dependência os receptores de programas de ajuda e do IED.

Seu mantra era, segundo Harvey (2003, p. 130), "a privatização e a liberalização do mercado", o afastamento do Estado da economia e, principalmente, das áreas sociais como educação e saúde, promovendo privatizações, desregulamentação fiscal e abertura da economia ao IED. Como consequência, a pobreza e o desemprego e vários outros males sociais aumentam entre as populações mais vulneráveis, ao mesmo tempo que as elites políticas se associavam ao capital estrangeiro e enriqueciam ilicitamente por via da corrupção e nepotismo, em detrimento da maioria da população, tal como foi o caso de Moçambique, que aderiu às políticas do ajuste estrutural em 1987.

Assim o foi com relação aos outros países em desenvolvimento. A década de 1980 foi marcada por uma profunda aderência aos programas do ajuste estrutural. Em situação de pobreza, economias fracas que não produziam para o autossustento, portanto, dificuldades econômicas derivadas de liberdades políticas e não econômicas, não tiveram outra escolha senão aderir, mesmo conscientes de que isso seria lesivo. Assim, os ajustes estruturais se tornaram instrumentos de subordinação das economias africanas, latino-americanas e asiáticas aos interesses e objetivos geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos. As antigas potências colonizadoras continuaram a extrair recursos e a decidir sobre os destinos dos recursos destes países; não pela força das armas, mas pelas regras supostamente "simétricas e justas" do livre comércio que denotam regras ou relações econômicas assimétricas (entre nações com graus muito dispares de poder e projeção no sistema internacional) que são, também, um instrumento de exploração neocolonialista.

Trata-se da dependência com relação aos financiamentos externos a que os países do Terceiro Mundo estão sujeitos, através das IBW e do IED, com enfoque no continente africano, visto ser o que mais se ressentia das amarras da dependência. Porque o debate sobre o neoliberalismo, atrelado à dependência, desenvolvimentismo, um movimento encabeçado

por acadêmicos e estadistas, questionando o liberalismo e a sua nova versão – o neoliberalismo e suas propaladas vantagens comparativas, embasadas na desregulamentação da economia, privatizações e afastamento do Estado na economia, como fatores impulsionadores de desenvolvimento, promessas ventiladas por economistas do centro, mas que nunca elevaram os países pobres à categoria de ricos e/ou desenvolvidos, este cenário leva a questionar o porquê de as políticas neoliberais, apregoando a liberalização e todos os outros conselhos urdidos no Consenso de Washington, não conseguiram tirar os países subdesenvolvidos da condição de pobreza? Por hipótese, pode-se afirmar que as políticas neoliberais do Consenso de Washington contribuíram, sim, para o enfraquecimento das economias terceiro-mundistas no lugar de as elevar, estando ligadas e a servirem de instrumentos de penetração do capital estrangeiro em países pobres, por via das IFI.

É nesta perspectiva que se torna verídico, pelo menos na visão dos países em desenvolvimento, o argumento de Moyo (2009) ao afirmar que, nos cinquenta anos passados, mais de US\$ 1 trilhão foram transferidos dos países desenvolvidos para os países africanos e, a ajuda passou a ser, para os receptores, uma cultura de comodidade. A verdade é que a ajuda foi canalizada para o continente, mas a pobreza, ao invés de diminuir, aumentou. Os paupérrimos sequer ganharam o estatuto de pobres. Porém, os ricos tornaram-se cada vez mais ricos e, cada vez que a pobreza, a fome e a mortalidade por falta, não só de cuidados médicos de qualidade, como também de um saneamento adequado grassavam, mais a ajuda era concedida. O mais espantoso é que, à medida que a ajuda ia aumentando, o continente necessitava cada vez mais.

Aí vem a questão: por que é que quanto mais ajuda o continente recebe, mais necessita e, a finalidade para que é dada – acabar com a pobreza, fome e todos os outros males – não resolve, ela continua a ser dada? “O erro do Ocidente foi dar algo para nada” (MOYO, 2009, p. 152). Daí ser justo considerar as prescrições do Consenso de Washington como variáveis intervenientes que permitem entender todo um processo de que se esperavam resultados positivos num curto espaço de tempo, mas que não produziram os resultados desejados.

Depois que as ideias neoliberais dos *Chicago boys* foram adotadas como política econômica a seguir, primeiro em 1979 por Margaret Thatcher, na Inglaterra, e depois, em 1980 por Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América, começaram a ser vendidas como "elixir para curar" o subdesenvolvimento que enfermava os países em desenvolvimento. Na

sequência, no final da década de 1980, as elites políticas e empresariais dos países desenvolvidos chegaram a uma posição consensual, conhecida como Consenso de Washington, sobre o cardápio institucional que seria condição imperativa para os países pobres e subdesenvolvidos. É a partir daí que o neoliberalismo passa a ser oficialmente "exportado". Isto só veio a facilitar a penetração do capital internacional nos países pobres, com as IBW assumindo a vanguarda. O resultado foi que, no lugar de se desenvolverem, tornaram-se cada vez mais pobres, ou seja, desde que se afirmou a hegemonia do Consenso de Washington, o fosso entre nações/regiões ricas e pobres no mundo voltou a acelerar.

Mapa 1: Prosperity around the world in 2008

Fonte: ACEMOGLU, Daron & ROBINSON, James A. Why Nations Fail: The origins of power, prosperity, and poverty Profile Books, London, 2013, p.47.

Financiamento das instituições de Bretton Woods: quais as implicações para as economias desenvolvidas da África.

Os financiamentos que os países subdesenvolvidos recebem das IBW não promovem desenvolvimento, mas sim servem para lhes amarrar na armadilha da dívida em favorecimento dos interesses estratégicos, geoeconômicos e geopolíticos do capital internacional. Com relação a este aspeto, Dambisa Moyo[69] descrevendo a agenda da ajuda durante os anos 2000 cita o presidente ruandês Paulo Kagame afirmando que a primeira razão porque a ajuda de mais de US\$ 300 bilhões, oferecida ao continente africano na década de 1970, não surtiu efeitos desejados é que esta serviu os interesses geopolíticos do fim da segunda Guerra-mundial no contexto da Guerra-fria. A ajuda foi usada para criar regimes clientes sem a mínima preocupação com o desenvolvimento do continente. Em sua obra intitulada "*Dead Aid*" questiona o porquê de a ajuda não funcionar e qual seria o melhor caminho para África? Para ela "está na hora de se parar de fingir que um modelo de desenvolvimento baseado na ajuda, atualmente em uso, irá gerar um crescimento económico sustentável nos países mais pobres do mundo". (MOYO 2009, p. 144).

Os países subdesenvolvidos em geral e africanos, em particular, devem se reinventar, aceitar um *surge et ambula*[70]. Devem-se desmamar e ganhar pernas para andar, isto é, as lideranças devem se emancipar do domínio e/ou dependência económica e financeira e adotar medidas que à semelhança da emancipação desenvolvimentista e cepalina, permitam encontrar uma estratégia endógena de desenvolvimento. Pois, segundo Ngoenha (2017, p.90),

“os programas de ajustamento impostos aos países do Sul foram um engano e uma mentira. Susan Jorge e Fabrizio Sabelli chamam-lhes: subdesenvolvimento programado”. Mas, para que isto aconteça, as lideranças africanas devem parar de se associarem ao capital estrangeiro formando enclaves económicos, tomem a responsabilidade de conduzir o seu próprio desenvolvimento e se preocuparem com a segurança dos seus cidadãos. Para sustentar esta ideia, Moyo expressa-se nos seguintes termos:

Num mundo livre de ajuda, a vida económica para a maioria dos africanos vai melhorar. A corrupção vai deixar de existir; vai melhorar o intercâmbio e o motor do crescimento africano vai começar a funcionar? Este é o mais provável resultado – que prova a existência de uma oportunidade para que os africanos possam garantir uma boa vida para si, seus filhos e futuras gerações. (MOYO 2009, P. 145).

Isto Porque, segundo Millet e Toussaint (2006, P.83), a responsabilidade do FMI, segundo o número II dos seus estatutos seria de “[...] contribuir para a instauração e manutenção de elevados níveis de emprego e de renda real e desenvolvimento de recursos produtivos de todos os estados membros [...]”. Entretanto, o seu *modus operandi* não fomenta emprego, apenas se transformou num grande ator tanto no plano económico como no plano político, determinando as políticas dos países endividados.

Portanto, uma demonstração inequívoca de que o papel distorcido das IBW perpetua a escravatura e o colonialismo na sua nova roupagem – o neocolonialismo. É nessa senda que José P. Castiano no prefácio do livro de Severino Ngoenha (2000) intitulado *Estatuto e Axiologia da Educação*, questiona ao autor sobre qual seria a preocupação fundamental de toda a sua filosofia? Em resposta Ngoenha afirma que primeiro pensava como moçambicano e depois como africano. Nessa perspectiva,

[...] quando vejo o sofrimento dos africanos no continente e fora dele, hoje, ainda me pergunto se não se trata (ainda) de escravatura em novos moldes e nos contextos atuais. Não será uma espécie de escravatura moderna, o fato de, hoje, os povos africanos ainda estarem submetidos às políticas do Banco Mundial e do FMI e não serem donos do seu próprio destino? Tudo isto leva-me a pensar que a luta pela emancipação do negro africano ainda não terminou. (NGOENHA 2000, p.7).

A preocupação com a emancipação das nações africanas das amaras do imperialismo vem desde Kwame Nkrumah. Em seus escritos de África deve unir-se, alerta:

Temos de nos libertarmos das garras do imperialismo económico e proteger a nossa liberdade. O imperialismo continua a ser uma força considerável em África. Controla a nossa economia [...]. Perante a independência crescente da África, o imperialismo começou e continuará a tomar formas novas e mais subtilmente disfarçadas. [...] Tais serão, entre outros, os meios indiretos do neocolonialismo, com os quais os imperialistas tencionam prosseguir a pilhagem dos recursos africanos, para continuarem a enriquecer. (NKRUMAH, s/d, p. 12).

As afirmações de Nkrumah são um testemunho da nova forma de colonialismo – o neocolonialismo, em forma de dependência económica, financeira até política das nações africanas. Depois da descolonização, o Ocidente nunca perdeu de vista as suas fontes de matéria-prima, mão-de-obra barata e mercados em África. Esta situação impõe, para os países africanos, uma dependência da qual será muito difícil se desfazer devido a corrupção das lideranças. Os recursos transferidos do Ocidente para os países subdesenvolvidos servem apenas para exacerbar dívidas que os tornam cada vez mais dependentes.

A retórica de que a ajuda não funciona para África; não produz desenvolvimento; é uma catástrofe humanitária, tornou-se um mantra para estudantes e pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas, Ciência Política e Ciências Económicas, sobretudo os que se dedicam aos estudos de desenvolvimento.

Este estado de coisas levou Millet & Toussaint a pensar que:

A relação entre a dívida e o desenvolvimento humano é clara. O mecanismo da dívida permite que as Instituições Financeiras Internacionais, os Estados do Norte e as multinacionais assumam o controle das economias dos PEDs[71], ao mesmo tempo em que se apropriam dos recursos e das riquezas desses países em detrimento das populações locais. Essa é uma nova forma de colonização, regulada pela adoção de planos de ajuste estrutural. As decisões que dizem respeito ao Sul não são tomadas no Sul, mas em Washington (no Departamento do Tesouro norte-americano, na sede do Banco Mundial ou do FMI), em Paris (na sede do Clube de Paris, que agrupa os Estados do Norte) ou no Clube de Londres (que agrupa os grandes bancos do Norte...). Por conseguinte, a satisfação de direitos humanos fundamentais não constitui uma prioridade. A prioridade é a satisfação de critérios económicos, financeiros e geopolíticos – nomeadamente reembolso da dívida, reabertura de fronteiras aos capitais e às mercadorias e o tratamento privilegiado dos aliados das grandes potências ou estrangulamento dos países ‘inimigos’ (Cuba, por exemplo). (MILLET e TOUSSAINT 2006, P.10).

Este cenário é notório em quase maioria de países africanos que continuam, mesmo sob fluxos de ajuda, abraços com a fome, analfabetismo crónico, infraestruturas precárias,

economias que quase nada produzem, porém, detentoras de inestimáveis acervos de recursos naturais. Este é o cenário que se vive em Moçambique. Um país que desde 1987 segue recebendo recursos das IBW, mas continua com elevados índices de analfabetismo, pobreza e gritantes desigualdades sociais. Portanto, este é um dos indicadores de que a ajuda não melhora as condições de vida das populações, mas sim, torna o país receptor cada vez mais dependente da ajuda e limita as iniciativas de saída desse estágio tornando-os perenemente dependentes.

Dependência e ajuda externa: quais as perspectivas para o desenvolvimento de Moçambique?

Moçambique é daqueles países subdesenvolvidos que, fora do mais recente incidente das dívidas ocultas que ditou a suspensão da ajuda do FMI[72], tem vindo a receber, desde 1987, ajuda externa para desenvolvimento através de fluxos financeiros das IBWs, de Bancos Privados ocidentais e IED através de corporações multinacionais que passaram a operar em ZFI e ZEE, portanto, isentos de pagamento de encargos fiscais.

Tais financiamentos chegaram ao país, pela primeira vez, com a implementação do programa de ajuste estrutural, que ficou localmente conhecido como Programa de Reabilitação Económica (PRE). Apesar de ter catapultado o valor do Metical (Moeda nacional de Moçambique) que se encontrava de rastos, portanto, desvalorizado, por conta da desvalorização, desregulação e drástico aumento de preços que o PRE implicava, Todavia, "O PRE atingiu os pobres com dureza. A marca da mudança eram crianças nas ruas de Maputo a vender cigarros um a um". (HANLON & SMART, 2008, p.232).

Na sequência do PRE, em 15 anos Moçambique recebera dos doadores cerca de 11 bilhões de US\$ que, embora para os doadores tenha significado muito dinheiro, para o país significou pouco[73]. "As crianças continuam desnutridas, a saúde materno- infantil mostra poucas melhorias e os inquéritos sobre a família desde 2000 não mostram nenhum aumento do uso da água potável e saneamento". (HANLON & SMART, 2008, p.161).

O país segue pobre, com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita real (PPC a preços de 2017): 1221 e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de: 0,456[74] e, por conseguinte, altamente endividado, portanto, figurando no *ranking* dos mais pobres do mundo. Entretanto, este cenário deixa clara a ideia de que "um desenvolvimento imposto falha. As IBWs não podem impor desenvolvimento aos governos e ter sucesso, nem os

governos africanos ou os trabalhadores da ajuda podem impor desenvolvimento aos pobres. As pessoas desenvolvem-se elas próprias..." (HANLON & SMART, 2008, p.164).

A retórica de Ajuda Externa ao Desenvolvimento que começou a ser ventilada logo após o terminus da Segunda Guerra Mundial, em parte como instrumento da Guerra-Fria, portanto, como meio de conquista de espaço geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos, em nada contribuiu para o desenvolvimento dos países pobres como Moçambique. A ajuda das IBWs foi desde o princípio, segundo Parkins (2018), usada como instrumento de pressão de governos hospedeiros que não cedessem os seus recursos aos interesses das multinacionais.

As IBWs aplanam os caminhos para atuação do capital estrangeiro através das corporações multinacionais, chegando a se tornarem "donas" dos países onde pretendem investir na extração de algum recurso natural de importância estratégica como o petróleo, por exemplo. Chegam a construir pistas privadas de aterrisagem de aviões fugindo das formalidades alfandegárias; controlam as forças armadas, pagando seus salários, comprando seus equipamentos; controlam os presidentes; controlam os tribunais, chegando a redigir leis e estabelecendo, por conta própria, multas por derramamento de óleo, custos de trabalho e todas leis que a si interessam.

Como é que se processa o pagamento das despesas de salários e equipamentos para as forças armadas? São as empresas que efetivamente pagam? A resposta é não! Segundo Parkins (2018) os cidadãos dos países de partida das multinacionais pagam com os seus impostos estas despesas. O dinheiro flui através de organizações como a USAID, BM, CIA e Pentágono. Quando alguma nação se recusa a fazer o jogo de alguma multinacional interessada em algum recurso, seu governo é deposto via golpe de Estado, insurgência e/ou guerra civil instigada, e outros meios subversivos. Os governos que não cooperavam eram vistos como fantoche dos soviéticos. "Ameaçavam os interesses americanos e a democracia. A CIA não gosta disso". (PARKINS, 2018, p.25-26). A ideia era de que "financiar projetos de infraestrutura por meio de montanha de dívidas com o Banco Mundial tiraria as nações economicamente em desenvolvimento da pobreza as salvaria das garras do comunismo". (PARKINS, 2018, p.27).

Na verdade, esses financiamentos não salvaram nenhuma nação. Pelo contrário precipitaram-nas à ferocidade da dívida, corrupção e má governança que passaram a dilacerar suas economias e políticas, colocando em causa suas soberanias, através do controle

econômico, político e financeiro. Para o caso de Moçambique, além da já apontada dívida que contrairá no início do ajuste estrutural em 1987, que parte dela pode se presumir ter beneficiado de perdão no âmbito da iniciativa *High Indebted Countries* (HIPC), a atual dívida externa do país é a crescida por mais 2 bilhões de dólares americanos das dívidas ocultas.

Sabendo que, até um período anterior a este, a mesma era de 3.817,35 milhões de dólares americanos, dados de 2010. Estas cifras de endividamento, em nada ajudam o crescimento, muito menos o desenvolvimento do país. O endividamento só agrava as expectativas de vida dos moçambicanos, agravando das atuais gerações e das gerações vindouras, dando jus a colocação de Parkins (2004) *apud* Matsinhe (2011, p.47) de que "os créditos concedidos pela ajuda externa faziam crer que as crianças de hoje e os seus futuros netos serão prisioneiros da dívida ou dependente de créditos. Terão de permitir às corporações transnacionais que delapidem seus recursos naturais e ignorar a educação, saúde e outros setores sociais para pagar a dívida".

O histórico da filiação de Moçambique às IBWs, no quadro das reformas neoliberais, que resultou no endividamento que torna o país dependente, econômica, financeira e politicamente, perdendo sua autonomia como Estado soberano, estando caçado por estas organizações está ligado às sucessivas crises político-militares que se seguiram logo após a independência nacional em 1975. Primeiro com a antiga Rodésia do Sul, atual Zimbábue, pelo apoio que dava aos guerrilheiros da *Zimbabwe African National Union Patriotic Front* (ZANU - PF) e *Zimbabwe African People Union* (ZAPU) que brigavam pela independência; a criação da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) pelos serviços secretos Sul-rodésianos; as agressões seguidas de treinamento e fornecimento de material letal à RENAMO pela África do Sul do Apartheid visando a desestabilização de Moçambique; a seca que em 1982-1983 afetara toda a região Austral de África o que reduziu ainda mais a produção de alimentos, sem contar com a incapacidade de as populações produzirem no campo por causa da guerra e; o choque internacional de petróleo dos anos 1980. Estes fatores levaram a que o país, em 1983, mesmo alinhado com o bloco socialista, solicitasse apoio ao bloco ocidental, ao que lhe foi imposto como condição de recepção da ajuda a liberalização da economia, a democratização do país, portanto, o abandono do socialismo.

Foi a partir daí que Moçambique passou a receber ajuda financeira das IBWs, contudo segue pobre e necessitando cada vez mais de ajuda. Com o ajuste estrutural, concordando com Hanlon & Smart (2008), as políticas do FMI foram mais severas atingindo muito negativamente as áreas sociais como educação e saúde. Os salários dos professores e

enfermeiros foram rebaixados da linha da pobreza. A qualidade da educação deixou a desejar, com professores malformados e com a maior parte da população fora do sistema de saúde. Nas condições em que operam os efeitos da ajuda em Moçambique uma questão não se quer calar: se a ajuda econômica e financeira resulta, como é que até hoje países como Moçambique seguem pobres? Sendo que, desde 1987 que o país aceitou os termos do receituário do Consenso de Washington e, conseqüentemente o Ajustamento Estrutural vem recebendo fluxos de ajuda financeira e IED.

No dizer de Moyo (2009), nos cinquenta anos passados, mais de US\$1 trilhão foram transferidos dos países desenvolvidos para os países africanos e, a ajuda passou a ser, para os recetores uma cultura de comodidade. A verdade é que, a ajuda foi canalizada para o continente, mas a pobreza ao invés de diminuir aumentou. Os paupérrimos nem se quer ganharam o estatuto de pobres. Porém, os ricos tornaram-se cada vez mais ricos e, cada vez que a pobreza, a fome e mortalidade por falta, não só de cuidados médicos de qualidade, como também de um saneamento meio adequado grassavam, mais a ajuda era concedida. O mais espantoso é que à medida que a ajuda ia aumentando o continente necessitava cada vez mais.

A colocação de Moyo (2009) acima exposta, nos leva a inferir que a ajuda propicia mais a corrupção para o locupletamento a custo alheio das elites políticas em detrimento da sociedade no geral, num claro conluio entre o capital internacional e a elite política local. Esta ideia corrobora com a de John Parkins (2018) de que os regimes visados pelos programas de ajuda devem se conformar com os interesses do capital estrangeiro sob o risco de golpe de Estado. "A maioria dos golpes acontecem quando os líderes do país não fazem o nosso jogo". (PARKINS, 2018, P.26).

Esta afirmação nos leva a refletir em torno da colocação de Hanlon & Smart (2008), segundo a qual, com o advento do neoliberalismo na sua versão de ajuste estrutura, a Frelimo, partido no poder, dividiu-se entre predadores e desenvolvimentistas.

O grupo mais honesto no grupo desenvolvimentista estava a levantar questões sobre o manifesto fracasso das políticas neoliberais. Mas, para muitos na comunidade doadora, este grupo, em vez de ser visto como honesto, era considerado resistente às mudanças. Os doadores passaram a patrocinar a elite predadora porque os via como aqueles que faziam 'as coisas certas'. À medida que o grupo desenvolvimentista era marginalizado, o pequeno, mas poderoso grupo predador estava a ser premiado, recebendo companhias privatizadas e empréstimos que não tinha de pagar, e era-lhe mesmo permitido roubar e matar. (P.282).

Por outro lado, concordando com Mosse (2004), Couto (2001) e Hanlon (1991) *apud* Matsinhe (2011, p.40)

os fundos de ajuda ao desenvolvimento disponibilizados por Instituições Financeiras Internacionais, ao invés de serem aplicados em projetos de desenvolvimento, foram açambarcados para fins que estimularam a produção interna de bens de consumo e de promoção de desenvolvimento económico e social do país e; mesmo sabendo que os fundos disponibilizados para o desenvolvimento do país eram investido em infra-estruturas contraproducentes, como carros de luxo, o BM e o FMI seguiam transferindo recursos – alimentando a corrupção o ‘*gangsterismo*’ na gestão de bens públicos.

Para Couto (2001), "Moçambique vive um ‘*gangsterismo*’ constituído por uma elite que lidera e usa o poder para o enriquecimento próprio. Ela não pensa no país, mas nela mesma". A corrupção, fenómeno nunca antes vivenciado em Moçambique durante o período da vigência do governo de partido único, portanto, do socialismo. Esta é uma realidade reconhecida pelo próprio Banco Mundial que países de economia socialistas são menos corruptos que os de economia de mercado. "A economia planificada impõe certos limites a corrupção. Em Moçambique isto era verdadeiro... Na primeira década de independência, os funcionários Moçambicanos creditavam que estavam a construir um país melhor, e a integridade do estado era importante". (HANLON & SMART, 2008, p.228).

Todavia, com a introdução do liberalismo a corrupção passou a ser característica do *modus vivendi* dos Moçambicanos. Atos corruptos receberam nomenclatura local. Passaram a ser designados de cabritismo, numa clara alusão de que o cabrito come aonde estiver amarrado. Contudo, é preciso aceitar que, numa primeira fase a corrupção era mesmo por imperativo de sobrevivência. Os preços dos bens de primeira necessidade haviam subido insuportavelmente, os salários haviam baixado, com a racionalização de empresas estatais com as privatizações muitos cidadãos ficaram sem emprego, portanto, incapazes de sustentar as suas famílias. Infelizmente esta nova forma de viver foi viciando e tornou algo um tanto ao quanto institucionalizada.

Contudo, a corrupção que mais empobrece o país e a praticada ao mais alto nível do poder político. Com o liberalismo, a corrida dos políticos foi de somar ao poder políticos, que já detinham, o poder económico, então, esta associação permitiu esquemas fraudulentos ao

mais alto nível. Desvios e ma aplicação de fundos públicos em benefício próprio passaram a caraterizar a classe politica.

Nos anos 90 desapareceram do sistema bancário mais de 400 milhões de US\$, em parte simplesmente empréstimos não reembolsáveis de companhias falidas, mas na maioria saqueadas pelo grupo predador na Frelimo e seus amigos. A maior parte ocorreu depois das privatizações forçadas pelo FMI e Banco Mundial. Quem roubava era o grupo predador, mas quem abria as portas do cofre e dizia “sirva-se”, eram as IBWs. (HANLON & SMART, 2008, P.245).

Este foi o cenário que colocou Moçambique na dependência de financiamentos externos o que fez com que quanto mais ajuda recebia mais necessitava isto porque " a finalidade para que é dada – acabar com a pobreza, fome e todos outros males não resolve, ela, infelizmente, continua sendo dada. “O erro do Ocidente foi dar algo para nada”. (MOYO 2009, p. 152).

Nesta perspectiva, Millet & Toussaint (2006, P.9) sustentam que “os organismos internacionais são meros braços dos credores que utilizam a dívida como um mecanismo de dominação, impedindo que os países devedores se desenvolvam e garantam direitos humanos essenciais às suas populações”. Isto acontece porque “os fundos dos doadores destinados ao desenvolvimento, muitas vezes enriquecem cada vez mais a elite de indivíduos ricos e politicamente poderosos, reduzindo assim o impacto global de ajuda ao desenvolvimento”. (USAID 2005, p. 9).

Fica claro que as IBWs agem como se de rebenta minas se tratassem. Elas avançam disponibilizando recursos financeiros cientes de que os mesmos não serão aplicados para a finalidade para estão sendo disponibilizados e, o pior é a certeza de que não serão reembolsados, pois irão cair nas malhas e garras de corruptos predadores, colocando o país mutuário sob vigilância da dívida. Aí fica aberto o espaço para a perca de poder estatal, fragilização das leis e, consequentemente condições criadas para o IED em condições favoráveis ao capital estrangeiro. Tal investimento normalmente é feito através de Corporações Multinacionais que atuam em ZFI ou ZEE[75] beneficiando-se das mais nefastas isenções e ridículos incentivos fiscais criando enclaves económicos.

A cerca disto Millet e Toussaint (2006, P.73) afirmam que o FMI controla a política económica dos Estados devedores, “instalando uma nova forma de colonização que não precisa de manter uma administração e um exército de ocupação no local como na era do

colonialismo, a dívida cria por si só as condições de uma nova dependência”. É neste quadro que Moçambique apesar de ser detentor de inúmero recurso continua económica e politicamente dependente do capital internacional que mantém o país preso e com iniciativas próprias de desenvolvimento limitadas.

O FMI, segundo Hanlon & Smart (2008), no início de 2007, classificou Moçambique como uma estória de sucesso na África Subsaariana, beneficiando de grandes fluxos de ajuda sustentada. Este elogio deveu-se ao fato de que o executivo prestava mais contas ao FMI do que a sociedade. Todavia, a ajuda não reduziu a dependência de Moçambique, em particular e de África, em geral como aconteceu com o Plano Marshal a Europa.

Considerações finais

Tendo sido objetivo deste artigo discutir a dependência a partir das teorias do desenvolvimentismo, Marxismo e neomarxismo, olhando para o caso concreto de Moçambique, fez-se uma descrição sobre como é que inicia a ideia que reforço o pensamento dependentista. Desde o desenvolvimentismo cepalino à teoria da dependência de Cardoso e Faletto. As discussões aqui trazidas nos permitiram concluir que a divisão internacional de trabalho, a desigualdade dos termos de troca até a teoria do centro e periferia e o neoliberalismo, o papel das IBW nas economias e políticas periféricas justificam o atual estágio de desenvolvimento dependente que se ressentem os países em desenvolvimento, em geral e de Moçambique em particular.

A dependência aqui discutida vai além daquela resultante da distorcida divisão internacional de trabalho, incidindo sobre a dependência econômica, financeira até política, geralmente apadrinhada pelas IBW a favor das multinacionais que atuam em países em desenvolvimento, com o objetivo de acomodar os interesses geopolíticos e geoestratégicos das grandes potências mundiais em detrimento dos países em desenvolvimento.

Este estado de coisas tem sido, também, efetivado por via de aconselhamento de políticas estratégias econômicas que visam o benefício do grande capital internacional e não o desenvolvimento dos países beneficiários como a implementação de políticas liberais e neoliberais. Aliás, esta prática tem sido criticada e denunciada por autores como Ha-joo Chang, Dambisa Moyo, Joseph Stiglitz e outros.

Referências:

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Por que as nações fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

AMIN, Samir. **Accumulation on a World Scale**: A Critique of the Theory of Underdevelopment. New York: Monthly Review Press, 1974.

BAUMGARTNER, Tom; BUCKLEY, Walter; BURNS, Tom R. Toward a systems theory of unequal exchange, uneven development and dependency relations. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF CYBERNETICS AND SYSTEMS, 3., 1975, Bucharest. *Paper prepared for the Third International Congress of Cybernetics and Systems...* Bucharest, 1975.

CAPORASO, James A. Dependence, dependency, and power in the global system: a structural and behavioral analysis. **International Organization**, v. 32, n. 1, p. 13-43, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2003.

CHASE-DUNN, Christopher. The effects of international economic dependence on development and inequality: cross-national study. **American Sociological Review**, v. 40, n. 6, p. 720-738, 1975.

FRANK, Andre Gunder. **Latin America**: Underdevelopment or Revolution. New York: Monthly Review Press, 1969.

GILPIN, Robert. **Global political economy**: understanding the international economic order. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

KAY, Cristóbal. **Latin America theories of development and underdevelopment**. London; New York: Routledge, 2017. (Volume 102).

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

MACHADO, J. C. A. O estudo da dependência na teoria de Relações Internacionais: uma análise comparativa do pensamento realista e da teoria da dependência. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 119-147, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la Dependencia. In: TRINDADE, Hégio H. C. (Org.). **Neomarxismo, Teoria da Dependência e Perspectiva Marxista**. Porto Alegre: UFRGS, 1991. p. 1-28.

MORAES, João Quijano de. **A gênese do neoliberalismo**: um movimento intelectual e político. São Paulo: Contracorrente, 2011.

MOYO, Dambisa. **Dead aid**: why aid is not working and how there is a better way for Africa. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2009.

PALMA, Gabriel. Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment? **World Development**, v. 6, n. 7-8, p. 881-904, 1978.

SANTOS, Theotonio dos. The structure of dependence. **The American Economic Review**, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.

WALLERSTEIN, Immanuel. Three paths to national development in 16th century Europe. **Studies in Comparative International Development**, v. 8, p. 95-101, 1972.

[1] Graduado em Filosofia pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Fach-UFMS). *E-mail:* gcamposdalpiaz@gmail.com

[2] Graduada em História pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Fach-UFMS) e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGEO-UEMS). *E-mail:* isabela.rodri.ufms@gmail.com

[3] Graduado em Direito pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp) e em Filosofia pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Fach-UFMS). *E-mail:* profviniciusmeneguzzi@gmail.com

[4] A diferença aqui usada entre *técnica* e *tecnologia* é baseada segundo o filósofo Álvaro Vieira Pinto (1907-1987): “A técnica, na qualidade de ato produtivo, dá origem a considerações teóricas que justificam a instituição de um setor do conhecimento, tomando-a por objeto e sobre ela edificando as reflexões sugeridas pela consciência que reflete criticamente o estado do processo objetivo, chegando ao nível da teorização. Há sem dúvida uma ciência da técnica, enquanto fato concreto e por isso objeto de indagação epistemológica. Tal ciência admite ser chamada tecnologia” (Pinto, 2005, p. 220).

[5] A **Internet das Coisas (IoT)** é uma rede de dispositivos físicos conectados à internet, equipados com sensores que permitem a troca de dados. Sua aplicação abrange diversos setores, como fabricação (monitoramento e controle da produção), transporte (otimização de rotas e tráfego), saúde (telemedicina e acompanhamento de pacientes), agricultura (monitoramento do solo e uso eficiente de fertilizantes) e cidades inteligentes (gestão da qualidade do ar, energia e recursos hídricos).

[6] A **Inteligência Artificial (IA)** refere-se à capacidade de máquinas simularem a inteligência humana, permitindo a realização de tarefas, seu funcionamento baseia-se na recepção e processamento de dados.

[7] O investimento em **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** é uma estratégia voltada à inovação e competitividade, permitindo a criação ou aprimoramento de produtos e serviços. Seus benefícios incluem aumento da produtividade, avanço tecnológico, redução de custos operacionais, adaptação a novos cenários, diferenciação no mercado e melhor atendimento às demandas dos consumidores.

[8] Para saber mais das características do Concurso Público Nacional Unificado, ver *Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (2024)*.

[9] A tal vocação agrícola aparece com força nos debates econômicos-nacionais da década de 40, entre Roberto Simonsen (1889-1948) propondo um plano de industrialização com o Estado sendo o órgão direcionador, enquanto Eugênio Gudín (1886-1986) via no livre-mercado a salvação da nação, com a força do Brasil em exportar produtos agrícolas, logo veio o termo vocação agrícola. Sobre ver Maringoni (2012).

[10] Sobre o rentismo – o capital financeiro – influenciar diretamente o Banco Central do Brasil, ver Fattorelli (2023). E sobre o poder do agro, Oliveira e Gabriel (2023) mencionam que o número da bancada ruralista de senadores na 57º legislatura é de 47, em contrapartida, na 56º legislatura era de 39. O número de deputados federais ruralistas também crescera na 57º legislatura, pois atualmente é de 300, enquanto que na 56º legislatura era de 252. (Oliveira; Gabriel, 2023).

[11] VISENTINI, Paulo Fagundes. EDITORIAL: TERCEIRO MUNDO OU SUL GLOBAL?. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.4, n.8, p.7-8. Jul./Dez. 2015

[12] “Este foi um período de negacionismo, terraplanismo, de desinformação, de anticiência, dos absurdos que fizeram com que o Brasil fosse ridicularizado na Comunidade Internacional e tendo sido chamado de país fascista.” JESUS, Samuel de. Apresentação. A (anti) política externa do Governo Bolsonaro: O Brasil como pária internacional (2019-2022). 1ª Edição. Campo Grande: Editora Oeste, p. 11-12, set. de 2023.

[13] MILANI, Carlos Roberto Sanchez. A Importância das relações Brasil-Estados Unidos na política externa brasileira. Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI), Brasília, n. 6, 93 p. 69-85, abr./jun. 2011.

[14] Joe Biden é eleito presidente dos EUA após vitória na Pensilvânia. G1, 07 de nov. de 2020. Disponível em:
<https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/11/07/joe-biden-vence-na-pensilvania-e-garante-votos-para-ser-eleito-presidente-dos-eua-aponta-projecao-da-ap.ghtml>.

[15] CORRÊA, Alessandra. Eleições nos EUA: Trump é derrotado por Joe Biden. BBC News, 07 nov. 2020. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/extra/171Agr2oZv/eua-eleicao-trump-derrota>.

[16] Invasão do Capitólio dos EUA completa três anos neste sábado (6); relembre. CNN Brasil, 06 de jan. de 2024. Disponível em
<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/invasao-do-capitolio-dos-eua-completa-tres-anos-neste-sabado-6-relembre/>

[17] SANT'ANNA, Lourival. Saiba as semelhanças das invasões ao Capitólio e às sedes dos Três Poderes no Brasil. CNN Brasil, 08 de jan. de 2023. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/saiba-as-semelhancas-das-invasoes-ao-capitolio-e-as-sedes-dos-tres-poderes-no-brasil/>

[18] Bolsonaro apoia Trump e diz que houve fraude nos EUA enquanto mundo critica assalto ao Capitólio. El País, Brasil, 06 de jan. de 2021. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-07/bolsonaro-apoia-trump-e-diz-que-houve-fraude-nos-eua-enquanto-mundo-critica-assalto-ao-capitolio.html>

[19] GRUENBERG, Mark; WOJCIK, John; Atkins, C.J. Biden's program: Economic populism at home, imperialism abroad. People's World, 8 de mar. de 2024. Disponível em:

<https://www.peoplesworld.org/article/bidens-program-economic-populism-at-home-imperialism-abroad/>

[20] CHOMSKY, Noam. The dilemmas of dominance. In: BORON, Atílio. New worldwide hegemony: Alternatives for change and social movements. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 15-34, 2004.

[21] "A good illustration of it was discussed last night¹ and you all know about it; it is Brazil. Forty years ago Brazil had a slightly populist president with some degree of popular support and that was enough of a danger for the Kennedy administration to instigate a military coup which established the first of the "national security states", the neo-Nazi states that then swept through the hemisphere. Well, today Brazil has a far more impressive and far more radical president who was elected with enormous support from mass organizations that have developed in the past 20 years, but there is no talk of a military coup. The reasons could be several, but one reason is that it's simply not needed." CHOMSKY, Noam. The dilemmas of dominance. In: BORON, Atílio. New worldwide hegemony: Alternatives for change and social movements. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 15-34, 2004.

[22] "And they issued some very important studies the basic theme of which was announced in 1941, concluding that the long term goal, I am quoting it now, was for the United States to hold unquestioned power in the post-war world and to act to ensure the limitation of sovereignty by any state that might interfere with the policy of achieving military and economic supremacy for the United States, and then followed elaborate plans so as to implement those ideas." CHOMSKY, Noam. The dilemmas of dominance. In: BORON, Atílio. New worldwide hegemony: Alternatives for change and social movements. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 15-34, 2004.

[23] Que hoje podem ser descritas como "Norte Global" "Primeiro mundo" ou "Ocidente"

[24] CHIVVIS, Christopher; BREINER, Beatrix. Brazil in the Emerging World Order. Carnegie endowment for international peace, 18 de dez. de 2023. Disponível em:

<https://carnegieendowment.org/2023/12/18/brazil-in-emerging-world-order-pub-91285>

[25] “Brazil has a tradition of foreign policy independence and nonalignment that dates back many years, but its desire for autonomy has crystallized amid the broader U.S.-China standoff and as Brazil’s political and economic weight has grown. Brazil wants to avoid a world order structured only by great power competition and instead hopes for a multipolar order where states its size have more say in international institutions and greater influence overall. In Brazil’s view, the emergence of new powers, especially China, promises an era of “benign multipolarity” in which the power of the West is reduced and the influence of rising nations is enhanced”. CHIVVIS, Christopher; BREINER, Beatrix. Brazil in the Emerging World Order. Carnegie endowment for international peace, 18 de dez. de 2023. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2023/12/18/brazil-in-emerging-world-order-pub-91285>

[26] SAID, Flávia. China virou maior parceira comercial do Brasil ainda no governo Lula II; veja números. Jornal Metrôpoles, Economia, 14 de abr. de 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/china-virou-maior-parceira-comercial-do-brasil-ainda-no-governo-lula-ii-veja-numeros>

[27] BERG, Ryan C.; BAENA, Carlos. The Great Balancing Act: Lula in China and the Future of U.S.-Brazil Relations. Center for Strategic and International Studies, 19 de abr. de 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/great-balancing-act-lula-china-and-future-us-brazil-relations>

[28] BERG, Ryan C.; BAENA, Carlos. The Great Balancing Act: Lula in China and the Future of U.S.-Brazil Relations. Center for Strategic and International Studies, 19 de abr. de 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/great-balancing-act-lula-china-and-future-us-brazil-relations>

[29] Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Bicentenário de relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos.[Brasília]: Ministério das Relações Exteriores, 31 de jan. de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/bicentenario-d-e-relacoes-diplomaticas-entre-o-brasil-e-os-estados-unidos

[30] Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Brasil e EUA estreitam relações bilaterais em comércio e investimentos.[Brasília]: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 11 de mai. de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/brasil-e-eua-estreitam-relacoes-bilaterais-em-comercio-e-investimentos#:~:text=Interc%C3%A2mbio%20comercial,nossas%20vendas%20externas%2C%20no%20per%C3%ADodo>

[31] PRAZERES, Leandro. Brics: como Lula tenta ampliar influência do Brasil no mundo. BBC News Brasil, 18 de ago. de 2023. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw9gjy219p2o>

[32] CHOMSKY, Noam. The dilemmas of dominance. In: BORON, Atílio. New worldwide hegemony: Alternatives for change and social movements. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 15-34, 2004.

[33] “[...] several events took place of considerable significance, which cast a long shadow over world affairs. The first was the declaration of the national security strategy of the Bush administration. This announced in effect that the United States intends to dominate the world permanently by force if necessary –force is the one dimension in which the United States reigns completely supreme– and also announced the pretension to eliminate any potential challenge to its rule.” CHOMSKY, Noam. The dilemmas of dominance. In: BORON, Atílio. New worldwide hegemony: Alternatives for change and social movements. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 15-34, 2004.

[34] VALLEJO, Maria Antonia. Retirada de tropas do Afeganistão encerra a guerra mais longa dos Estados Unidos. El País, Internacional, 30 de ago. de 2021. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-08-30/retirada-de-tropas-do-afeganistao-encerra-a-guerra-mais-longa-dos-estados-unidos.html>

[35] Five key moments that shaped Biden’s presidency so far. Al Jazeera, 25 de abr. de 2023. Disponível em:
<https://www.aljazeera.com/news/2023/4/25/five-key-moments-that-shaped-biden-presidency>

[36] LIPTAK, Kevin. Biden makes surprise visit to Ukraine for first time since full-scale war began. CNN Politics, 20 de fev. de 2023. Disponível em:
<https://edition.cnn.com/2023/02/20/politics/biden-ukraine-zelensky-visit-one-year-war-anniversary-intl-hnk/index.html>

[37] LIEVEN, Anatol. Ukraine Can’t Win the War. TIME, 24 de fev. de 2024. Disponível em:
<https://time.com/6695261/ukraine-forever-war-danger/>

[38] ADAMOR, Junior. Massacre de Israel contra palestinos completa um mês com 10 mil mortos; situação tende a piorar, segundo analistas. Brasil de Fato, Internacional, Botucatu, 7

de nov. de 2023. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/07/massacre-de-israel-contra-palestinos-completa-mes-com-10-mil-mortos-situacao-tende-a-piorar-segundo-analistas>

[39] HARB, Ali. Timeline: The Biden administration on Gaza, in its own words. Al Jazeera, 7 de mar. de 2024. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2024/3/7/timeline-the-biden-administration-on-gaza-in-its-own-words>

[40] PAIK, Rocio. Lula critica Biden e diz não ter o que falar com Netanyahu: ‘é um extremista de direita’. Operamundi, São Paulo, 1 de dez. de 2023. Disponível em:

<https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/lula-critica-biden-e-diz-nao-ter-o-que-falar-com-netanyahu-e-um-extremista-de-direita/>

[41] Lula apoia ação da África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça, diz Itamaraty. G1, Brasília, 10 de jan. de 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/10/lula-apoia-acao-da-africa-do-sul-contra-israel-na-corte-internacional-de-justica-diz-itamaraty.ghtml>

[42] COHEN, Sandra. Abstenção dos EUA em resolução da ONU sobre cessar-fogo em Gaza revela o desgaste profundo entre Biden e Netanyahu. G1, Mundo, 26 de mar. de 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2024/03/26/abstencao-dos-eua-em-resolucao-da-onu-sobre-cessar-fogo-em-gaza-revela-o-desgaste-profundo-entre-biden-e-netanyahu.ghtml>

[43] Five key moments that shaped Biden’s presidency so far. Al Jazeera, 25 de abr. de 2023. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2023/4/25/five-key-moments-that-shaped-biden-presidency>

[44] MILANI, Carlos Roberto Sanchez. A Importância das relações Brasil-Estados Unidos na política externa brasileira. Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI), Brasília, n. 6, 93 p. 69-85, abr./jun. 2011.

[45] LULA: Rei Charles III me pediu para cuidar da Amazônia. **CNN Brasil**: 6 mai. 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-rei-charles-iii-me-pediu-para-cuidar-da-amazonia/>

- [46] BROTERO, Mathias; MARTINS, Américo. Macron diz que é contra o acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul. **CNN Brasil**: 02 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/macron-diz-que-e-contra-o-acordo-de-livre-comercio-entre-uniao-europeia-e-mercotel/>
- [47] “Durante a campanha, o candidato do En Marché! foi constantemente atacado por seu tempo no Rothschild, onde trabalhou de setembro de 2008 a maio de 2012”. CHAPERON, Isabelle. Les années Rothschild d'Emmanuel Macron. **Le Monde**, 10 de mai. 2017. Disponível em: https://www.lemonde.fr/election-presidentielle-2017/article/2017/05/10/les-annees-rothschild-d-emmanuel-macron_5125204_4854003.html
- [48] “E os banqueiros de investimento esperam que o setor French M&A permaneça resiliente, ajudado pela eleição, no ano passado, do presidente Emmanuel Macron, ele próprio um ex-banqueiro do Rothschild, que prometeu fortalecer a economia”. KAR-GUPTA, Sudip. Rothschild keeps banking dynasty intact as heir takes reins. **Reuters**. 17 de abr. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKBN1HO13S/>
- [49] BRASIL. Visita ao Brasil do Presidente da França – Declarações na área ambiental. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília: 26 de mar. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-presidente-da-franca-2013-declaracoes-na-area-ambiental
- [50] MARCELINO, Ueslei. Brazil, France launch \$1.1 bln program to protect Amazon rainforest. **Reuters**: 27 de mar. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/sustainability/sustainable-finance-reporting/brazil-france-launch-11-bln-investment-program-focused-amazon-rainforest-2024-03-26/>
- [51] DA SILVA, Luís Inácio Lula. **Ontem tive uma boa conversa com o amigo @EmmanuelMacron no Rio Guamá, a caminho da Ilha do Combu, Pará. Hoje, a agenda continua no lançamento ao mar do submarino Tonelero, em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Bom dia a todos.** 27 mar. 2024. X: @LulaOficial. Disponível em: <https://twitter.com/LulaOficial/status/1772952385360445611?t=PL0aFZtSZdnDmtauqVrPLA&s=19>. Acesso em: 28 mar.
- [52] FERREIRA, Karina. Gafe de Lula com Macron se soma a outros 'deslizes' do presidente; relembre 10 casos. **Estadão**: 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/lula-gafes-presidente-franca-emmanuel-macron-nicolas-sarkozy-deslizes-presidente-governo-nprp/>
- [53] OLIVEIRA, Rebeca. Fotos de Lula e Macron em Belém (PA) viralizam nas redes como "ensaio pré-wedding". **Folha de São Paulo**, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2024/03/fotos-de-lula-e-macron-em-belem-pa-viralizam-nas-redes-como-ensaio-pre-wedding.shtml>
- [54]
- [55] GAIER, Rodrigo Viga. Macron ad Lula launch submarine built in Brazil with French tech. **Reuters**, 27 de mar. 2024. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/americas/macron-lula-launch-submarine-built-brazil-with-french-tech-2024-03-27/>

[56] MORLAND, Sarah. France's Macron says EU-Mercosur proposal is 'very bad deal' on visit to Brazil.

Reuters: 27 mar. 2024. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/frances-macron-says-proposed-eu-mercosur-agreement-is-very-bad-deal-2024-03-27/>

[57] GRANDA, Alana. Fundo Amazônia tem R\$ 3,3 Bilhões de doações. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, fev. 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-02/fundo-amazonia-tem-r-33-bilhoes-em-doacoes-informa-mercado>

[58] BRASIL. Brasil e ONU assinam novo Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2023-2027. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, ago. 2023.

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/brasil-e-onu-assinam-novo-marco-de-cooperacao-das-nacoes-unidas-para-o-desenvolvimento-sustentavel-2023-2027

[59] BRASIL e Alemanha firmam acordo para avançar na pauta ambiental global. Gov.br, **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, dez. 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/brasil-e-alemanha-firmam-acordo-para-avancar-na-pauta-ambiental-global>

[60] CI DISCUTE com Marina Silva na terça licenciamento para petróleo no Amapá. **Agência Senado**, set. 2023. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/06/ci-discute-licenciamento-para-exploracao-de-petroleo-na-costa-do-amapa-na-terca>

[61] “Assim como a ascensão do setor de petróleo nas últimas décadas do século XIX desencadeou uma corrida global para descobrir e controlar novas fontes de petróleo bruto, o atual aumento da demanda por fontes alternativas de energia está estimulando um esforço para dominar a produção e a distribuição de tecnologias renováveis. Embora ainda esteja em seus estágios iniciais, essa competição tem o potencial de alterar o mapa geopolítico. Estamos vislumbrando algumas dicas sedutoras de como o novo mundo poderá ser.” KLARE, Michael T. **From Scarcity to Abundance: The New Geopolitics of Energy**. Current History, vol. 116, no. 786, 2017, pp. 3–9.

[62] BROTERO, Mathias. Na COP28, Lula diz que Brasil participará da Opep+ para convencer produtores que combustíveis fósseis chegarão ao fim. **CNN Brasil**, São Paulo: 02 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/na-cop28-lula-diz-que-brasil-participara-da-opep-para-convencer-produtores-que-combustiveis-fosseis-chegarao-ao-fim/>

[63] Nakba é uma palavra árabe (النكبة) que significa "catástrofe" ou "desastre" e designa o êxodo palestino de 1948, quando pelo menos 711.000 árabes palestinos, segundo dados da Organização das Nações Unidas, fugiram ou foram expulsos de seus lares, em razão da guerra civil de 1947-1948 e da Guerra Árabe-Israelense de 1948.

[64] Ashkenazim, plural de Ashkenaz, palavra em Hebraico que significa Alemão, é utilizada para denominar as comunidades judaicas da Europa central e leste europeu que se formaram durante o Sacro Império Romano Germânico. (BRITANNICA, 2024)

[65] Sionismo é um movimento político que surgiu no final do século XIX e que defendia a formação de um Estado Nacional próprio para os judeus na Palestina.

[66] Acadêmico do curso de Filosofia da UFMS.

[67] Sobre a pandemia da Covid-19 e as relações com as *fake news*, isto será comentado no próximo tópico desse capítulo.

[68] Leví Salomão Matsinhe – Doutorando em Ciência Política (IESP-UERJ)

[69] Dambisa Moyo nasceu em 1969 em Lusaca, a capital da [Zâmbia](#) e estudou Química na [Universidade da Zâmbia](#). Ela terminou a graduação nos E.U.A. através de uma bolsa de estudos para a [American University](#) em [Washington, D.C.](#) [3] Moyo obteve um bacharelato em Química da American University em 1991, e uma [MBA](#) em Finanças da universidade em 1993. Ela adquiriu um Mestrado em Administração Pública (MPA) na [Harvard University](#) pela [John F. Kennedy School of Government](#) em 1997. Em 2002, recebeu um [PhD](#) em Economia pelo St Antony's College, da [Universidade de Oxford](#). [7] Os estudos dela pela Oxford foram em macroeconomia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dambisa_Moyo_acesso a 28/07/2022.

[70] Levante e ande. Expressão extraída do poema de Noémia de Sousa que assinava com o pseudônimo de Vera Micaia.

[71] Países em Desenvolvimento.

[72] contraídas de forma fraudulenta e fora dos limites e procedimentos legais estabelecidos pela constituição e pelo Tribunal Administrativo, em nome das empresas EMATUM, MAM e Proindicus. A mesma abrangeu o período que vai de 2010 a 2015. Sabendo que, até um período anterior a este, a dívida de Moçambique era de 3.817,35 de dólares americanos, portanto em 2010 e, no esquema fraudulento, as empresas mencionadas contraíram uma dívida de 2 bilhões de dólares americanos.

[73] HANLON, Joseph & SMART, Teresa. Ha mais Bicicletas – mas há Desenvolvimento? Editorial Kapicua Livros

e multimídia Lda, 2008

[74] . conf. <https://www.dicionariofinanceiro.com/paises-mais-pobres-do-mundo/>

[75] Estas funcionam num esquema semelhantes aos enclaves económicos descritos por Cardoso e Faletto.